

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO  
LINHA DE PESQUISA MEMÓRIA E ESPAÇO

**DAS TERRAS DE MUTAMBÓ AO MUNICÍPIO DE MESQUITA – RJ**  
Memórias da Emancipação nas Vozes da Cidade



**Praça Manuel Duarte, 1950**  
**Centro de Mesquita**  
Fotógrafo Carlos



**Praça Secretária Elizabeth Paixão, 2003, antiga Manuel Duarte**  
**Centro de Mesquita**

**MARIA FATIMA DE SOUZA SILVA**

RIO DE JANEIRO  
2005

MARIA FATIMA DE SOUZA SILVA

**DAS TERRAS DE MUTAMBÓ AO MUNICÍPIO DE MESQUITA – RJ:**  
Memórias da Emancipação nas Vozes da Cidade

Dissertação apresentada à Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção  
do título de Mestre em Memória Social e Documento

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana

RIO DE JANEIRO

2005

SILVA, Maria Fatima de Souza

Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita – RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade.

MMSD/CCH/UNIRIO, 2005, p. 148.

Tese: Mestre em Memória Social e Documento

1. Memória	2. História Oral	3. Emancipação
4. Espaço	5. Mesquita	6. Teses

I. UNIRIO - MMSD

II. Título

MARIA FATIMA DE SOUZA SILVA

**DAS TERRAS DE MUTAMBÓ AO MUNICÍPIO DE MESQUITA – RJ**

Memórias da Emancipação nas Vozes da Cidade

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Documento

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Orientador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – MMSD / UNIRIO

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Icléia Thiesen  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – MMSD / UNIRIO

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Lená Medeiros de Menezes  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGHP / UERJ

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Elina Pessanha  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/ UFRJ  
(suplente)

*In memoriam*

A meu pai Jacintho que me contava suas memórias de guerra na infância.

A Manoel Bartolo, seu Alberico, seu Waldemir e Penha, pelas memórias queridas da Associação de Moradores de Santo Elias.

*Às vozes que ajudaram a compor este trabalho, em especial, as de Mesquita, por apostarem continuamente no futuro da cidade.*

## AGRADECIMENTOS

Após dois anos de estudos, pesquisas, dúvidas e reflexões, gostaria de compartilhar o mérito de ter conseguido chegar a esse momento de apresentação final, com todas e todos aqueles que, de alguma forma, participaram e contribuíram nessa minha trajetória, que, de individual, se fez coletiva. Foram tempos produtivos, mas, por muitas das vezes, angustiantes, porque o distanciamento de minhas atividades familiares, profissionais e de militância se impôs.

A meus queridos “filhotes” José Ernesto, Alice e Anita, por terem carregado com propriedade as grandes ausências na “casa”, as impaciências, as felicidades e por terem igualmente me ajudado muito no cumprimento das tarefas; a meu irmão Paulo Sérgio, por ter cuidado com dedicação e afinho de nossa mãe, envolta e isolada nos diversos compartimentos de sua memória; a João Pedro, companheiro sempre presente, que, além do estímulo, dividiu os momentos mais difíceis, mais bem sucedidos e facilitou sempre que pôde as condições para o desenvolvimento deste trabalho. Enfim, às personagens da minha “família mais próxima”, o meu incansável agradecimento.

Aos meus queridos amigos, participantes do que eu chamo de minha “grande família”, gostaria de agradecer pelas horas de convivência e de escuta, pelo crédito e pelo incentivo. Às queridas amigas de longa data, do Colégio Pedro II - Sônia Vinco, Denise Sayde, Regina, Cristina Galvão e Lourdinha - pela torcida e as desculpas pelo que não pude estar junto; à Stella, Celi e Leila do Cap pela amizade construída, o apoio e a sensibilidade do escutar nas horas mais difíceis; à Denise Rozendo e Elizana, pelas incessantes e interessantes trocas sobre a cidade; a minha comadre Carmem, a “Fênix”, que sempre confiou e me estimulou. Aos queridos e recentes novos amigos Zanilda e Zé Luis,

que me deram uma força muito grande, a nível pessoal e profissional nos três meses que antecederam a conclusão e a escrita da pesquisa. À Leila Medeiros de Menezes, reiteradamente, amiga, parceira de produções e de trabalho, que revisou o texto com carinho e firmeza necessários.

Ao Departamento de Ensino Fundamental (DEF) do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Cap / UERJ, por ter concedido meu afastamento parcial das atividades docentes, criando as condições, dessa forma, para a dedicação que me permitiu concluir os trabalhos no tempo previsto pelo mestrado.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que me concedeu o auxílio PROCAD, Programa de Capacitação para Docentes, fundamental no desenvolvimento da pesquisa e do trabalho de campo.

À direção do Partido dos Trabalhadores – PT / Mesquita, por ter compreendido e aceitado minha licença em um período “tão necessário de presenças”.

Ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em especial ao professor Alcides Redondo, que, além de seu depoimento, me forneceu diversos materiais importantes para o desenvolvimento da dissertação.

Ao Instituto de Pesquisas Históricas da Baixada (IPHAB), na figura do professor Gilberto Torres, que deu todo apoio à pesquisa, quando da visita realizada na instituição, cedendo e indicando diversas fontes para consulta.

Ao Arquivo da Diocese de Nova Iguaçu, em especial a Antônio Lacerda, pesquisador e organizador da referida instituição, por ter colocado o acervo da mesma a serviço do presente trabalho, bem como pelas conversas realizadas sobre a “Baixada”, que foram bastante valiosas.

Ao Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), instituição que conheci há pouco tempo, mas que desenvolve um trabalho belíssimo de arqueologia histórica, em especial a Antônio Carlos, o “Tuna”, professor e pesquisador que colocou o acervo do IAB à minha disposição e me deu “toques” importantes na história de Mesquita.

À Câmara de Vereadores de Mesquita, em especial aos gabinetes dos vereadores André Inácio Taffarel e Flávio Nakandakare, pelos materiais colocados à disposição.

Ao professor e pesquisador da história da Baixada Fluminense, Ney Alberto, pelos documentos e imagens cedidos e pelas conversas esclarecedoras.

À Equipe da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Mesquita, que na fase final da escrita da dissertação, se colocou à disposição na cobertura de minhas tarefas, contribuindo para que eu pudesse chegar ao termo deste trabalho.

Ao Mestrado de Memória Social e Documento (MMSD /UNIRIO), na figura de seus professores, por acolher meu anteprojeto de pesquisa, apostando em seu potencial. Quero, neste momento, destacar a natureza interdisciplinar deste programa que, abordando a *memória* em suas múltiplas faces, possibilitou uma visão bastante abrangente dessa categoria conceitual. Agradecimentos de igual forma por ter concedido a mudança de linha de pesquisa, por mim solicitada, após Exame de Qualificação; aos funcionários da secretaria do programa, João Marcus e Marco, sempre atentos aos prazos e tarefas a cumprir.

Aos colegas da turma 2003, pelos momentos coletivos de estudo e reflexão vividos juntos, bem como dos “poucos”, mas alegres momentos de lazer; agradecimentos especiais à Ana Teresa, Mariane, Jane, Jô, Débora, Blanca, Marcylyne e Liza Uema.



Aos membros da Banca de Qualificação, que, em março de 2004, ao realizarem seus questionamentos, apontaram caminhos por onde eu deveria prosseguir para um melhor desenvolvimento do trabalho.

À professora Evelyn Orrico (MMSD/UNIRIO), pela orientação e acompanhamento da pesquisa até o Exame de Qualificação.

À professora Lená Medeiros de Menezes (PGHP/UERJ), historiadora, que aceitou o desafio de caminhar junto comigo pelas Memórias da Emancipação de Mesquita; suas contribuições foram muito importantes na Qualificação. Espero tê-las incorporado a conteúdo.

À professora Icléia Thiesen Magalhães (MMSD/UNIRIO), que ministrou a disciplina “Documento e Instituição”, de uma maneira brilhante e esclarecedora, possibilitando a nós, alunos, importantes luzes sobre a memória social; agradecimentos pelas primeiras orientações dadas com vistas à realização das entrevistas em história oral.

Agradecimentos ao professor Marco Aurélio Santana (MMSD/UNIRIO) que, à frente da disciplina “Memória, Espaço e Oralidade” contribuiu de forma decisiva em minha iniciação e afirmação nos meandros da história oral; como membro da banca em meu Exame de Qualificação, realizou várias proposições que em muito me auxiliaram na condução da dissertação; mas, o agradecimento especial e reiterado advém do desafio que aceitou assumindo tornar-se meu orientador a partir de abril, quando me foi concedida a mudança na linha de pesquisa. Obrigada pelo incentivo e estímulo constante, pelo acreditar no projeto, e, principalmente, pela competência, dedicação e leituras incansáveis dirigidas a este trabalho, seguidas das intervenções cruciais para a necessária adequação na linha de “Memória e Espaço”.

Um agradecimento também especial vai para a cidade de Mesquita, às pessoas que encontrei nesse caminho, pelas pistas que me foram sendo sinalizadas, pelas conversas na praça e nos bairros que fui visitando. Nem todos participaram das entrevistas, mas contribuíram com opiniões, indicando pessoas e apontando alguma questão interessante; aos meus entrevistados, pelas suas narrativas, tão sérias, tão simples, tão ricas, imbuídas, todas elas, de um igual desejo de contribuir. Foram momentos por vezes tensos, alegres, marcados de muita emoção, neste exercício de recordar. Ser recebida nos espaços da casa, tomar cafezinho, reencontrar antigos companheiros, conhecer novas pessoas foi um prazer muito grande.

Por fim, caminhar pela cidade, no sol, à noite, na chuva, contemplando a beleza da serra ou ainda estranhando as ruas maltratadas, ouvir e saborear as narrativas, já fazem parte de minhas memórias.

A todos, o meu eterno agradecimento.

*O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, cidade onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam à perfeição binóculos e violinos, onde quando um estrangeiro está incerto entre duas mulheres sempre encontra uma terceira, onde as brigas de galo se degeneram em lutas sanguíneas entre os apostadores. Ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos: com uma diferença. A cidade sonhada o possuía jovem; em Isidora, chega em idade avançada. Na praça, há o murinho dos velhos que vêm a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações.*

Ítalo Calvino  
*As cidades e a memória*

## RESUMO

O presente trabalho visa investigar as formas de reconstrução da memória do movimento emancipacionista de Mesquita, município localizado na Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Mesquita conseguiu sua autonomia política em 1999, fruto de um processo iniciado em meados dos anos 50 do século XX, que envolveu agentes oriundos de grupos sociais diferenciados. A pesquisa buscou evidenciar as representações desses grupos, acionando repertórios individuais com o intuito de analisar a trajetória coletiva desse movimento. A fim de que tais questões fossem alvo de reflexões, foi utilizada a metodologia da História Oral, como um instrumento capaz de auxiliar na compreensão do debate. A memória em sua dimensão coletiva é o eixo norteador da pesquisa, por apresentar a possibilidade da articulação das lembranças e dos esquecimentos entre os diferentes agentes. Considerando-a como uma construção social balizada em referenciais do presente e no contexto social de pertencimento dos sujeitos, a memória aliada com a metodologia da história oral nos forneceu as condições sedimentais para o entendimento de alguns parâmetros porque passou o processo de emancipação de Mesquita. Dessa forma tensões, disputas de poder, aproximações e silêncios se fizeram presentes nas lembranças dos entrevistados, afirmando um quadro de memórias e identidades diversificadas que se refletem no momento de construção do novo espaço mesquitense.

## ABSTRACT

The dissertation aims to examine the forms of memory reconstruction concerning Mesquita's emancipationist movement as a municipal district inside "Baixada Fluminense", which is placed in Rio de Janeiro State Metropolitan Region. As a result of a process held by different social groups that had begun in the middle of XXth Century, Mesquita happened to achieve its political self-government condition in 1999. The purpose of this investigation was to reveal these groups' representations by looking through singular repertoires in order to analyze this collective movement trajectory. Oral History was used as an efficient method to help discussing and understanding these questions. Collective Memory comes to be the leading guide for this investigation as a result of its possibility to link different agents' remembrances and forgetfulnesses. Thus, memory is considered a social construction which is both demarcated by contemporaneous bounds and each one's social context. The combination between Memory and Oral History methodology offered the basic conditions for understanding some patterns in Mesquita's emancipatory process. In this way, some tensions, fights for power, touch actions and silent moments could be detected in the interviewed persons' memorials, which resulted in a picture frame plain of memories and distinct identities reflecting all over Mesquititan new space construction moment.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – Quadro Teórico- Metodológico</b>	
1. Memória, Espaço-Tempo, Identidade.....	10
2. Os Depoimentos e a História Oral.....	19
<b>CAPÍTULO II – Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita: uma cidade da Baixada Fluminense</b>	
1. Mesquita no contexto da Baixada Fluminense.....	39
2. O processo de ocupação das terras mesquitenses.....	43
3. Indicadores sócio-espaciais: Mesquita hoje.....	70
<b>CAPÍTULO III – A Emancipação nas Vozes da Cidade: espaço, poder e identidade</b>	
1. A criação de cidades nas constituições brasileiras: fluxos e refluxos.....	76
2. A idealização da emancipação ou “de como tudo começou”: as vozes entram em cena.....	83
3. A década de 80 e o ressurgir do movimento emancipacionista: o fogo começa a tomar conta do monturo.....	95
4. A década de 90: quando Mesquita torna-se cidade.....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	145
<b>ANEXOS</b>	
1. Roteiro para elaboração de entrevistas.....	A
2. Ficha de dados da entrevista.....	B
3. Perfil dos entrevistados.....	C
	D
	E
	F
4. Topônimo <i>Mutambó</i> .....	G
	H
	I
5. Imagens da Cidade.....	J
6. Galeria de entrevistados.....	L

## INTRODUÇÃO

O movimento pela autonomia municipal no Brasil, desde que a primeira cidade foi criada em 1532 - São Vicente -, apresenta-se marcado por períodos de alternância entre centralização/descentralização e encontra-se relacionado à discussão de exercício do poder local. Na história mais recente, no Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1985, assistimos a um “boom” de emancipações, com a criação de 28 municípios.

O presente trabalho traz como tema o estudo de caso de Mesquita, município da Baixada Fluminense - região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, emancipado em 1999. Para além das questões técnicas e acadêmicas sobre viabilidade financeira, desenvolvimento e relações de poder, dentre outras que permeiam os debates sobre movimentos emancipatórios, a pesquisa busca discutir o processo de emancipação de Mesquita à luz daqueles que vivenciaram e se envolveram em suas discussões e ações: os habitantes da localidade. Assim, o objetivo é analisar de que forma a emancipação se (re) constrói na memória do grupo e que estratégias são acionadas nesse trabalho da memória, tendo como instrumento metodológico a História Oral.

A gestação desse trabalho tem início no ano de 2001, no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de História – ANPUH, realizado em Niterói - Rio de Janeiro. Na ocasião tivemos a oportunidade de presenciar uma mesa de pesquisadores da Baixada Fluminense. A apresentação do pesquisador Linderval Monteiro, envolvendo a emancipação de Belford Roxo e a eleição de seu primeiro prefeito<sup>1</sup>, foi o

---

<sup>1</sup> Segue-se a referência completa do trabalho apresentado pelo pesquisador no encontro da ANPUH: Linderval A. Monteiro. *Baixada Fluminense: identidades e transformações*. O estudo das relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação de seu primeiro prefeito, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

primeiro despertar para a elaboração do anteprojeto de pesquisa que gerou o trabalho ora apresentado, pois neste mesmo ano, o município de Mesquita estava iniciando seu primeiro governo após ser emancipado de Nova Iguaçu. As vivências e as (re) lembranças da campanha para o executivo municipal do ano 2000 estavam bastante presentes. Dessa forma, escrever sobre o processo de emancipação, marcado, sob nosso ponto de vista, por tensões e disputas, poderia ser muito interessante e desafiador. E estávamos à procura de um tema instigante. Sabíamos que somente sob essa circunstância poderíamos pesquisar e escrever. E assim tudo começou.

Analisar e investigar este que consideramos, um “lugar antropológico” AUGÉ (2001), é, além de tudo, evocar as lembranças, estabelecer uma relação dialógica com um passado próximo que se tornou muito significativo em nossa trajetória de compreensão de mundo. Mesquita foi o lugar-cidade que nos acolheu durante onze anos como moradora e profissional, e que faz parte, portanto, da nossa própria história de vida: lugar de nascimento dos filhos, de construção de amizades, de trabalho, lugar de militância política. Assim, investigar as memórias da emancipação, implica em evocar as próprias lembranças, rever atitudes e posicionamentos, na medida em que, como cidadã, participamos de parte do processo emancipatório nos seus anos mais recentes. Dessa forma, as inquições, hipóteses e reflexões encontram-se permeadas de nossa própria experiência e inserção no processo emancipacionista; situando esse lugar de onde se fala, nossa posição assumida na década de 1980, foi contrária ao movimento de emancipação.

O reencontro com o “acontecimento” em forma de estudo fez emergir questões presentes à época, e outras recentes, já que no percurso do desenvolvimento deste trabalho, a visão e o estranhamento do pesquisador, foram sendo necessariamente



incorporados, condizentes com a tarefa que nos propomos a desenvolver e ora apresentamos.

O movimento pela emancipação de Mesquita tem origem em meados do século XX, quando acontecem as primeiras reuniões pró-emancipação. Na década de 60 o movimento toma corpo, mas é somente na década de 80 que o processo adquire força suficiente para conseguir a realização de uma consulta popular.

Em 1987 foi realizado um plebiscito que não alcançou o quorum previsto. Na década de 90 mais dois plebiscitos acontecem: em 1993, novamente o quorum não é conseguido e em 1995, novo plebiscito é marcado e realizado, dessa vez com a listagem “inchada” de quase treze mil eleitores, “até porque muitos já estariam mortos”, de acordo com notícia veiculada em um jornal de circulação diária (O GLOBO, 8/ 06/1997). Mais da metade votou “sim”, mas novamente não houve a confirmação da vitória. A partir desse momento iniciou-se uma campanha para provar que Mesquita já era emancipada, liderada pelo Comitê Pró-Emancipação, uma das organizações que reunia pessoas favoráveis ao movimento. Essa campanha deu origem a um processo judicial com duração de quatro anos, que percorreu o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral. Em 25 de setembro de 1999, com o sancionamento da Lei 3253, Mesquita é elevada à categoria de cidade, tornando-se então o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro.

Quem anda pelas ruas do centro do município, ainda percebe marcas do processo de emancipação descrito anteriormente. Até abril do ano de 2004, tais marcas eram mais evidentes, na medida em que o primeiro governo local eleito e empossado no início de 2001, se autointitulava o *Governo da Emancipação*. Desta feita, podia-se encontrar tais dizeres fartamente inseridos em placas de ruas, tabuletas de obras e na banca

de jornal da praça do centro da cidade<sup>2</sup>. O afastamento do primeiro prefeito por motivos de doença, parece ter refreado o ímpeto dessas inscrições referenciando-se à emancipação. De qualquer forma, sinais desse movimento ainda podem ser vistos nas ruas da cidade, e parecem indicar a influência do processo que transformou Mesquita em unidade municipal autônoma.

Partimos do pressuposto que a trajetória do movimento emancipacionista se apresenta marcada por tensões e disputas de espaços de poder, caracterizada na heterogeneidade de posições e representações que circulam na cidade: se para uns constituía-se em depositário de transformações e conquistas, para outros prevalecia a idéia de que esta não resolveria os problemas crônicos da região, e sim, de grupos que necessitavam ter maior influência na política local; enquanto setores favoráveis à emancipação acreditavam que o município era viável do ponto de vista da sustentabilidade econômica, chegando até ao ufanismo, setores contrários a ela afirmavam justamente o oposto.

Com relação ao quadro teórico, a memória em sua dimensão coletiva é o eixo norteador da pesquisa, por apresentar a possibilidade da articulação das lembranças e dos esquecimentos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos. Tratar a memória como uma construção social, vinculada a referenciais do presente dos sujeitos que lembram e baseada em seu contexto social de pertencimento é o ponto de partida dessa abordagem. Para tanto, o fio condutor do trabalho de memória são as narrativas orais de diversos agentes que se envolveram nas ações que culminaram com a autonomia político-administrativa de Mesquita.

---

<sup>2</sup> Ver *Imagens da Cidade* anexas ao final da dissertação.

A relevância desta pesquisa justifica-se por três aspectos: a inserção do objeto de estudo na temática da Baixada Fluminense, a sua contemporaneidade e a contribuição social. No que tange ao primeiro, Mesquita encontra-se localizada em uma das regiões de maior bolsão de miséria e abandono do Estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense. Baixada essa que carece de muitos olhares: olhar da História, olhar da Memória, olhar de Políticas Públicas, olhar do seu próprio povo. Baixada que merece tantos olhares. Estudá-la, tem o significado de afirmar sua importância, desvendando identidades, valores, carências e querências...

Ao longo dos anos 80 e 90 do século XX, vários estudos sobre a Baixada Fluminense foram sendo realizados, enfocando diversos temas e possibilitando uma multiplicidade de interpretações, notadamente na área das Ciências Sociais. Tomando as palavras de ALVES (2003: 18):

[...] Trabalhos sobre os movimentos reivindicatórios dos moradores, o baile funk, a mobilização camponesa entre 1950 e 1964, a presença do proletariado urbano nas ocupações de terra, a atuação política da Igreja Católica, a transição da citricultura para os loteamentos urbanos e a organização dos quilombos de escravos foragidos no século passado surgirão ao longo dos anos 80 [...].<sup>3</sup>

No Caderno de Resumos do Congresso de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (2002: 4), o seguinte trecho (re) afirma nossas preocupações:

[...] Portanto, refletir acerca da História da Baixada é necessariamente um esforço de valorizar a memória excluída, de dar voz a diferentes sujeitos históricos, de problematizar as tensões produzidas no seu interior e as provocadas pelas interferências da política econômica [...].

---

<sup>3</sup> José Cláudio S. Alves. *Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003. Este livro apresenta um levantamento mais detalhado dos trabalhos e dissertações acerca da Baixada Fluminense a partir da década de 30.

Este trabalho tem, portanto, a intenção de engrossar as descobertas daqueles que se preocupam em contar as histórias da Baixada Fluminense, com um olhar crítico e atento à diversidade de interpretações que possam aflorar em seu percurso.

Em relação à contemporaneidade do tema, pode-se constatar que na década de 80, intensificou-se o movimento em busca de emancipações políticas municipais. O caso de Mesquita não acontece, pois, isoladamente; conforme já assinalado, somente no Estado do Rio de Janeiro aconteceram 28 processos simultâneos nesse período, de acordo com dados recolhidos no Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Fundação CIDE).

A partir do levantamento de trabalhos acadêmicos realizados em torno da temática da emancipação, foram localizadas cerca de 15 dissertações em diferentes estados do Brasil (de acordo com consulta realizada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES). cremos que nosso diferencial reside no eixo norteador, centrado na memória social, e que igualmente poderá contribuir nas análises que estão sendo realizadas acerca da criação dos novos municípios.

A importância da pesquisa também reside no aspecto de contribuição social, já que os dados sobre a emancipação de Mesquita ainda não se encontram registrados, organizados e atualizados em obras de referência. Nesse sentido, os estudos sobre esse movimento: as tensões, aproximações, os silêncios e as conquistas, podem ser de grande valia para todos aqueles que buscam compreender melhor a cidade e mantêm o desejo de afirmá-la como um espaço democrático, onde a diversidade de idéias e práticas culturais de seus cidadãos sejam reconhecidas.

No que diz respeito à temporalidade dos acontecimentos investigados, inicialmente, pensamos em centrar o foco das pesquisas no período correspondente ao

último plebiscito realizado em 1995 e que culminou com a criação do município em 1999. No entanto, o trabalho de campo realizado – as entrevistas com base na história oral –, indicou um outro direcionamento para o desenvolvimento da temática. Observamos que, em suas lembranças, os depoentes se referenciavam a diferentes espaços de tempo, e isto lhes ajudava na construção de suas memórias. Desta feita, norteados pelos narradores, as pesquisas foram reorientadas, acreditando na possibilidade de uma visão mais abrangente sobre a campanha emancipacionista. Sendo assim, as análises que compõem o trabalho abarcarão três períodos: o primeiro processo para emancipar Mesquita, em meados dos anos 50; o segundo movimento, em meados dos anos 80, quando é realizado o primeiro plebiscito; e a terceira campanha, que envolve dois plebiscitos, na década de 90, culminando com a emancipação do município.

Como objetivo geral a pesquisa busca analisar de que forma o trabalho de memória do processo de emancipação foi construído, ao longo dos três períodos delimitados, e sua influência no novo espaço-cidade.

Assim, trabalhar com tal temática, implica em vasculhar os materiais de memória disponíveis e os que foram sendo produzidos para alcançar os objetivos específicos, a saber: investigar a construção de identidades locais no processo de criação da cidade; identificar interesses (de ordem política, econômica e social) entre os diversos segmentos (classe política, movimentos sociais, povo em geral) no processo de emancipação e seus impactos na construção da memória; apontar as diversas formas de participação dos agentes sociais, na campanha pela emancipação; relacionar a emancipação com o processo de busca da apropriação e de domínio do espaço a partir da afirmação de identidade(s) própria(s).

Em função de sua estrutura, o trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: o **Capítulo 1** trata do quadro teórico-metodológico que fundamenta a investigação. Inicialmente será apresentado o conceito de memória, seguido de uma abordagem sobre o espaço, e da discussão de identidade. As relações da memória com o espaço e a identidade constituem, dessa forma, o corpo de conceitos principais que norteiam o trabalho. Em relação à metodologia, o capítulo apresentará os fundamentos da História Oral, instrumento norteador de investigação do objeto de estudo.

O **Capítulo 2** é dedicado ao estudo da cidade de Mesquita, iniciando pelo seu processo de inserção no contexto da Baixada Fluminense, seguido da análise das formas de ocupação desse espaço, através de alguns marcos históricos, marcos esses que serão contextualizados pelas lembranças de moradores; o momento seguinte trata da discussão do termo *Mutambó*, incluída no título da dissertação. Finalizando, uma descrição de Mesquita na atualidade, através da demonstração de alguns indicadores socioespaciais, que podem servir para estabelecer a conexão entre a busca da emancipação e a cidade recém-criada.

O **Capítulo 3** se constitui no objeto central do trabalho, pois tratará do movimento emancipacionista, através dos três momentos selecionados: o primeiro, na década de 1950, identificado como a gênese de todo o processo; o segundo a partir de meados da década de 1980, que dará origem ao primeiro processo plebiscitário; e o terceiro, na década de 1990, envolvendo os plebiscitos de 1993 e 1995, e que culmina com a criação do município em 1999. Neste capítulo, serão trabalhados os depoimentos dos agentes sociais ouvidos, ou seja, as memórias da emancipação eclodirão através das narrativas dos depoentes.

Finalizando, serão apresentadas as considerações finais, com a proposição de sistematizar algumas das questões tratadas no desenvolvimento do trabalho, bem como de apontar perspectivas para continuidade e aprofundamento de futuras pesquisas.

## 1 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

*Abordagens teóricas são como lentes de aumento, que nos ajudam a ver e compreender melhor certos aspectos da realidade. As lentes podem ser escolhidas de acordo com o interesse do pesquisador e à medida que são usadas deixam marcas no objeto observado. Os grandes cientistas sociais fizeram boa escolha de quais lentes utilizar para traduzirem as imagens focalizadas. Esta é sem dúvida a tarefa a ser realizada.*

Myrian Sepúlveda dos Santos

A tarefa do capítulo inicial consiste na apresentação das concepções que norteiam o trabalho, a partir da linha de pesquisa na qual a dissertação encontra-se inserida: Memória e Espaço. Dessa forma, a discussão iniciar-se-á com as visões de memória que servirão de arcabouço à análise do processo de emancipação de Mesquita, seguidas de uma abordagem das categorias de espaço e tempo, bem como da concepção de identidade social, e as respectivas aproximações que se deseja realizar com o trabalho da memória. Fechando o capítulo, serão enunciadas as bases do instrumento metodológico utilizado, a História Oral, bem como o perfil dos agentes sociais entrevistados.

### 1.1 MEMÓRIA, ESPAÇO –TEMPO, IDENTIDADE

Em recente entrevista <sup>4</sup>, o sociólogo e filósofo francês Henri-Pierre Jeudy, afirmou que o que o apaixona na cidade é que elas são um objeto impossível de tocar. Considera que estamos próximos, fascinados por ela, mas não temos como tocá-la. Ela é enigmática. Há sempre um jogo entre o visível e invisível. Considera, ainda, a cidade como um pensamento, que ao mesmo tempo constrói-se e desconstrói-se. Termina afirmando que a cidade é a melhor metáfora do pensamento.

---

<sup>4</sup> Henry-Pierre Jeudy. *A cidade não é um museu*. [Entrevista disponibilizada na Internet <<http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil/message/4513>>] 2003.



Trabalhando a idéia de JEUDY (2003), ou seja, das cidades como lugares de representações e práticas, na medida em que são os homens mesmo quem as projetam, as edificam, inscrevendo suas marcas na paisagem, busca-se investigar o processo de criação da cidade de Mesquita, que teve na emancipação seu motivo principal para a efetivação do desejo de cidade, à luz da memória.

Assim, a intenção é refazer um percurso que, pressupõem-se marcado por tensões, disputas, aproximações e silêncios entre os diversos agentes / grupos sociais. Trata-se, como apontam os escritos de LOVISOLO (1989), de trabalhar uma história baseada nas contradições e justaposições da memória:

[...] Poderíamos antecipar que tal história nos proporcionaria constelações contraditórias de representações e práticas, de sentimentos e atitudes, e de valores organizados em torno da memória. Esta se desdobraria em individual e coletiva, fiel e infiel, objetiva e subjetiva, texto e monumento, oral e escrita, entre outras polarizações [...] (Lovisoló, 1989: 16).

São exatamente essas polarizações que serão utilizadas na presente investigação, extraindo ao máximo as possibilidades do trabalho com a memória em suas múltiplas faces. Dos desdobramentos da memória elencados por Lovisoló, a dualidade - individual e coletiva -, será destacada, na medida em que as mesmas estarão permeando as análises, uma vez que, é a partir da memória de cada depoente e das articulações que suas lembranças possam apresentar com o grupo de pertencimento, que a história estará se construindo.

A concepção de memória como construção social é um referencial importante, porquanto estaremos tratando de um conjunto de representações sobre a emancipação. Nesse sentido, será acionado o caráter coletivo da memória, introduzido por Maurice Halbwachs às ciências sociais do século XX, principalmente, a parte na qual afirma que as lembranças são construções sociais que se realizam a partir de referenciais do

presente, e que a memória se compõe através de “quadros sociais” que a orientam e a tornam coletiva.

BOSI (1998), explica muito bem essa dimensão coletiva da memória, concebida por Halbwachs:

[...] A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (Bosi, 1998: 54).

Nesse entendimento, as lembranças individuais são frutos de sua articulação com as lembranças do grupo a que o indivíduo pertence.

HALBWACHS (1990) em seus escritos com relação à memória individual já dizia:

Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo inventou e que emprestou do seu meio [...] (Halbwachs, 1990: 54).

Também com ênfase na linha da construção social da memória, os escritos de POLLAK (1992: 201-202) apontam os acontecimentos, as pessoas – personagens e os lugares, como “elementos constitutivos da memória”, ou seja, esses três fatores se apresentam como determinantes no exercício do recordar.

Com relação aos acontecimentos, ele os divide em duas categorias: os acontecimentos *vividos pessoalmente*, frutos da própria experiência dos indivíduos em sua trajetória de vida e os acontecimentos *vividos por tabela*, ou seja, a partir de experiências trazidas pelo grupo a que pertence, mas não vividos diretamente, e que se tornam, pela relevância que assumem, parte integrante da memória do grupo – é a *memória herdada*.

Como segundo elemento constitutivo da memória, aparecem as pessoas, os personagens, que, de acordo com o mesmo critério dos acontecimentos, podem ser tanto aqueles conhecidos diretamente, quanto os personagens “de quem se ouviu falar”, mas adquiriram importância tal, a ponto de se transformarem em praticamente conhecidos.

Como terceiro elemento aparecem os lugares: as lembranças, nesse caso, podem evocar tanto locais da própria experiência pessoal quanto os de identificação de um grupo.

O interesse nesses três fatores formadores do processo de reconstituição da memória reside no fato de que a pesquisa trabalha com o acontecimento / emancipação; o lugar/ Mesquita e os personagens/ narradores.

Ainda de Pollak, serão utilizados: a) o *processo seletivo da memória*, no qual as informações registradas são aquelas que interessam ao indivíduo ou ao grupo; b) o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, quando fica claro que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos que opõem grupos políticos diversos – a *memória em disputa*; vale ressaltar nesse aspecto, o fator da negociação da memória, que precisa concordar com as lembranças trazidas por outros para que as incorpore como suas. Pode-se, pois, antever que memórias coletivas não são por si só tranquilas e homogêneas, elas podem indicar processos conflituosos e concorrentes. Dependem dos “[...] processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias [...]” (Pollak, 1989: 4); e c) o conceito de identidades coletivas, ou seja, o investimento que um grupo realiza ao longo do tempo para estabelecer laços de unidade, coerência e continuidade:

[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a

necessidade de se proceder rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (Pollak, 1989: 207).

Dessa forma, a investigação se dará em torno do grau de variabilidade de coesão / dispersão na constituição da identidade emancipacionista e sua influência no processo de afirmação dessa identidade, através da análise dos depoimentos orais coletados.

Na análise das memórias emancipacionistas, será acionado outro conceito de Pollak: *o trabalho de enquadramento da memória*, a partir das diferentes representações da emancipação, trazidas pelas memórias de agentes oriundos de grupos sociais diversos: setores do governo, partidos políticos, movimentos associativos etc.

Com relação aos silêncios da memória, o conceito de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989): - as que ficam silenciadas ou esquecidas por muito tempo e que vêm à tona em momentos de crise ou de possibilidade de extravasamento -, servirão de base para análise dos depoimentos, em que tais situações transpareçam.

A partir da concepção de Pollak sobre os elementos constitutivos da memória, é possível um entrelaçamento com o que Halbwachs afirma sobre a relação das lembranças próprias do indivíduo e a de seu grupo de pertencimento. Porém, isso, não parece ser o fator exclusivo para as rememorações do passado, até porque esse passado não pode ser revivido exatamente do jeito que aconteceu. Conforme SANTOS (2003):

“[...] Escrever sobre a memória é escrever, por um lado, sobre a relação entre indivíduo e sociedade e, por outro, sobre a relação entre passado, presente e futuro. Não são poucos os pensadores que nos dizem que o que nos lembramos do passado é sempre diferente do que aconteceu no passado [...]” (Santos, 2003:186).

Quando o passado é evocado, a partir da condição de temporalidade presente, ele está situado num determinado contexto, marcado pelas experiências e idéias que o indivíduo acredita.

Nessa discussão, é necessário também, acionar uma abordagem da memória condizente com as práticas e discursos de século XXI, já que o objeto de estudo em foco: a emancipação remete a uma temática profundamente contemporânea, e, portanto, mergulhado numa sociedade onde a “cultura da memória”, segundo HUYSSSEN (2000), se faz presente como uma necessidade. Quando esse autor, por exemplo, avalia que atualmente a sociedade está fragmentada, tanto em termos de referências espaciais quanto temporais, e, por isso mesmo, a “memória consensual coletiva” da época de Halbwachs, é muito difícil de ser encontrada na sociedade atual.

[...] que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento [...] (Huysen, 2000: 15).

Dessa forma, as idéias de Halbwachs são perfeitamente empregáveis, contanto que as flexibilize em direção à compreensão de que a sociedade contemporânea é detentora de muitas memórias, ou seja, não se pode e não se deve contentar em procurar uma memória coletiva que seja consensual, porquanto se corre o risco de não encontrá-la, ou mesmo de impô-la ao grupo estudado.

Com relação a um dos elementos constitutivos do trabalho da memória, segundo Pollak - os lugares -, eles remetem a uma categoria fundamental para este trabalho: o espaço, que por sua vez encontra-se entrelaçado à categoria de tempo.

Segundo HARVEY (1993: 187) “O espaço e tempo são categorias básicas da existência humana”. Assim, estudá-las, significa compreender como os homens, através dos tempos, conseguiram se organizar e influenciar no espaço a seu alcance, ou seja, o tempo social e o espaço social, construções que podem variar de acordo com a diversidade dos grupamentos humanos: “[...] Em suma, cada modo distinto de produção ou formação

social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço” (Harvey, 1993: 189).

De acordo com os trabalhos da geografia temporal proposta por Hägerstrand <sup>5</sup>, segundo a qual “[...] os indivíduos são considerados agentes movidos por um propósito, engajados em projetos que absorvem tempo através do movimento no espaço [...]” (Hägerstrand, citado por Harvey, 1993: 195), Harvey aponta as biografias individuais definidas por Hägerstrand “trilhas de vida no tempo-espaço”, como uma maneira de se estudar o comportamento dos indivíduos, suas práticas cotidianas e processos de deslocamento; essa conceituação será útil no entendimento das movimentações dos atores sociais do objeto de estudo. Entretanto, não basta explicar as movimentações têmporo-espaciais dos indivíduos ou dos grupos; é preciso refletir em que bases essas relações sociais se estabelecem, o que faz determinadas relações dominarem outras, tornando-se hegemônicas. Para isso, as abordagens que podem contribuir nesta questão são àquelas que dão conta das relações de poder e sua imbricação com as práticas espaciais e temporais.

Com os estudos de HARVEY (1993: 207), de como a “[...] hegemonia ideológica e política em toda a sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social [...]”, pode-se discutir e aplicar de que forma manifestações relacionadas aos usos do dinheiro, do tempo e do espaço influenciam na manutenção do poder político. Da mesma forma, como práticas sociais podem ocasionar mudanças qualitativas do espaço e do tempo, e se manifestam por meio da luta social.

---

<sup>5</sup> Torsten Hägerstrand, geógrafo suíço, que através da geografia temporal, procura analisar as atividades dos indivíduos através das variáveis do tempo e do espaço.

Na discussão do papel do poder nas relações sociais, nas práticas que fundam e organizam espaços ao longo do tempo, o trabalho de CLAVAL (1978) sobre as conexões entre espaço e poder que se estabelecem na trama social é igualmente adequado:

[...] o que se pretende mostrar claramente, hoje, é que o jogo social nunca é inocente: atrás das retroações que limitam aparentemente o poder dos indivíduos, desmascara-se a ideologia que oculta os mecanismos reais e leva a esquecer o peso desigual dos participantes e os que instituíram as regras sociais e com elas se beneficiam (Claval, 1978: 7).

Significa dizer, que não basta explicar como as relações e as práticas sociais acontecem; no caso da emancipação, não basta dizer que alguns setores desejavam a emancipação e outros eram contrários, mas sim, de que forma os homens ou grupos, agiram entre si ou sobre os outros:

“[...] impondo-lhes sua vontade pela força, ou levando-os a aceitar a autoridade de que está se investido, ou jogando com seus dons e a simpatia que sabe criar à sua volta, ou tirando partido de sua posição econômica, de sua situação geográfica ou de sua aptidão para inventar novas soluções e fazer com que sejam adotadas [...]” (Claval, 1978: 7).

Aplicando esses conceitos ao processo de ocupação da cidade de Mesquita, pode-se entender, não somente os processos de deslocamento dos moradores mais antigos para a região, como também os motivos desse deslocamento, compreendendo-os como parte de um projeto maior que reservava às populações mais empobrecidas do Rio de Janeiro as regiões da Baixada Fluminense, considerada “a periferia da periferia” do Rio. E, ainda, verificar os interesses envolvidos na emancipação, seja por parte das elites políticas da região, seja por parte dos movimentos sociais, envolvidos em tal processo e verificar de que forma eles reaparecem no trabalho de memória dos entrevistados.

Relacionando a questão do espaço à discussão da constituição de identidades, a pesquisa se apoiará no conceito de “lugar antropológico”, de AUGÉ (2001), que se refere ao mesmo da seguinte forma:

[...] àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja [...] (Augé, 2001: 51).

A utilização desse conceito ao espaço em tela, a cidade de Mesquita, é porque se acredita que a mesma apresenta características de um “lugar antropológico”, ou seja, ela se afigura em vários aspectos como identitária, relacional e histórica. Quando os moradores identificam-se como mesquitenses de nascimento ou ainda que sejam oriundos de outro lugar, assumem tal condição, estão se referindo a uma identidade individual que remete a um conteúdo espacial e social: morar na cidade, freqüentar a praça, assistir à missa, ir às festas, promove um compartilhar com os outros, um viver e relacionar-se com o outro, a “ocupação do lugar comum”. (AUGÉ, 2001). À medida que os habitantes vivem e criam uma relação de lugar, desenvolvem a capacidade de reconhecimento de sua própria história, dos marcos históricos que os mesmos construíram. Como diz AUGÉ (2001:53), “[...] O habitante do lugar antropológico não faz história, vive na história [...]”. Tais características permeiam a narrativa de vários depoentes nas entrevistas recolhidas.

Sabe-se, por outro lado, que Mesquita sofre como tantas outras cidades da influência globalizante que reduz os espaços e os tempos, porquanto é situada numa região metropolitana, refletindo, dessa forma, os valores e a fluidez da metrópole.

Como escreve HALL (2003:72-3): “Os lugares permanecem fixos; é neles que temos ‘raízes’. Entretanto, o espaço pode ser ‘cruzado’ num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou satélite. Harvey chama isso de ‘destruição do espaço através do tempo’” (Harvey, 1989: 2005, citado em Hall, 2003: 73).



Assim, as concepções de Hall sobre identidade cultural, podem ajudar na análise das diferentes identificações dos sujeitos sociais que compõem o lugar-espço investigado. Ou seja:

[...] a globalização tem, *sim*, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas e mais trans-históricas [...] (Hall, 2003: 87).

Diante das novas possibilidades colocadas, fruto da compressão espaço-temporal da sociedade que globaliza, que invade culturas herméticas, o presente trabalho não é desenvolvido com a variável de uma identidade mesquitense, mas sim, de identidades mesquitenses diversas, fruto da multiplicação dos “sistemas de representação e significação cultural” (Hall, 2003: 13) existentes ns sociedade atual.

## 1.2 OS DEPOIMENTOS E A HISTÓRIA ORAL

A partir da definição do objeto de estudo – os marcos coletivos do processo de emancipação de Mesquita - e o eixo norteador do quadro teórico - a memória -, esta seção se propõe a elencar as razões pelas quais se optou por fazer uso privilegiadamente da metodologia da História Oral. De acordo com QUEIROZ (1988):

“[...] ‘História Oral’ é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outros tipos de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. [...]” (Queiroz, 1988: 19).

Assim, o papel do testemunho oral se faz presente, pela possibilidade de captar as vivências diretas ou indiretas dos informantes, bem como de perceber os valores, tradições e possíveis mitificações em torno do tema analisado.

A história oral tem como mediação em sua coleta de dados a “memória dos informantes” (Amado e Ferreira, 2000: xv), vindo, portanto, ao encontro da categoria teórica principal da pesquisa.

Um aspecto importante que sobressai nessa discussão é aquela que afirma que a História Oral é a ponte entre a teoria e a prática. As questões que aparecem nas entrevistas sejam relacionadas à forma de lembrar de determinado acontecimento, seja à omissão ou destaque de determinados fatos, por exemplo, devem ser analisadas pelo pesquisador à luz das teorias que lhe serve de embasamento. Ela traz a possibilidade de comparação entre a interpretação que pesquisadores (sejam eles técnicos, acadêmicos etc) fazem dos acontecimentos e àquelas dos agentes envolvidos no próprio processo, pois não está aqui se falando apenas de recuperar dados de um passado, e sim, de colher depoimentos de alguém que viveu os acontecimentos e traduz sua interpretação através do relato. Dessa forma “[...] a história do tempo presente tem de lidar com testemunhas vivas, presentes no momento do desenrolar dos fatos, que podem vigiar ou contestar o pesquisador [...]” (Amado e Ferreira, 2000: xxiii).

No caso do objeto de estudo enfocado, que é um fato bastante recente, a possibilidade de trabalhar com esses confrontos, é um desafio instigante. Conforme aponta QUEIROZ (1988):

“[...] para as ciências sociais, o importante não é armazenar documentação, nem reconstituir antigas sociedades, ou épocas, mas atingir um problema de estrutura social por meio de técnicas específicas de coleta de dados [...]” (Queiroz, 1998: 31).

Assim, a concepção de História Oral de linha metodológica reafirma as intenções da pesquisa, ou seja, ao nível teórico ela deve ser capaz não de resolver ou

elucidar questões, mas sim de ser responsável pela problematização. De acordo com AMADO E FERREIRA (2000) a História Oral:

“[...] apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como diversos tipos de entrevistas, as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição dos depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre a teoria e a prática [...]” (Amado e Ferreira, 2000: p. xvii.)

As respostas, estas, devem ser encontradas nas teorias das disciplinas já existentes. Amado e Ferreira delimitam a teoria da história como principal fonte de explicações teóricas, mas também apontam que o pesquisador frequentemente recorre a contribuições oriundas de outras disciplinas. Principalmente, em se tratando de um projeto de pesquisa que se propõe interdisciplinar, tendo como eixo norteador a memória coletiva, os estudos relativos às ciências sociais têm uma contribuição destacada.

Conseqüentemente, o material empírico, coletado através das entrevistas deve “ser trabalhado por outros procedimentos como a descrição, análise, o levantamento de inferências, a compreensão, a explicação” (Queiroz, 1988: 28).

Além disso, verifica-se na delimitação do objeto de estudo, a importância da “conservação do que ‘foi’” (Queiroz, 1988: 33), quando, por exemplo, se dá conta de que muitos dos primeiros emancipistas, aqueles da década de 1950, já não se encontram mais presentes, e os registros existentes tanto sobre essa primeira ação quanto as posteriores, anos 80 e 90, ou se encontram espalhados em artigos de jornais impressos, panfletos, ou em sistematizações simplificadas, e não se apresentam como conteúdo consistente para uma análise mais detalhada. Dessa forma, “[...] a história oral cumpriria papel importante no esclarecimento de pontos e lacunas nas fontes escritas, e na percepção das representações dos atores sociais sobre a própria história [...]” (Santana, 2000: 37).

A pesquisa trabalha com a história oral temática, através de entrevistas com agentes sociais que participaram direta e indiretamente dos movimentos realizados pela emancipação do município de Mesquita, abrangendo períodos determinados. Fez-se uso, no entanto, de alguns elementos da história pessoal, necessários a esclarecimentos relacionados à temática central. No caso, perguntas relacionadas à ligação do entrevistado com a localidade de Mesquita (se nasceu no município, deslocamento da família - época em que se deu, procedência, motivação -), foram importantes para identificar se a ligação com o município é recente ou mais antiga, e se esses fatores influenciaram na construção de valores emancipacionistas.

Com relação à realização das entrevistas, cerne da metodologia, compartilha-se a visão de AMADO E FERREIRA (2000) quando dizem que:

“[...] a especificidade da entrevista de história oral que, distintamente de outras formas de coleta de depoimentos, deve estar sempre inserida num projeto de pesquisa e ser precedida de uma investigação aprofundada, baseando-se em roteiro cuidadosamente elaborado [...]” (Amado e Ferreira, 2000: xxiv).

A importância de um conhecimento mais detalhado acerca do objeto investigado é fundamental para que o entrevistador, de posse dessas informações, tenha condições de elaborar um roteiro que lhe assegure informações produtoras em relação aos objetivos definidos no projeto de pesquisa. THOMPSON (1998), igualmente aponta pistas interessantes sobre essa mesma questão:

[...] Não obstante, o que se dá na verdade é que, em geral, quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista. Por exemplo, se se estabeleceu, a partir dos jornais, a descrição básica de uma decisão política, ou de uma greve, será possível situar exatamente dentro dos acontecimentos a participação do informante, identificar até que ponto sua experiência e observações são diretas, quais recordações são de segunda mão, e reconhecer as falhas de memória entre eventos semelhantes em momentos diversos [...] (Thompson, 1998: 255).

No caso, os detalhes sobre a emancipação, vieram a partir do estudo em jornais, bem como através de panfletos e outros documentos impressos: atas de associação de moradores e documentos técnicos. Foi elaborado um roteiro mais geral, utilizado na primeira entrevista. Nesse roteiro <sup>6</sup>, já aparecem a descrição de alguns elementos de história pessoal do depoente e a sua experiência na participação do processo de emancipação. Naquele momento, dezembro de 2003, não se tinha ainda delimitado o período ou períodos em que a investigação centraria suas atenções. Mais adiante, o roteiro foi sendo reformulado, de acordo com o nível de participação dos informantes no processo de emancipação. O planejamento geral das questões que iriam conduzir a entrevista, traduzidas em forma de roteiro, possibilitou segurança e objetividade diante dos depoentes.

No aspecto de interação com os depoentes, a explicitação dos objetivos da entrevista, por onde a sessão iria caminhar, a explicação do funcionamento da metodologia, bem como seus procedimentos éticos: a transcrição, o retorno ao depoente e a necessidade de sua aquiescência para a divulgação, foi uma conduta adotada. Tais atitudes iniciais, marcando o estabelecimento das conversações, contribuíram para um ambiente de descontração e confiança observado no trabalho de campo, pois, de acordo com Thompson, a entrevista é “uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la” (Thompson, 1998: 277).

Com o decorrer do processo, sentiu-se a necessidade de elaborar alguns materiais para uma melhor organização do trabalho de campo. Dessa forma, foi organizada a ficha de dados da entrevista, baseada em MEIHY (2002: 186 e 187) <sup>7</sup> e o quadro

---

<sup>6</sup> Ver ANEXO A.

<sup>7</sup> Ver ANEXO B.

denominado mapeamento das entrevistas<sup>8</sup>, fundamentais na constituição da memória dos depoimentos.

O mapeamento das entrevistas teve um objetivo específico: auxiliar na construção do perfil da rede de entrevistados.

Com relação ao estabelecimento da rede, o ponto de partida foi o princípio de que a emancipação não possuiu uma voz monofônica, pelo contrário, ao longo dos três momentos analisados, e com base nas informações contidas em documentos impressos, ela seria composta de vozes heterogêneas, de acordo com o lugar social dos agentes sociais envolvidos. Nessa montagem, também se procurou atingir diferentes espaços da cidade, ou seja, entrevistados oriundos dos diversos bairros de Mesquita.

A partir desse espectro foram considerados três setores que poderiam ser significativos para a coleta de informações: a) uma estrutura que perpassou os três períodos e que abrigava geralmente os emancipistas declarados, ora denominado Conselho de Emancipação, ora Comitê Pró-Emancipação, ora Comissão Executiva Pró-Emancipação; b) aqueles que se organizavam em estruturas alternativas (geralmente membros de associação de moradores e agentes favoráveis à emancipação, mas que desenvolviam uma posição crítica) e setores da sociedade que se colocaram contrários ao movimento. Nos três setores, membros de associação de moradores, participantes de comunidades da igreja católica, membros de partidos políticos, moradores da cidade sem vínculo com nenhuma organização social, se fizeram presentes. Assim, a composição do corpo de entrevistados foi organizada a partir da eleição de depoentes vinculados aos três setores supracitados, distribuídos pelos três momentos do processo de emancipação. Com o correr dos anos, alguns agentes locais de Mesquita transferiram-se para outra cidade. A rede, portanto,

---

<sup>8</sup> Ver ANEXOS C,D,E e F.

cobriu pessoas que residem atualmente em Mesquita e outras localidades da Baixada Fluminense, bem como do Rio de Janeiro e Brasília. No período de um ano foram realizadas 25 entrevistas.

Com relação à transcrição, os depoimentos foram mantidos o mais próximo possível das falas originais, com o intuito de preservar a riqueza e as estratégias do trabalho de memória manifestadas na linguagem oral: expressões de alegria, tristeza, saudosismos, vocábulos inacabados, frases interrompidas e silêncios.

A fim de que se possa ter uma maior intimidade com os depoentes e auxiliar em uma maior compreensão de seus relatos, foi construído, um breve perfil para cada um que se encontra organizado por ordem alfabética:

**1. Amilton Cordeiro da Silva** – 41 anos, jornalista de profissão, atualmente é presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Mesquita e Secretário de Governo do atual Executivo liderado pelo prefeito Artur Messias. Morador da Coréia, bairro de Mesquita, desde que nasceu. Amilton sempre se situa como morador do lado “histórico” da cidade. Na década de 1980, Amilton participou do grupo jovem das chamadas Comunidades Eclesiais de Base. A relação com o movimento emancipacionista se deu a partir dos anos 80, porém sem um envolvimento intenso. Sempre foi a favor da emancipação, mas também demonstrou dúvidas quanto à sua viabilidade.

**2. Alcides Redondo Rodrigues** – 65 anos, coordenador do Laboratório de Administração Municipal do IBAM, residente no Rio de Janeiro. Participou da transição da estrutura da prefeitura de Nova Iguaçu em Mesquita. Tem opiniões favoráveis a respeito da emancipação das cidades.

**3. Antônio de Souza Leite (seu Souza)** – 80 anos, aposentado. Seu Souza é um antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), morador do bairro da Chatuba em Mesquita. No passado, além das atividades político-partidárias, fez parte do movimento sindicalista e da resistência no período da ditadura militar. Após se aposentar, começou a militar nos movimentos associativos de Mesquita, atividade que ainda desempenha, apesar de se encontrar um pouco “alquebrado”, por força de enfermidades decorrentes da idade. Sempre foi contra a emancipação de Mesquita, posição que mantém até os dias de hoje.

**4. Antônio José Pimentel (seu Pimentel)** – 75 anos, aposentado, atualmente desempenha funções de técnico agrícola, desenvolvendo projetos nessa área. Seu Pimentel, de acordo com o próprio relato, sempre gostou de política. Na década de 50 atuou junto ao movimento que iniciou a campanha pró-emancipação de Mesquita. Morador antigo do Centro de Mesquita; em 2000 apoiou a candidatura de José Montes Paixão e depois “desencantou-se” com a política desenvolvida pelo mesmo. Em 2004 apoiou a candidatura de Artur Messias à prefeitura e começou a participar das atividades do Partido dos Trabalhadores.

**5. Artur Messias da Silveira** - 42 anos, jornalista de profissão. Foi vereador por duas vezes no município de Nova Iguaçu quando Mesquita ainda fazia parte do mesmo e deputado estadual do Estado do Rio de Janeiro na gestão 1998-2002. Morador do bairro Vila Emil – Mesquita, Artur Messias é uma figura pública na cidade. Fez parte do grupo jovem das Comunidades Eclesiais de Base e do Partido dos Trabalhadores, desde o início da década de 1980. Foi candidato a prefeito na primeira eleição do município, no ano de 2000, situando-se em segundo lugar na preferência do eleitorado mesquitense. Participou ativamente no processo de emancipação, a partir de meados dos anos 80, ligado a um



movimento “crítico”. Não fez parte do Comitê Pró-Emancipação, que considerava bastante conservador. Observa-se, que, em seu depoimento, Artur chegou a demonstrar dúvidas com relação à emancipação da cidade, logo depois declarando seu convencimento. Em 3 de outubro de 2004 foi eleito prefeito da cidade numa aliança liderada pelos PT.

**6. Edmundo Nascimento** – 75 anos, aposentado, marceneiro de profissão, já fez de tudo um pouco na vida, conforme seu relato. Era, até abril de 2004, assessor administrativo do prefeito Paixão e seu correligionário político. Morador de Edson Passos, bairro de Mesquita, que faz divisa com outro município – Nilópolis, seu Edmundo é um dos remanescentes do primeiro movimento pela emancipação de Mesquita, datado de 1957. Seu Edmundo é um entusiasta do movimento emancipacionista e diz não ter almejado nenhum cargo público. Fez parte dos comitês pró-emancipação na década de 80 e 90. Em 2004, foi defensor ferrenho da candidatura de Waltinho Paixão, liderando as atividades da Sede Interpartidária, espaço que reunia os adeptos vinculados àquela candidatura.

**7. Elizana da Costa Silva** – 44 anos, funcionária do poder judiciário do Estado do Rio de Janeiro, moradora do bairro Cosmorama em Mesquita. Oriunda do grupo jovem das comunidades eclesiais de base da igreja católica entrou no Partido dos Trabalhadores na década de 80. Participou de atividades ligadas aos movimentos associativos de Mesquita no final dos anos 80 e, paralelamente desenvolveu atividades sindicais, quando começou a trabalhar nos Correios. Elizana sempre foi contrária à emancipação de Mesquita, achando que esse movimento era coisa de “moradores antigos” e políticos oportunistas. Quando o PT se posicionou a favor da emancipação, passou a defender publicamente essa posição, embora não concordasse com a mesma. Até hoje questiona o movimento emancipacionista.

**8. Fábio Henrique E. Silva** – 41 anos, comerciante. Morador do bairro Juscelino em Mesquita, Fábio é formado em economia e até o ano de 2004 dirigia as duas sapatarias instaladas em Mesquita, herdadas do pai. Em janeiro de 2005 passou a integrar a equipe do governo eleito de Artur Messias. Fábio acompanhou o 3.º processo da emancipação em 1995, quando se posicionou contrariamente à emancipação de Mesquita. Não teve um grande envolvimento, pois nesse período suas atividades de estudo e trabalho eram no Rio de Janeiro. Ao ser perguntado qual era a posição de seu pai em relação à emancipação, relatou que o mesmo também era contrário à emancipação. Posteriormente, o pai nos deu um depoimento contrariando a exposição de Fábio, pois o mesmo além de ser favorável, lembrou até mesmo do dia da votação dos três plebiscitos.

**9. Flávio Nakandakare (Nakan)** – 34 anos, artista plástico, portador de necessidades especiais (cadeirante) e morador do bairro Edson Passos em Mesquita. Foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Nova Iguaçu quando Mesquita ainda era seu distrito (1996 – 2000). Confirmou sua reeleição em 2000 e está no terceiro mandato consecutivo. Em 1995, Flávio se posicionou a favor da emancipação de Mesquita, acompanhando a decisão de seu partido. Como artista plástico, desenhava charges alusivas ao movimento.

**10. Framínio Gonçalves** – 70 anos, morador do bairro Vila Emil em Mesquita. Advogado de profissão, Framínio é fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e sempre manteve atividades político-partidárias em Mesquita. Participou dos três momentos da campanha emancipacionista, sempre se posicionando a favor. Foi presidente do comitê Pró-Emancipação da década de 1980. Em abril de 2004 assumiu o cargo de prefeito da cidade, por ocasião da doença do prefeito José Montes Paixão. Foi candidato a reeleição, perdendo para Artur Messias da Silveira, atual prefeito.

**11. Geralda Maria de Lucena** – 73 anos, moradora do bairro BNH em Mesquita. Dona Geralda é dona de casa, e desde a década de 1950 tem uma forte militância no PCB, partido do qual é militante até os dias de hoje, integrando, inclusive, o diretório em Nova Iguaçu. Na década de 1980, participou do movimento associativo, através da Associação de Moradores do BNH, junto com seu falecido marido, seu Lucena, igualmente militante do PCB, através do qual iniciou quando jovem sua militância no referido partido. No primeiro plebiscito em 1987, seguindo a orientação partidária do PCB, defendeu e votou contra a emancipação. Posteriormente, quando o partido liberou seus militantes, pode manifestar sua posição favorável à emancipação.

**12. Hélio Ricardo Porto (Helinho)** – 40 anos, historiador com Mestrado em Planejamento Urbano e coordenador metropolitano da Federação de Assistência Educacional (FASE), residente no Rio de Janeiro. Atuando na Baixada Fluminense há cerca de 18 anos entre militância no movimento social e atividade profissional, Helinho problematiza o movimento de emancipações municipais. A principal questão apontada é que tal movimento direcionado geralmente por uma elite de poder local, não visa os interesses coletivos da cidade e, sim, a retenção do poder nas mãos de um pequeno grupo.

**13. Jackson Miguel da Trindade** – 77 anos, Procurador Geral da Fazenda da União aposentado.. É tido por muitos como o responsável pelo primeiro movimento de emancipação na década de 1950. Seu nome é recordado por todos os que se lembram desse momento. Na verdade, ele presidiu a reunião que foi considerada o marco inicial da campanha emancipacionista, datada de cinco de maio de 1957. Dr. Jackson, como é chamado, é um pernambucano que migrou com sua família para o Rio de Janeiro, traçando a mesma rota de milhares de nordestinos em busca de melhores condições de vida.

Entusiasta da causa da emancipação se considera um “soldado” da mesma até hoje. Foi também diretor - chefe do jornal *O Mesquitense* em meados de 1950, onde escrevia vários artigos sobre a emancipação de Mesquita. Se autointitula o intelectual do movimento à época. Dr. Jackson, nesse período, era militante ativo na política partidária pertencendo aos quadros do Partido Social Democrata (PSD). Fomos à Brasília especialmente para entrevistá-lo e ele nos recebeu com muita gentileza e satisfação.

**14. José Maria Nunes (seu Zé Maria)** – 65 anos, comerciante de origem portuguesa que se estabeleceu em Edson Passos, bairro de Mesquita na década de 1960. Seu Zé Maria é proprietário de um bar, não tem vinculação partidária e acompanhou o processo de emancipação de Mesquita como morador. Pelo seu relato é favorável à emancipação como forma de desenvolvimento da cidade.

**15. José Rechuen** – 62 anos, ex-vereador da Câmara de Mesquita, morador do Centro de Mesquita. É filiado e integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); nas eleições de 2004, integrou como candidato a vice – prefeito a chapa de Waltinho Paixão. Participou do movimento emancipacionista a partir da década de 1980. Emancipista convicto participou ativamente dos Comitês Pró-Emancipação e no plebiscito de 1995 foi aliado de José Montes Paixão, eleito primeiro prefeito da cidade em 2001.

**16. Jussara Góes Salles (prof. <sup>a</sup> Jussara)** – 53 anos, professora da rede estadual em Mesquita e moradora do Centro do município. Não tem vinculação partidária, aderiu ao movimento pela emancipação a partir do último plebiscito realizado em 1995; a partir daí desenvolveu uma admiração intensa pela política do antigo prefeito José Montes Paixão, a quem atribui a exclusiva responsabilidade pela criação da cidade de Mesquita. Tal

admiração parece chegar à idolatria, expressa em suas falas e ações. Por ocasião das comemorações do sete de setembro em 2004, a professora Jussara e mais uma amiga desfilaram com uma faixa em homenagem ao antigo prefeito que se encontrava enfermo. No aniversário da emancipação – vinte e cinco de setembro –, também do referido ano, mandaram fazer faixas relembrando os cinco anos da emancipação de Mesquita. Note-se que, além, de uma comemoração organizada pela prefeitura, esta foi a única (re) lembrança inscrita na cidade.

**17. Luiz Martins Azeredo (seu Luiz)** – 93 anos, aposentado. Único entrevistado morador e cidadão iguaçuano. Foi diretor do jornal de Nova Iguaçu *O correio da Lavoura* durante quarenta anos, até meados dos anos 70. Acompanhou o primeiro processo de emancipação, da década de 1950, como diretor do jornal. Ferrenho opositor do movimento pela emancipação do quinto distrito, seguia a tendência da maioria dos iguaçuanos, conforme revelado em seu depoimento.

**18. Maria Antônia N. de Santana (D. Tuninha)** – 56 anos, costureira e moradora no bairro da Chatuba, Mesquita. Dona Tuninha é liderança da Associação de Moradores da Chatuba (ABC) e das atividades da igreja de seu bairro; além disso, faz parte da direção do PT do município. À época dos plebiscitos se posicionou contrária à emancipação de Mesquita, dentro de uma compreensão que a mesma não resolveria os problemas da localidade, mas sim, de parte de uma elite política interessada em hegemonização do poder com fins eleitoreiros.

**19. Maria da Conceição Nascimento (D. Conceição)** – 65 anos, aposentada e proprietária de um pequeno conjunto de atividades comerciais (bazar e estúdio fotográfico) no bairro

onde mora – Vila Emil, Mesquita. É viúva de seu Expedito Miguel, antiga liderança local do movimento associativo que a iniciou nas atividades comunitárias, como também na campanha pela emancipação ainda na década de 1980, integrando o Comitê Pró-Emancipação. Sua entrevista foi marcada pela constante referência ao marido, que à época ainda era vivo, mas impossibilitado por enfermidade de participar do relato.

**20. Marinês Trindade** – 40 anos, advogada sindical, residente no Rio de Janeiro. Na década de 1980, fez parte da juventude do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e da executiva do PMDB de Nova Iguaçu. Marinês morava no Centro de Mesquita e juntamente com seu pai, capitão Regner Trindade e sua irmã Marilourdes Trindade, em meados da década de 1980, reorganizaram a campanha em prol da emancipação de Mesquita, através da participação das Associações de Moradores na discussão. O capitão Regner Trindade, já falecido, junto com outras lideranças, fundou a Sociedade Amigos de Mesquita (SAMES) e lideraram a iniciativa de reorganização e fundação de associações que trouxessem em seu bojo a questão da emancipação de Mesquita. Marinês é sobrinha do Dr. Jackson Trindade, emancipista da década de 1950. Pode-se dizer que na década de 1980, a família Trindade, continuou a campanha iniciada em meados de 1950 pela emancipação. Marinês foi mediadora no sentido de conseguirmos a entrevista com seu tio Jackson Trindade. Seu depoimento foi cravado de muita emoção e o ato de lembrar foi marcante para a entrevistadora e a entrevistada.

**21. Milton da Silva Lima** – 69 anos, aposentado do exército e residente no bairro da Coréia. Desenvolve atividades até os dias de hoje na igreja católica de sua localidade. Na década de 1980, junto com o capitão Regner Trindade, liderou a campanha pró-emancipação, num movimento articulado com a fundação de associação de moradores com

o apoio da igreja católica. Seu Milton foi presidente da Associação de Moradores de São Lucas. Além do seu depoimento, concedeu documentos da época, tais como listas de presença e atas da associação de moradores. Seu Milton e seu Regner não participavam do Comitê Pró-emancipação, por considerá-lo impregnado de políticos que queriam se aproveitar do movimento emancipacionista para fins eleitoreiros.

**22. Osmar Gonçalves** – 57 anos, comerciante próspero da área de materiais de construção estabelecido há cerca de trinta anos em Mesquita. Originariamente morava em Vila Emil, onde mantém até hoje a loja matriz de seu negócio. Mudou-se para Nova Iguaçu, mas mantém relacionamento com outros comerciantes e frequenta a sociedade local. É bastante reconhecido pela seriedade com que conduz seu estabelecimento. Não tem vinculação político-partidária; sempre foi a favor da emancipação, porque acredita que dessa forma a cidade tem uma maior possibilidade de desenvolvimento.

**23. Rosângela Sassuí** – 49 anos, comerciante, atualmente reside em Nilópolis, mas morou durante cerca de trinta anos em Edson Passos, bairro de Mesquita. Rosângela participou de movimentos ligados à igreja católica e foi filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1992 ingressou no PT juntamente com seu marido, Paulo Sassuí, quando este concorreu a uma vaga de vereador pelo município de Nova Iguaçu.; Rosângela e Paulo Sassuí participaram da campanha em favor da emancipação de Mesquita no segundo e terceiro processos, respectivamente 1993 e 1995.

**24. Vera Lúcia de Amorim Sepúlveda** – 61 anos, artesã; Vera é moradora do Bairro Cruzeiro do Sul em Mesquita. Egressa do grupo jovem das comunidades eclesiais de base foi líder comunitária, inicialmente como presidente da Associação de Moradores de Banco

de Areia na década de 80, e, posteriormente, do Mutirão de Santo Elias, movimento de 1994, que conseguiu a posse de terra do assentamento urbano denominado atualmente Parque São Francisco de Assis. Fundadora do Partido dos Trabalhadores se posicionou contrária à emancipação, mesmo quando seu partido fechou questão a favor.

**25. Walter de Almeida Paixão (Waltinho)** - 51 anos, contador de profissão; até abril de 2004, exercia o cargo de Subsecretário de Urbanismo e Meioambiente na prefeitura de Mesquita. É sobrinho do primeiro prefeito da cidade, José Montes Paixão (falecido em dezembro de 2004), e um de seus herdeiros políticos. Morador do Centro de Mesquita exerceu um papel ativo no plebiscito de 1995, pois era o presidente do Comitê Pró-Emancipação e, junto com Paixão, fez cerca de cento e cinquenta viagens à Brasília, no período de 1995 a 1999, para acompanhar o processo judiciário da emancipação. Nas eleições de 2004, foi candidato a prefeito apoiado pela família Paixão, na sigla do Partido Popular, situando-se em segundo lugar. Essa candidatura se colocava como a continuidade do “governo da emancipação”, cujo líder era José Montes Paixão.

É importante destacar que não se conseguiu concretizar a realização de duas entrevistas com depoentes previamente selecionados pela pesquisa. A primeira seria com José Montes Paixão, prefeito da cidade até abril de 2004. A importância desse depoimento residia no fato de que Paixão esteve presente nos movimentos pró-emancipação desde a década de 50 e é citado em todas as entrevistas realizadas. Desde dezembro de 2003, foi iniciado o contato com a com sua assessoria, e quando estávamos prestes a marcar um encontro, já em março de 2004, o mesmo foi vítima de um acidente vascular cerebral, vindo a falecer em dezembro do referido ano. Seu perfil mesmo assim



será apresentado, uma vez que o prefeito Paixão aparece recorrentemente nas memórias da rede de entrevistados..

. **José Montes Paixão** – 77 anos (07/03/1927 – 12/12/ 2004). Foi vereador por Nova Iguaçu nas legislaturas de 1951 a 1954 e 1959 a 1962; exerceu dois mandatos de deputado estadual: 1983 a 1987 e 1991 a 1995. Pelos depoimentos ouvidos, Paixão era contrário à emancipação de Mesquita nos anos 50-60 e continuou sem participação ativa no 2.º processo (década de 80). Na década de 90, começou a se organizar junto com outros setores em torno do Comitê Pró-Emancipação de Mesquita, que desenvolveu uma campanha intensiva em favor do movimento, tornando-se um defensor ferrenho dos ideais emancipacionistas. Diversos setores do município creditam à Paixão a iniciativa das lutas judiciais que culminaram com a criação do município em 1999. Em 2000 se candidatou à prefeitura do município, através da legenda do PDT, intitulando-se “O PAI DA EMANCIPAÇÃO”, saindo vitorioso nas urnas. Logo após, filiou-se ao PMDB, acompanhando o então governador do estado Anthony Garotinho. Era candidato à reeleição em 2004, quando foi acometido do acidente vascular cerebral, que o afastou da cena política.

. **D. Neiva** - A segunda entrevista não realizada foi com **D. Neiva**, uma senhora com cerca de 80 anos, e que foi “achada”, através de reportagem veiculada em um jornal da cidade, por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, em marco de 2004. D. Neiva teve uma participação intensa nas atividades do Comitê Pró-Emancipação do último movimento pró-emancipação realizado na cidade (1995 – 2000), como moradora favorável à autonomia de Mesquita. A entrevista chegou a ser marcada, porém, no momento de sua concretização, D. Neiva mostrou-se bastante desconfiada, com receio de seu relato ser aproveitado para fins políticos -partidários e declinou do

depoimento. Recentemente, em dezembro de 2004, por ocasião dos funerais do prefeito José Montes Paixão, D. Neiva se fez presente, e a oportunidade do reencontro aconteceu; na ocasião a senhora declarou ter se arrependido de não conceder a entrevista. Entre a surpresa e a alegria, ficou acertado um outro momento para que a entrevista finalmente acontecesse. D. Neiva se mostrou bastante receptiva dessa vez e disse que falaria por ela e pelo prefeito falecido.

À guiza de finalização deste capítulo, é preciso expor que a experiência com a metodologia de História Oral foi ímpar e possibilitou um alargamento das visões sobre o processo de emancipação de Mesquita. Dessa forma, considera-se que o trabalho ora apresentado é uma obra de conjunto, construído com essas múltiplas vozes da cidade, no que elas têm de identificação, distanciamento, tensões e silêncios. O trabalho de memória realizado pelos depoentes apontou caminhos, reflexões e mudanças no próprio direcionamento do trabalho, cumprindo, pois, o papel de suporte metodológico a que se propunha.

Para o complemento da coleta de dados, informações de caráter histórico e sócio - espaciais necessárias à construção do pano de fundo do movimento emancipacionista, outras fontes de pesquisa foram acionadas. Desta forma, esses dados foram recolhidos em materiais disponibilizados por diferentes instituições: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada (IPAHB), Arquivo da Diocese de Nova Iguaçu, Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), Federação de Assistência Educacional (FASE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Fundação CIDE, consulta a monografias e dissertações sobre a temática, além de jornais impressos e materiais disponíveis na Internet.

## **2 DAS TERRAS DE MUTAMBÓ AO MUNICÍPIO DE MESQUITA: UMA CIDADE DA BAIXADA FLUMINENSE**

*Os municípios da Baixada Fluminense tornaram-se o lugar onde a singularidade é o múltiplo, as identidades são diversas, 'o definitivo é o provisório', as sonoridades são todas, num retrato bastante significativo de como é de fato o país.*

Roberto Lara  
Compositor e produtor musical de Nova Iguaçu

Após a definição dos caminhos teórico - metodológicos nos quais a pesquisa se referencia, será apresentado neste capítulo um perfil do município de Mesquita, construído através de: a) sua inserção no contexto da Baixada Fluminense; b) um breve histórico de seu processo de ocupação; c) alguns indicadores sócio-espaciais atuais. Faz-se necessário salientar que muitos dados de Mesquita ainda se encontram relacionados ao município de Nova Iguaçu, fator que traz dificuldades em mostrá-los com mais precisão.

A apresentação desse perfil torna-se relevante, porque, em seu conjunto, reúne elementos sobre a cidade, que marcam presença nas falas advindas dos depoimentos orais e nos suportes escritos sobre o processo de emancipação.

Em relação às fontes consultadas, fez-se uso da historiografia relativa à região, bem como de documentos impressos coletados em: instituições de pesquisa histórica, planejamento urbano e políticas sociais situados na Baixada Fluminense e Rio de Janeiro, tais como IPHAB, Arquivo da Diocese de Nova Iguaçu, IAB e FASE. Com relação aos dados sobre Mesquita e a Baixada Fluminense se fez uso de informações provenientes da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Fundação CIDE). Além disso, lançou-se mão de jornais de época e da atualidade tais como: Mesquitense (1959), Correio da Lavoura e O Radical Brasileiro (1987), Nova Mesquita (1993), O Dia (2000) e O Globo (2003/2004).

## 2.1 MESQUITA NO CONTEXTO DA BAIXADA FLUMINENSE

Muitas são as classificações utilizadas para delimitar a região conhecida atualmente como Baixada Fluminense. Neste trabalho será adotada uma classificação que se aproxima das “regiões de governo” desenvolvidas pelo Anuário Estatístico do Rio de Janeiro da Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Sendo assim, a denominação Baixada Fluminense, na maioria das vezes, ficará restrita à porção do território da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que abrange os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Em alguns momentos, será acrescida de outros municípios, como na classificação utilizada pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em seu *Perfil Orçamentário dos municípios da Baixada Fluminense em 2001* (incluindo Paracambi) ou na do Fórum Popular de Segurança Alimentar e Nutricional da Baixada Fluminense (incluindo Guapimirim, Magé, Itaguaí, Paracambi e Seropédica).<sup>9</sup> (ver municípios citados na figura 1).

Contando com uma população em torno de 3,5 milhões de habitantes, distribuída em uma área de 2.806 km<sup>2</sup> (incluindo os 13 municípios), a Baixada concentra 23,5% da população do Estado do Rio de Janeiro, segundo dados do censo de 2000 do IBGE. Encontra-se ainda presente como característica marcante o papel de região *dormitório*, ou seja, a massa de população em idade produtiva é atraída principalmente para o centro da região metropolitana do Estado, a cidade do Rio de Janeiro, onde ocorrem as principais ofertas de trabalho.

---

<sup>9</sup> Documento com o título Plataforma de Luta Social e Política contra a Fome na Baixada Fluminense, 2003.

Figura 1 – Estado do Rio de Janeiro – divisão político-administrativo



Fonte: Fundação CIDE: 2003

A origem dessa condição remete ao início do século XX, quando à Baixada Fluminense é reservado um espaço de refúgio das populações mais pobres, empurradas pelo programa de modernização do Rio de Janeiro, que estabeleceu o centro e a zona sul para usufruto dos grupos sociais mais abastados. Segundo ALVES (2003)

Para os trabalhadores despossuídos, os arrabaldes insalubres e sem infraestrutura, que passam a se irradiar a partir das estações, tornam-se uma solução pelo baixo custo do pagamento do lote e pagamento parcelado. (Alves, 2003: 54).

Na Baixada, as vilas - entrepostos com seus portos darão lugar aos aglomerados suburbanos com suas estações. Ao invés do café e produtos agrícolas, a massa trabalhadora tornava-se a grande mercadoria de transbordo. Se na fossem as favelas, tão adequadas no fornecimento e reserva de trabalho barato e imediato, a zona Sul teria sido definitivamente preservada das hordas empobrecidas, levadas para longe pelos trilhos. (Alves, 2003: 55).

Tratada, pois, política e economicamente como periferia, sua urbanização intensifica-se na década de 40 do século XX, conforme texto do Fórum Popular de Segurança Alimentar e Nutricional da Baixada Fluminense (2003: 3):

Seu processo de urbanização teve início na década de 40, com a transformação de áreas agrícolas ou glebas sem utilização econômica em loteamentos urbanos. Essa transformação foi viabilizada, por um lado, pela dinâmica de desenvolvimento econômico e industrial que atraiu forte contingente de migrantes para a antiga capital federal; por outro lado, pela abertura de rodovias que ampliam as condições de acessibilidade a essa região, onde se destacam a Via Dutra e a Washington Luís.

Desta maneira, as populações que se deslocaram de seus estados de origem atraídos pela possibilidade de trabalho e condições de vida melhores, desembarcaram no Rio de Janeiro e rapidamente foram empurrados para a periferia. Nesse contexto, a Baixada se apresentava como uma possibilidade, já que várias medidas, paralelas à modernização que acontecia no centro do Rio, desenvolveram-se, tais como:

“[...] As obras do DNOS a partir da década de 30, através do Serviço de Saneamento na Baixada Fluminense; a eletrificação da estrada de Ferro Central do Brasil, a partir de 1935; a tarifa ferroviária única no grande Rio; a construção da Avenida Brasil, em 1946; a criação do Serviço de Malária da Baixada Fluminense; e a abertura da rodovia Presidente Dutra em 1951 [...]” (Alves, 2003: 63).

O processo de aceleração de urbanização da Baixada, porém, não correspondeu exatamente aos equipamentos de infra-estrutura urbana, oferecidos à região, pois o preço baixo dos lotes que atraía as populações pobres trabalhadoras do centro e dos subúrbios cariocas, era mantido pela ausência de infra-estrutura e o mínimo de exigências burocráticas para as construções, conforme nos informa ALVES (2003). Acrescente-se a isso as precárias condições de transportes, principalmente os trens que eram usados por um grande contingente de trabalhadores, situação que podemos dizer, permanece até os dias atuais.

Passado o período de aquecimento econômico, marcado, grosso modo, por atividades que se sucederam, respectivamente: a citricultura e as olarias e o implemento do setor industrial, a região perdeu importância no contexto do estado, ao mesmo tempo em que vai afirmando sua condição de fornecedora de mão-de-obra barata. Pode-se dizer que é a gênese das cidades-dormitórios.

No que se refere ao aspecto das relações entre população e elites políticas, observa-se na Baixada Fluminense o predomínio de um padrão clientelista, baseado em políticas organizadas a partir de demandas realizadas através de contatos e vínculos pessoais, provocando intervenções a partir de agendas e interesses localizados muitas das vezes em interesses particulares. A ação governamental se mostra ainda bastante centralizada e a pouca intervenção do movimento popular faz com que o interesse dos grupos que controlam o poder econômico e político se apresente hegemônico em relação à coletividade; existem ondas de resistência, como as verificadas nos anos 80, através do movimento associativo, e grandes momentos de refreamento e estagnação da ação das organizações populares. Atualmente as resistências passam pela atuação nos Conselhos Municipais e a possibilidade de uma maior intervenção nas políticas públicas.

Foram apontados aqui alguns elementos do contexto de Baixada Fluminense, no qual Mesquita se encontra inserido, que aparecem como pano de fundo das representações sobre o processo de emancipação nos depoimentos de nossos entrevistados.

## 2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS MESQUITENSES

*Mesquita tu és linda  
Como linda é tua gente  
Tens o aroma da serra  
A cidade descontente*

Dr. Alberto Ferreira Paulo  
*Homenagem à Mesquita*

O processo de ocupação e composição social das terras mesquitenses segue a mesma regra dos municípios formadores da Baixada Fluminense, especialmente o de Nova Iguaçu, do qual se originou. Por outro lado, identificam-se traços locais singulares em sua história, evidenciados e valorizados pelo conjunto de entrevistados ouvidos. Sendo assim, considera-se importante retroceder no tempo e trabalhar com os antecedentes de ocupação do território que hoje é conhecido como município de Mesquita.

O trabalho será iniciado por “Jacutinga”, denominação que nomeia um dos bairros da cidade. Viajantes e religiosos europeus que visitaram ou se estabeleceram nas terras fluminenses a partir do século XVI, apontaram inicialmente, através de seus relatos ou documentos religiosos, o grupo humano que ocupava essa região à época da chegada dos colonizadores portugueses, chamado genericamente de “índio”, denominação esta que ficou sendo utilizada a partir de Colombo. Tomamos de DIAS (1998) a classificação que se refere a esse povo fazendo parte da do tronco lingüístico tupi que por



sua vez fazia parte da grande tradição tupi-guarani<sup>10</sup>. De acordo com o pesquisador, “os principais grupos tribais encontrados pelos portugueses quando chegaram ao Rio de Janeiro” faziam parte desta tradição. Tais grupos tinham a aproximação marcada pelo língua, e expressões culturais que os diferenciavam, por exemplo, tamoios e temiminós, em se tratando daqueles que viviam pelas terras do Rio de Janeiro.

As referências encontradas na maioria dos historiadores que escrevem sobre a ocupação dessa parte do território fluminense, fazem alusão aos “jacutinga”, como o grupo que habitava essas terras, nomeados assim por conta de uma ave bastante comum naquela região:

Próximo ao rio Iguaçú existiam duas aldeias tupinambá, chamadas de Jacutinga, porque os índios se enfeitavam com penas de Jacu Branco (Jacu: espécie de galinha. Tinga: Branco) (Meneses, 2000: 11).

Esse grupo, pois, pertenceria aos tupinambá ou tamoio, e o nome de seu aldeamento também designa o grupamento. O termo “jacutinga” também aparece em MAIA (1933), quando este se refere à concessão de sesmarias na região de “Iguassú”, a partir de levantamento realizado por Monsenhor Pizarro<sup>11</sup> em arquivos eclesiásticos e livros de época da cidade do Rio de Janeiro:

[...] Deu-lhe o governador, em 1568, nada menos de 3000 braças de testada pela costa do mar e 9000 de fundos pelo rio Meriti, “correndo pela piassaba da aldêa de Jacotinga” [...] (Maia, 1933: 8).

---

<sup>10</sup> Encontramos no trabalho desenvolvido pelo professor Ondemar Dias do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, com sede em Belford Roxo, as bases que serviram de aporte a essa classificação.

<sup>11</sup> José de Souza Azevedo Pizarro, o monsenhor Pizarro, lançou em 1820, as “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”, obra de referência na consulta de informações sobre as províncias do Brasil.

Segundo indicação de BARROS (1999)<sup>12</sup>, encontramos provavelmente citação à aldeia de Jacutinga, no famoso *Auto de São Lourenço* de autoria do padre José de Anchieta, escrito que visava evangelizar os índios e colonos dos aldeamentos jesuíticos:

[...] Também São Sebastião  
valente santo soldado,  
que aos tamoios rebelados  
deu outrora uma lição  
hoje está do vosso lado  
E mais – Paranapacu.  
**Jacutinga**<sup>13</sup>, Morói,  
Sariguéia, Guiriri,  
Pindoba, Pariguaçu,  
Curuçá, Miapei

E a tapera do pecado,  
A de Jabebiracica,  
não existe. [...] <sup>14</sup> (Anchieta, 1973).

Pode-se dizer que esses grupamentos indígenas que viviam no território que corresponde atualmente à Baixada Fluminense, presenciaram a chegada dos povos europeus, fazendo parte das lutas que envolviam a posse das terras, foram conquistados, submetidos pelas autoridades da colônia e os que permaneceram, ficaram, principalmente, ligado aos aldeamentos dos jesuítas.

A partir do século XVI, e, notadamente, a partir da fundação da cidade, em 1565, nas terras das antigas aldeias indígenas, irá se verificar no Rio de Janeiro, o mesmo processo de estabelecimento dos portugueses no restante da colônia brasileira, ou

---

<sup>12</sup> BARROS, Ney Alberto. Baixada 500 Anos. In: *Memória..Órgão de Divulgação sobre a História da Baixada Fluminense*. Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e das Ciências Sociais da Baixada Fluminense. Gráfica e Editora da Universidade de Nova Iguaçu. RJ, Ano II – N.º 06. Edição trimestral, 1999. p. 8.

<sup>13</sup> Grifo nosso.

<sup>14</sup> ANCHIETA, José de. *Auto representado na Festa de São Lourenço*, Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Teatro – Ministério da Educação e Cultura, 1973. Texto proveniente de: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> .

seja, a distribuição de sesmarias<sup>15</sup>, com o intuito de colonização e ocupação efetiva da região.

As terras de *Iguassú* (das quais Mesquita fazia parte) foram respectivamente passando por vários sesmeiros<sup>16</sup> durante o século XVI, a partir da concessão inicial feita aos Cubas e logo passada adiante, de acordo com FORTE (1933), a partir de cópia dos registros de monsenhor Pizarro:

[...] Dentre ellas se inscreveu a de Braz Cubas, que outro não deve ser senão o grande provedor da Fazenda Real, o mesmo provedor das capellas e resíduos e alcaide mor das capitancias de S. Vicente e Santo Amaro [...] Deu-lhe o governador, em 1568, nada menos de 3000 braças de testada pela costa do mar e 9000 de fundos pelo rio Meriti, “correndo pela piassaba da aldêa de Jacutinga”, e a aquinhoou outro Cubas, Pedro, com 3000 braças de testada por 6000 de fundo, nas cabeceiras da sesmaria de Brás. Este, sem duvida, não tomou conta de sua doação, estabelecido como estava, já em 1563, naquellas capitancias, e suas terras foram concedidas, em 1577, a Antonio Vaz, e depois, em 1602, a Manoel Gomes da Costa, Antonio Fernandes, Balthazar de Andrade Araújo, Bartholomeu Duarte de Bittencourt e Manoel Ribeiro (Forte, 1933: 8-9).

Paralela às atividades econômicas desenvolvidas nas sesmarias, a igreja organizava sua forma de administrar a devoção dos fiéis: as freguesias, que se estruturavam com uma igreja matriz (principal) e as capelas, localizadas, em geral em áreas de grandes propriedades rurais, segundo Monsenhor Pizarro<sup>17</sup>. Assim é, que, por volta de meados do século XVII se tem notícia da fundação de freguesia de Santo Antônio da Jacutinga:

Santo Antônio de Jacutinga foi a terceira freguezia, cuja egreja se ergueu no Jambuí. O visitador Araújo em 1737, fazia remontar sua criação a oitenta annos atraz, ou seja, 1657 [...](Forte, 1933: 25).

<sup>15</sup> Da palavra *sesmo* ou *sesma* (a sexta parte de uma porção). Os reis de Portugal e seus representantes doaram terras, para ocupar, efetivamente, a colônia.

<sup>16</sup> O termo se referia tanto àquele que dividia e distribuía as sesmarias quanto à quem se concedia uma sesmaria.

<sup>17</sup> José de Souza Azevedo Pizarro, o Monsenhor Pizarro, era um visitante pastoral que, na segunda metade do século XIX, deu início à coleta de dados para a confecção das “Memórias Eclesiásticas do Bispado Fluminense”, a pedido do bispo da época. Durante cerca de 40 anos juntou documentos, muitos dos quais não tinham nada a ver com a história da igreja, mas continham dados importantes sobre as diversas províncias do Brasil. Assim surgem as “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”, obra de referência em se tratando de estudos sobre as terras fluminenses.

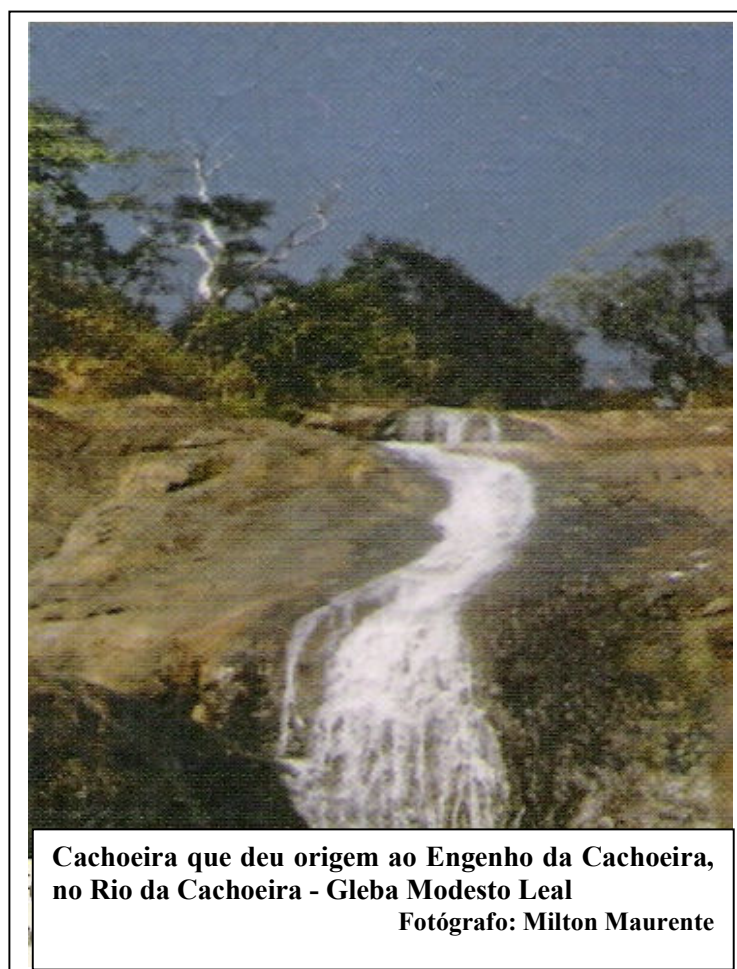
Nesta Freguesia, ainda segundo Pizarro, citado por FORTE (1933), erguiam-se seis capelas, dentre as quais, a de N. S. da Conceição da Cachoeira, fundada antes de 1731, por Manuel Corrêa Vasques, proprietário do engenho de açúcar da Cachoeira. O engenho de Vasques aparece relacionado, segundo FORTE (1933), na relação do Marquês de Lavradio:

[...] o de Cachoeira, do capitão Manoel Corrêa Vasques, importante propriedade que fabricava 60 caixas de assucar e 30 pipas de aguardente, contando 80 escravos [...] (Revista do Instituto Histórico e Geográfico, 1769-1776: parte 1.ª, citado por Forte, 1933: 36).

Às margens de um rio com nascente na serra da Cachoeira, localizada no maciço de Gericinó, erguia-se o Engenho da Cachoeira. O rio (atual D. Eugênia), a serra, a fazenda e o engenho levaram o mesmo nome (Figura 2). As terras da fazenda foram mudando de dono, e atualmente compõem o espaço denominado de antiga Gleba Modesto Leal, situadas no Parque Municipal de Nova Iguaçu. Embora o Parque ainda se mantenha sob a administração deste município, suas terras são partilhadas com o município de Mesquita, a partir da emancipação em 1999.

No século XVIII, portanto, neste espaço da região de Mesquita, era praticada a lavoura canavieira, que encontra nas terras da Baixada, a exemplo de outros lugares do Brasil, situações propícias ao seu estabelecimento:

No século XVIII, alguns atributos naturais do espaço iguaçuano começaram a ser valorizados em função das necessidades do momento econômico: solos férteis, relevo plano, circulação fluvial e proximidades do Porto do Rio de Janeiro, favoreceram a multiplicação dos engenhos, desenvolvendo a ocupação sem gerar aglomerados (Santos, 1985: 23).

**Figura 2 – Serra da Cachoeira**

As medidas que iriam ocasionar mudanças decisivas na paisagem e na organização social dos habitantes da Baixada seriam desencadeadas a partir da metade do século XVIII, com o advento da primeira estrada de ferro no Brasil, ligando o porto de Mauá à serra da Estrela em Petrópolis. Para o desembarque dos grãos de café que despontava nesse período como uma das pontas de lança da economia brasileira, foi “montada uma estrutura ferroviária que, buscando o interior fluminense e os planaltos mineiros e paulistas, lançará seus primeiros tentáculos para consolidar o porto do Rio na exportação de café” (Alves, 1993: 42).

A Baixada Fluminense, que, após a lavoura do açúcar, conseguiu se manter graças à sua condição de região de passagem, com abertura de variantes dos caminhos da mineração, bem como, por conta de sua rede fluvial navegável no transporte das sacas de café, via esse caminhos se desativarem e sua importância estratégica para o Rio de Janeiro desaparecer.

A construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil, teve o primeiro trecho, ligando Maxambomba (hoje Nova Iguaçu) a Queimados, inaugurado em 1858, e no mesmo período os trilhos chegariam à Belém, atual município de Japeri. Em 1884, foi inaugurada uma parada de trem nas terras cedidas pelo Barão de Mesquita para passagem dos trilhos, que recebeu o nome de Jerônimo de Mesquita (posteriormente Mesquita). Alguns autores e documentos se referem a *Mutambó* para nomear as terras que compunham essa região antes da inauguração oficial da parada de trem; tal questão será detalhada mais adiante em seção especialmente organizada para esse fim.

As fazendas da região, à época, já estavam em fase de declínio, cujos motivos se situam, dentre outros: no esgotamento do solo; na concorrência com o norte-fluminense, que apresentava uma técnica de produção mais elevada na fabricação do açúcar; na epidemia de cólera morbus atingindo principalmente os escravos, força de trabalho dos engenhos; nas leis proibindo o tráfico de escravos a partir de 1850 e, finalmente, na abolição da escravatura em 1888. A atração dos escravos (antes de 1888) e trabalhadores livres para as áreas de produção cafeeira que se desenvolviam no Vale do Paraíba somava-se a esse conjunto de fatores que provocou a desativação gradativa dos engenhos e a decadência das fazendas (Alves, 1998).

A saída para os fazendeiros, com suas terras desvalorizadas, veio através do incremento de uma política industrial nascente, que necessitava do fornecimento de

alimentos para a mão de obra, dirigindo investimentos, portanto, para o setor agrícola. Diante disso, os fazendeiros vendem suas terras para pagar hipotecas, saldar dívidas ou mesmo investir em outros ramos. A citricultura surge, então, como uma possibilidade de revitalização da agricultura nas terras da Baixada. Cultivada desde o final do século XIX, tem o seu apogeu entre as décadas de 1920 – 1940, quando atrai a presença “de uma migração camponesa nacional para o município, notadamente de fluminenses e de mineiros” (Souza, 2004: 38).

A região de Mesquita, como já era denominada nessa época, acompanha as mudanças ocorridas. O espólio da antiga Fazenda Cachoeira foi dividido, transformando-se em chácaras, sítios de cultivo e beneficiamento de laranjas, que dariam um novo impulso à localidade.

As áreas alagadas (do lado oposto às fazendas), facilitaram o surgimento das olarias. “A parte leste da estrada de ferro – Nova Mesquita, foi quase toda vendida a Alfredo Ludolf” um descendente alemão que cinco anos mais tarde instalou na área uma imensa olaria (Santos, 1985: 28)”.

Considera-se que a agricultura de laranjas e as olarias tenham retardado a explosão demográfica em Mesquita. Dessa forma, durante as primeiras quatro décadas do século XX, sua paisagem era composta de laranjais, olarias, poucas residências e algum pequeno comércio, se compararmos com hoje em dia. Por volta de 1940, sua população atingia cerca de 9109 habitantes. A decadência da produção de laranjas provocou a venda dessas chácaras e o aparecimento dos primeiros loteamentos em Mesquita, entre o pé da serra e a estrada de ferro. Por outro lado, pouco a pouco, também as olarias deram lugar aos loteamentos (do lado oposto às chácaras). Já em 1950, observa-se que a população triplicou

para 28835 moradores, fruto do retalhamento das chácaras ex-produtoras de laranjas (ver tabela 1).

A Ludolf&Ludolf fecha suas portas por volta de 1950, sua área é vendida à Imobiliária Santo Elias, ocorrendo os primeiros loteamentos em 1954, e tendo, a partir daí, uma aceleração progressiva do povoamento (ver tabela 1), com a venda, por volta de 1960 de quase todos os lotes.

**Tabela 1**

<b>Ano</b>	<b>População residente (h) em Mesquita</b>
1940	9.109
1950	28.835
1960	58.835
1970	93.678
1980	125.239
1991	142.058
2000	164.879

**Fonte: Anuário Estatístico da Fundação CIDE – 2003<sup>18</sup>**

A atração provocada pelos loteamentos oferecidos à beira da estrada de ferro, financiados a preços módicos, principalmente, a partir da década de 1950, foi um dos fatores para a aceleração do povoamento de Mesquita, assim como de grande parte da Baixada Fluminense. Provocou o deslocamento de levas de trabalhadores de baixa renda que habitavam os subúrbios e migrantes dos estados fronteiriços ao Rio de Janeiro. Podemos confirmar a presença desses elementos da história de ocupação de Mesquita, na verdade, a mesma história de ocupação da Baixada Fluminense: a procura por terrenos mais baratos e financiados a perder de vista, por famílias de baixo poder aquisitivo.

<sup>18</sup> Tabela organizada pela autora a partir dos dados da Fundação CIDE.



Um fator importante da urbanização na Baixada Fluminense, a partir da década de 1940, foi a característica dos loteamentos surgidos, onde prevalece a ausência de serviços públicos e equipamentos de utilização coletiva da comunidade tais como: abastecimento de água, eletricidade, galerias pluviais, rede de esgoto, etc. Tais ausências facilitaram, por assim dizer, o barateamento dos lotes, que, acrescido do favorecimento das municipalidades nas construções, cobrando taxas mínimas ou na tolerância de edificações clandestinas, impulsionaram os deslocamentos da população trabalhadora mais pobre para a periferia da Baixada em busca de casa própria e barata. Os loteamentos em Mesquita não fugiram em geral a essa regra: o nascimento dos bairros na cidade esteve diretamente ligado a poucas condições de cobertura de serviços.

Com relação ao desenvolvimento fabril, em finais da década de 40 e início da década de 50, intensifica-se também o estabelecimento de indústrias em Mesquita, indústrias estas que darão um grande impulso notadamente à economia de Nova Iguaçu. Destacam-se, neste período, a BRASFERRO (demolida em 2003), metalúrgica de grande porte e a IBT, também metalúrgica. A elas somam-se a PUMAR, indústria de sombrinhas que empregava grande parte de mão-de-obra feminina, implantada em Mesquita em um período anterior: 1927. Esta fábrica permanece até os dias de hoje. A fase de industrialização do quinto distrito de Nova Iguaçu iria empregar centenas de famílias mesquitenses, que já estavam fixadas na cidade.

Os viajantes e moradores mais antigos que passaram ou viveram nestas terras em outras épocas e que foram testemunhas de uma Mesquita rica em florestas e laranjais; residências grandes e arejadas; escutaram o apito da locomotiva pela primeira vez e viram fábricas erguerem-se, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento econômico da Baixada Fluminense, assistiram também tudo isso mudar: o surgimento dos

loteamentos, o não investimento dos governos em infraestrutura e saneamento, a decadência das fábricas e a transformação da localidade em um lugar-dormitório, assim como as demais cidades da Baixada. Da mesma forma, assistiram e/ou participaram do movimento que elevou Mesquita, quinto distrito de Nova Iguaçu, à categoria de cidade.

### **2.2.1 Marcos Históricos Mesquitenses que se inscrevem no Brasão de Armas da Cidade: entre a história e a memória**

A partir do momento que Mesquita se torna cidade, inicia-se o trabalho de constituição de representações próprias. São sentidos novos, para um novo espaço que caminha com seus próprios passos. Dessa forma surge o Brasão de Armas de Mesquita, criado, a partir de projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores, em 26 de junho de 2003 (figura 3). O Brasão foi escolhido a partir de um concurso realizado no município especialmente para este fim. Como fundamentos para a realização da arte do mesmo, a Secretaria do Meioambiente elaborou um documento sobre a história de Mesquita. A arte do Brasão foi acompanhada de um texto explicativo, o mesmo que foi objeto de apreciação e votação pela Câmara de Vereadores. Conforme se verá mais adiante, vários marcos da história mesquitense foram inscritos no mesmo.

A análise se inicia pela arte desse símbolo, observando que a emancipação aparece como um elemento chave, merecendo lugar de destaque, conforme texto explicativo:

[...] esclarecendo ainda, que a estrela, em chefe, representa o Município de Mesquita (Autonomia, luz própria), ornada de uma coroa-de-louros (de origem greco-latina), caracterizando a merecida vitória, após sofrida, mas persistente batalha, em busca da desejada EMANCIPAÇÃO [...] (texto explicativo do Brasão de Armas – Prefeitura Municipal de Mesquita: 2003).

Figura 3 – Brasão de Armas



Fonte: Arquivo Ney Alberto

A cidade foi agraciada com a representação de uma estrela, estrela essa que tem o significado de autonomia, luz própria, ou seja, conceitos ligados à emancipação. Traz também um componente épico, referindo-se à emancipação como uma “sofrida batalha”. Pode-se dizer que essa “tradição”, a da emancipação, nasce tão forte, que vem inscrita em um dos símbolos de representação do município. Em seguida identificam-se períodos da história mesquitense. Segue-se o texto explicativo:

“[...] a roda (dentada), simbolizando a roda do Engenho da Cachoeira, em cujo território, surgiria Mesquita (sede do Município), antecipando-se à chaminé, representativa das olarias e cerâmicas (atividade implantada à margem direita do traço ferroviário), entre as quais destacou-se a Ludolf&Ludolf, exportando telhas francesas; seguindo-se a caixa d’água de importantíssimo estabelecimento fabril, conjunto este simbolizando a Cidade industrial; a locomotiva, da Estrada de Ferro de Dom Pedro Segundo / Central do Brasil, ligando-se com a capital do Império; conjunto de elevações, representando o Maciço Gericinó, da Chatuba ao Vale do Rio da Cachoeira (Rio ou Canal Dona Eugênia); a cana e a laranja (uma vez que a produção mesquitense se incluía entre as laranjas preferidas para o consumo argentino), guarnecendo o escudo, representando riquezas dos campos do passado da Geo-História mesquitense; os anos de 1884 e 1999, respectivamente, indicando o surgimento da Estação Ferroviária (Jerônimo de Mesquita, origem do nome Mesquita) e a data da criação do município de Mesquita. (texto explicativo do Brasão de Armas – Prefeitura Municipal de Mesquita: 2003).

No trecho transcrito, os elementos enunciados rememoram um passado de riquezas, principalmente ligadas às atividades econômicas da região, motivo de orgulho dos mesquitenses, expresso em suas narrativas, e que igualmente fazem parte da memória de moradores mais antigos ou mais jovens.

Desse conjunto, aquele que representa a “cidade industrial”, foi destacado, por recorrentemente constar das lembranças dos depoentes; tal incidência parece estar associada a seu próprio contato com tais elementos na infância, à presença desses elementos na relação familiar e à memória oficial que se incumbe de reproduzir esse passado histórico.

Conforme consta no texto explicativo do texto do Brasão de Armas, o “importantíssimo estabelecimento fabril” que aparece no texto é a fábrica Brasferro (figura 4), metalúrgica que desenvolveu atividades em torno de 40 anos no município. Sobre este assunto Amilton tem um relato interessante:

*[...] O nome da fábrica era Brasferro, mas todo mundo conhecia como Laminação. A Laminação, que é uma metalúrgica né, uma metalúrgica grande e tal, que trabalhava com ferro. A minha tia, eu tenho uma tia que trabalhou durante 32 anos nessa fábrica. É, na verdade, tive duas tias que trabalharam lá, uma trabalhou 32 anos e a outra trabalhou pouco tempo e depois saiu; eu tive uma prima que trabalhou até a fábrica fechar, é, o meu irmão trabalhou lá, o meu pai trabalhou lá; enfim, tenho um cunhado que trabalhou lá também e até hoje está enrolado e até hoje não recebeu o fundo de garantia dele. A fábrica faliu e ele tá enrolado até hoje, tá na justiça até hoje. Quer dizer, então, várias pessoas da minha família trabalharam nessa fábrica. Muitos amigos, amigos mesmo trabalharam lá. Foi um negócio assim, bem... Acho que Mesquita deve muito à Brasferro, quer dizer, Mesquita cresceu muito assim em torno dessa fábrica né, a Brasferro, que veio pra cá na década de 40, é final da década de 40 e foi até metade de 80, por aí assim, quando ela fechou[...]* (entrevista realizada em dezembro de 2003).

Nas conversas que surgiram sobre a cidade, seja na entrevista ou fora dela, a Brasferro, aparece para Amilton, como uma marca de identidade em relação ao trabalho, de sua família, de seu grupo social. A Brasferro se constitui então para o entrevistado como uma memória afetiva, ligada a seus grupos de convivência, inclusive, contendo um componente geracional. O fator desenvolvimento também é atribuído à fábrica.

Outros depoimentos confirmam essa identificação da fábrica como propulsora de emprego em Mesquita. No depoimento de Seu Edmundo, esta também é uma questão presente:



*“[...] Bem, a Brasferro foi, realmente, a firma que mais se dedicou a dar trabalho em Mesquita. Foi a Brasferro e a Ludolf & Ludolf. E depois delas duas, veio a Pumar, que foi a primeira [...]”* (entrevista realizada em junho de 2004).kh

Seu Edmundo refere-se, além da Brasferro, à Pumar, indústria de fabricação de sombrinhas, que teve o início de suas atividades em 1927 e funciona até hoje.

**Figura 4 - Fábrica Brasferro**



**Arquivo Ney Alberto: 2003**

A Ludolf&Ludolf, é a fábrica de telhas e tijolos, referenciada no brasão sob a forma de uma chaminé, que na verdade, representa as olarias, atividade econômica importante na primeira metade do século XX em Mesquita. Os terrenos das olarias foram sendo vendidos e transformados em loteamentos mais tarde. Essas olarias também fazem parte das lembranças de trabalho de muitos moradores, como nos mostra o depoimento de Vera Sepúlveda:

*[...] É, tem memórias muito interessantes. Agora, daí uma coisa vai puxando à outra. Existia ali a Olaria Gigante, onde todo mundo daquela área era funcionário da Olaria Gigante. Um homem adolescente que precisasse trabalhar, também trabalhasse na Olaria Gigante. Só que ali havia um regime ainda do tempo do coronelismo, não é. O dinheiro que era pago aos funcionários era uma moeda furada e essa moeda só tinha valor pra cantina da, da Olaria. Então o funcionário trabalhava, recebia e era obrigado a comprar tudo na Olaria [...] (entrevista realizada em junho de 2004).*

Artur aponta em seu relato uma síntese do que foi esse período de intensa produtividade na região de Mesquita. Segundo ele:

*[...] Mesquita chegou a ser sem dúvida nenhuma uma cidade industrial, com conjunto grande de fábricas que empregaram ou absorveram uma parte significativa da mão de obra de Mesquita, que contribuiu para a fixação aqui, até mesmo do povoamento aqui, além da atração dos terrenos baratos e facilitados e prestação, pelas diversas fábricas em períodos diferentes. Quando você tem a pessoa que trabalhou na Ludolf, e o filho trabalhou na Brasferro, e entender que o filho do filho trabalhou na Pumar, então é um processo de aproveitamento de mão de obra bastante significativa [...] (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

A “Cidade Industrial” que Artur fala é a mesma que aparece representada no Brasão, através de suas fábricas e olarias, recorrente em outras narrativas, quando as lembranças são acionadas. As memórias do trabalho indicam a constituição de um forte traço de identidade mesquitense a partir de seu passado histórico.

## **2.2.2 A história de Mesquita nas lembranças de seus moradores**

Em seus depoimentos alguns dos entrevistados, quando convidados a narrar suas trajetórias de vida, se remeteram a determinados lugares / espaços de tempo referentes à história de Mesquita, descritos anteriormente. Esta seção trabalhará com os relatos dos depoentes através dos temas descritos: o antigo rio da Cachoeira; a época dos laranjais; o processo de loteamento das terras; as antigas olarias; e o motivo pelo qual vários deles se deslocaram de seu lugar de origem, fixando residência em Mesquita.

Sobre o rio Cachoeira e a rua da Cachoeira, a professora Jussara (2004),

descreve o seguinte:

*É esse rio, eu tomei banho nesse rio. Esse rio aí, ele é um rio interessante, ele fez parte de algumas histórias, porque a Brasferro<sup>19</sup> lançava o óleo nele, e volta e meia ele pegava fogo. Então teve um aluno, inclusive, que fez uma redação dessa e foi reprovado: “O fogo no rio”. Só que as pessoas não entenderam que ficava aquela nata de óleo e alguém jogava um fósforo ou cigarro, e pegava fogo em cima do rio, realmente pegava fogo. Então, eu sou dessa época. E uma coisa que eu fiquei muito triste, que foi que meu pai que fez, que eu tinha vontade acabar[...], porque nós tínhamos a rua da Cachoeira, que é essa aí da frente, e meu pai, por ser amigo de Mr. Watkins, que era praticamente o dono de Mesquita, o meu pai, em homenagem a ele, pediu para trocar à Câmara de Vereadores em Nova Iguaçu, o nome da rua da Cachoeira para o nome de Mr. Watkins. E a Câmara aceitou. Sabe, eu tinha muita vontade, de como herdeira do meu pai, pedir que voltasse à rua da Cachoeira. (entrevista realizada em 26 de outubro de 2004).*

A professora, que ministra aulas de história em uma escola de Mesquita, se reporta a alguns lugares antigos da cidade, através de suas memórias afetivas, como o banho no rio (antigo rio Cachoeira), e a antiga rua Cachoeira, elementos de um passado histórico da cidade, que a mesma valoriza, desejando, inclusive o seu retorno (como o caso do nome da rua). Observa-se que essas lembranças foram reativadas, porque, na ocasião da entrevista, quando lhe foi perguntado se nos símbolos do Brasão de Mesquita<sup>20</sup> (figura 3, p. 56), estaria faltando algum elemento que ela considerava importante, ela respondeu prontamente: o rio.

Alguns depoimentos atestam como era a paisagem mesquitense do final da década de 40 e início de 50:

<sup>19</sup> Brasferro era uma indústria de laminação que funcionou cerca de 40 anos, desativada na década de 90 e recentemente demolida para dar lugar à construção da sede da Prefeitura de Mesquita.

<sup>20</sup> Durante a entrevista eu apresentei a imagem do Brasão à professora. Ela não só o conhecia, como também o tinha levado para a entrevista a fim de me mostrar.



*[...] e em 46, em fevereiro de 46 eu chegava aqui no dia dois de fevereiro, em 46 eu chegava aqui na Estação de Mesquita com meu pai, minha mãe, uma irmã e um garoto que nós criávamos, meus pais criavam. Aí, Mesquita nessa época em 46, era muita laranja, era muita laranja, era só laranjal, isso aqui era laranjal puro. Mas engraçado que tinha as ruas, já tinha algumas ruas já traçadas e nós fomos morar na rua Júpiter, 680. [...]* (entrevista realizada em maio de 2004).

Seu Edmundo (2004), que chegou com sua família em Mesquita, em meados dos anos 40, através de suas lembranças, ilustra a transição dos laranjais para o início da malha urbana. O espaço produzido em torno dessa atividade praticamente se concentrava nas plantações, no barracão de beneficiamento, em poucas residências e algum comércio.

O processo de loteamento entre o pé da serra e a estrada de ferro, foi mais antigo e advogado por alguns moradores como lado “histórico” de Mesquita. Amilton Cordeiro da Silva em seu relato, se refere às histórias que sua avó e sua tia contavam:

*[...] meus avós eram daqui, vieram para cá mais ou menos na década de 40, por aí. A minha mãe, né, a minha mãe chegou a nascer aqui, meu pai, não, o meu pai não nasceu aqui, veio para cá junto com o meu avô, né? [...]. Minha avó me contava, minha tia conta até hoje que esse outro lado de Mesquita foi urbanizado muito depois, foi loteado muito depois [...]* (entrevista realizada em dezembro de 2003).

Esse “outro lado” de Mesquita a que Amilton se refere, são as terras que faziam parte da Companhia Ludolf & Ludolf (olaria que fabricava telhas) e que demoraram um pouco mais a se dividir, ocorrendo o processo de loteamento, a partir da década de 1950.

Em entrevista realizada com Artur Messias da Silveira, ele enumera vários elementos da história de Mesquita, relacionada à história da Baixada:

*[...] é uma parte da história da Baixada que, que Mesquita tem uma contribuição muito significativa, né. Mesquita é, a, teve, colaborou na parte da produção agrícola, foi um pólo plantador de laranja, por exemplo. Aqui tinha laranjais, um monte. E colaborou na parte quando a*

*Baixada se desenvolve em algumas áreas, se desenvolve na área industrial, principalmente em função da estrada de ferro, segunda metade do século XIX. A gente assiste, uma, já um processo de desenvolvimento, de povoamento de Mesquita, que, no início do século XX se consolida. É dessa época aí, por exemplo, a Ludolf & Ludolf, a fábrica de telhas e tijolos. [...] [...] o povoamento foi se dando muito aos poucos, né, então na minha infância, muitos terrenos vazios. A gente utilizava estes terrenos vazios pra brincar. Toda a área da fábrica de material de construção Ludolf&Ludolf era uma área que tinha sido escavada, então havia muitas dunas de areia e a gente brincava muito quando crianças nessas dunas [...] (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

Inicialmente Artur trabalha a sua memória histórica, procurando valorizar de que maneira Mesquita contribuiu para a história da Baixada, evocando alguns elementos anunciados anteriormente: a citricultura, o desenvolvimento industrial, a chegada da estrada de ferro. Mais adiante suas memórias de infância aparecem apontando alguns traços da paisagem da época da desativação da olaria Ludolf&Ludolf. Artur chegou com a família em Mesquita, por volta de 1965, ou seja, onze anos após o fechamento da olaria. Na Biblioteca Comunitária Osmar Romero, que Artur ajudou a fundar com um grupo de jovens na década de 1980, existe uma telha da Ludolf&Ludolf envernizada (figura 5) e colocada num suporte como exposição permanente, em sensível intenção pela permanência da memória dessa antiga olaria...

**Figura 5 – Telha da Ludolf&Ludolf**



**Fotografia: Maria Fatima de Souza Silva: 2004**

Em vários relatos, o deslocamento das famílias atraídas por terrenos mais baratos, ilustra o processo de loteamento que aumentou consideravelmente o povoamento de Mesquita:

*[...] eu nasci no Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, no Estácio [...]. Saí do Estácio e vim para outro berço do samba que era Oswaldo Cruz e fiquei até os quatro anos de idade. É, em frente à Estação de Oswaldo Cruz, numa casa alugada pelo meu pai e os meus pais começaram a procurar um terreno pra construir uma casa e vieram a Queimados, onde já havia pelo menos dois irmãos de meu pai. E... vieram à Mesquita. Minha mãe não gostou de Queimados. Ah, e eu tô aqui em Mesquita, desde então, desde 64, graças à minha mãe que preferiu ficar aqui em Mesquita. ...tava iniciando o processo de loteamento, já, já havia algum tempo, pelo menos uns 10 anos, 10 há quase 12 anos,... Meu pai havia comprado esses terrenos, é... comprado e iniciado o processo de pagamento, que na época era muito, muito interessante. Você pagava a prestação, a prestação fixa, nunca aumentava, durante anos, e... sem juros e correção monetária. Então era algo possível para um soldado da, da Polícia Militar pagar e, e foi isso então [...]* (Artur, entrevista realizada em dezembro de 2003).

Outra moradora conta uma história semelhante a de Artur:

*[...] a minha família morava no Rio de Janeiro, no município do Rio de Janeiro, numa área popular próximo à Pavuna, na... , Costa Barros, alguma coisa desse tipo, meus pais viveram, viviam nesse local. E, nós mudamos para Éden, para a casa dos meus avós, da minha avó [...] Nós viemos num domingo com o meu pai para ver o local que estava sendo loteado, onde ele ia comprar o terreno, n, então era na Vila Emil.[...] Meu pai comprou um terreno porque já tinha quatro filhos, ia pro quinto, é, pobre, de família pobre, motorista de ônibus e queria ter um lugar pra morar, sem ficar pagando aluguel, né. e veio e comprou um terreno e nós mudamos pra Mesquita em 1966, né [...]* (Elizana, entrevista realizada em setembro de 2004).

O relato de Vera vem se juntar aos anteriores:

*[...] eu nasci na Penha Circular e vim pra Mesquita em 1949, com quatro para cinco anos de idade. E, nesse período, nós, meu pai passou por algumas dificuldades financeiras e já não conseguia mais pagar um aluguel, já estávamos morando em Brás de Pina, na casa de uns, de tios e ele [o pai] se viu assim, sentiu muito mal com isso, estar morando nos fundos e havia muitas complicações familiares e ele resolveu, não sei como, viu um anúncio no jornal e comprou um terreno em Banco de Areia, ainda era só mato, né. [...]*. (entrevista realizada em junho de 2004).

Em relação aos três depoimentos, percebe-se alguns traços em comum, tais como: a procedência de famílias de classes populares oriundas de subúrbios da cidade do Rio de Janeiro em busca de moradia própria e acessível às suas condições econômicas. Além disso, Elizana e Artur apresentam um outro elo, a mediação da família que já se encontrava na região e serviu de “ponte” para o encontro do lugar em que poderiam comprar uma casa. Nas lembranças de Vera, destacam-se os mesmos elementos, acrescidos do incômodo que causava a seu pai o fato de estarem morando de favor.

O depoimento de Seu Pimentel (2004), indica um outro componente do povoamento nas terras fluminenses:

*[...] eu vim pra Mesquita praticamente fugido do interior. Primeiro eu explico porquê: meus pais eram agricultores e no governo Getúlio Vargas, papai perdeu tudo, certo? [...] e então com a idade de 14 anos eu*

*fugi de casa, vim pra estrada e vim pro Rio de Janeiro. Por que eu vim pro Rio de Janeiro? Pra trazer meus pais pra cá, pra que eles não morressem de fome no interior [...] (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Seu Pimentel chega à Mesquita por volta de 1943, proveniente do Espírito Santo. Note-se que a sua referência espacial é o Rio de Janeiro, embora tenha vindo para Mesquita. Pode-se depreender, através de suas memórias, o processo de deslocamento do interior, no caso, um estado vizinho ao Rio de Janeiro, para a grande cidade, em busca de melhores oportunidades socioeconômicas e a esperança de uma vida melhor.

As famílias de Artur, Elizana, Vera e de seu Pimentel se juntam a milhares de outras que migraram para a Baixada, no caso, Mesquita, acentuadamente a partir da década de 1950 em busca de um espaço de moradia próprio e condições mais adequadas de vida; apesar das singularidades de cada história, pode se observar que há trajetórias “coletivas” comuns. Evocando AUGÉ (2001):

Finalmente, o lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não têm que ser objetos de reconhecimento” (Augé,2001:53).

Ao relembrares suas histórias, articulando-as com a própria história de ocupação do espaço de Mesquita, espaço, tempo e identidade se cruzam naquilo que SANTOS (2003), aponta como “escrever sobre a memória é escrever [...] sobre a relação entre passado, presente e futuro”.

### 2.2.3 Entre a Memória e a História: as terras de *Mutambó*

O passado histórico de Mesquita, descrito nas seções anteriores, conduziu, por meio da historiografia disponível, aos caminhos da descoberta de *Mutambó*,

designativo, considerado por alguns autores e documentos, às antigas terras que hoje compõem a cidade de Mesquita e escolhido para figurar no título da dissertação.

A oscilação entre o “registro” e o “uso”, respectivamente relacionados à história e à memória, integra esta discussão, considerando essa articulação – “história e memória” -, rica e pertinente ao tema ora trabalhado.

Em visita no ano de 2003, ao então secretário de Meio Ambiente e Turismo de Mesquita, professor Ney Alberto (pesquisador da história da Baixada Fluminense), o mesmo relatou não ter conseguido encontrar até o momento, em nenhuma fonte por ele consultada, uma indicação de referência vinculando o vocábulo *Mutambó* ao nome antigo de Mesquita. De tal forma que optou pela utilização em seus documentos o designativo *Fazenda da Cachoeira* ou *Parada da Cachoeira* para se referir à antiga localidade. Na mesma ocasião, sugeriu a investigação dessa questão. O desafio de manter incorporado *Mutambó* ao título desse trabalho, desta feita, tornou-se instigante e intrigante.

Conforme já descrito, até à época da inauguração da parada de trem da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, em 1884 (quando levou o nome de Jerônimo de Mesquita, barão proprietário das terras), *Mutambó* seria utilizado para designar essa região. Tal termo nomearia um tipo de árvore muito encontrada nas encostas dos morros próximos à cachoeira existente no lugar nesse período. O que será apresentado daqui por diante são os resultados da incidência do vocábulo em suportes variados. Serão utilizados grifos para ressaltar o seu uso nas citações selecionadas.

A referência mais distante do emprego de *Mutambó* para designar Mesquita antigamente, foi encontrada em *Memórias Iguaçuanas* (1960), do professor Rui Afrânio Peixoto, primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, fundado em 1963:

A localidade de Mesquita chamava-se anteriormente **Mutambó** e constituiu uma parada de trem com este nome em 1882, quando nela desembarcou D. Pedro II para uma visita à Vila Iguaçú.

De **Mutambó**, D. Pedro II seguiu de diligência para a fazenda de São Bernardino, onde pernitoiu [...] (Peixoto, 1960: 55).

O livro *Imagens Iguaçuanas* é uma obra que mistura crônica e história da Baixada Fluminense; embora seja limitada no que diz respeito a fontes pesquisadas, o livro do professor Rui Afrânio é recorrentemente utilizado como consulta para os pesquisadores de história da região e, provavelmente, várias inscrições de *Mutambó*, encontrada em suportes posteriores tiveram como fonte a obra de Peixoto (1960).

SANTOS (1985), em sua monografia de conclusão de curso, apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1985<sup>21</sup>, sobre as pré-condições de produção do espaço de um bairro de Mesquita, emprega a denominação, igualmente sem indicar referência:

“[...] Hereditariamente as terras da Fazenda **Mutambó** foram mudando de dono e, não fugiu à regra fundiária a que esteve submetida quase toda a Baixada por época da citricultura [...]” (Santos, 1985: 28).

A Fazenda *Mutambó* a que o autor se reporta seria a mesma Fazenda Cachoeira, produtora de açúcar encontrada na relação do Marquês de Lavradio, citada neste capítulo.

Na obra de ABREU (1994), *Municípios e Topônimos Fluminenses*, o termo aparece três vezes: ora designando um nome de lugar de origem africana (p. 247)<sup>22</sup>, ora como originário de ferrovias – estações e paradas: Estação de **Mutambo** (p. 248)<sup>23</sup>;

---

<sup>21</sup> Júlio César Furtado dos Santos. *Um Estudo Sobre o Processo de Povoamento e Urbanização na Periferia do Grande Rio – O Caso de Nova Mesquita, Nova Iguaçú*. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1985.

<sup>22</sup> Ver ANEXO G.

<sup>23</sup> Ver ANEXO H.

mais adiante no capítulo dedicado à relação de topônimos os nomes anteriores de Mesquita aparecem como: **Mutambo** e Estação do **Mutambo** (p. 271) <sup>24</sup>.

Segundo PRADO (2000), a origem do vocábulo *Mutambó* ou *Mutambo*, seria original do idioma quimbundo, língua essa usual do povo oriundo de Angola, trazido para o Brasil pela diáspora negra promovida pelo tráfico colonizador a partir do século XVI.

Em 1880, é constituída uma parada de trem que recebe o nome de **Mutambo**. Em 1882, a parada de trem de **Mutambo** recebe a visita do imperador D. Pedro II, que desembarca e toma a carruagem que segue a viagem para a Vila de Iguazu [...] (Prado, 2000: 216).

Em nota de rodapé o referido autor explica da seguinte forma o termo utilizado para dar nome à parada:

[...] Árvore da família das esterculiáceas (*guazuma ulmifolia*) liga as plantas dicotiledôneas que possui dois cotilédones – folhas embrionárias, carregadas de reservas nutritivas que protegem e fornecem alimento ao embrião contido na semente a que pertence o cacau. Seu nome provém do quimbundo *mutamba*. Na região prevalecia o *mutamba-preto* (*luthea divarecata*) (Prado, 2000: 216 – rodapé).

O pesquisador explica em termos científicos e lingüísticos a origem do nome, porém não indica a fonte da incidência dessa árvore na região. Ainda com referência à PRADO (2000), é importante destacar que a descoberta do termo *Mutambó* aconteceu por meio da leitura do mesmo.

Retomando a cronologia, em recente publicação do IPHAB (2004), *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia e política*, dois artigos de diferentes autores igualmente utilizam-se da denominação:

[...] Ao tempo do Barão de Mesquita a casa grande já era a construída por ele mesmo em **Mutambó**, hoje Jerônimo de Mesquita, em sua homenagem [...] (Nogueira, 2004: 89, in: Torres, 2004).

---

<sup>24</sup> Ver ANEXO I.



“[...] Anteriormente conhecida como parada **Mutambó**, aqui floresceu o engenho da “ Caxueira ”, na serra de Gericinó, propriedade de dona Eugênia Theodora de Araújo, herdada de seu pai, o alferes Joaquim Alves de Araújo [...] (Peres, 2004: 122, in: Torres, 2004).

Pode-se encontrar também a incidência do termo em outras publicações não acadêmicas, mas que circulam na cidade até os dias atuais, como no *Breve histórico sobre Mesquita*, material produzido por Seu Edmundo Nascimento (2000), um dos depoentes da presente pesquisa. Na seção sobre a origem do nome da cidade está escrito: “Ao tempo do Barão de Mesquita, a casa grande já era construída por ele mesmo em **Mutambó**” (Nascimento, 2000: 1). Ou ainda, em apostila confeccionada pela professora Jussara Góes, para o desenvolvimento de atividades com seus alunos sobre a história da cidade; neste documento intitulado *Contar o tempo...Mesquita uma cronologia*, a professora enuncia que em “1880 – É construída a parada de trem de **Mutambó**”.

A imprensa escrita, quando se reporta à história de ocupação da cidade, também tem utilizado a denominação em questão: na edição especial do tablóide *O Radical* (1987), por ocasião do acontecimento do primeiro plebiscito de Mesquita, o vocábulo aparece duas vezes. Primeiro em uma reportagem informativa sobre o então distrito de Nova Iguaçu, intitulada *Porque Mesquita Quer Sua Carta de Alforria*, escreve:

Em 1882 existia uma parada de trem com o nome **Mutambó**, que servia à Fazenda de Jerônimo José de Mesquita, próspero comerciante e fazendeiro [...] (O Radical, 1987: 4).

Na página seis do mesmo jornal uma poesia homenageia Mesquita:

[...] Mesquita lá dos Barões da Estação  
**Mutambó**, 1884, a Mesquita passou  
 E princesa se tornou, para  
 Muito grande se tornar [...]

(Paulo, 1987, in: O Radical, 1987: 6).

No jornal *O DIA* (2003), com circulação no Grande Rio (municípios da região metropolitana), na matéria intitulada *Esperança de Melhorias*, lá está outra vez o

nosso vocábulo: “A Vila Emil se ergueu sobre as terras da antiga Fazenda **Mutambó**” (O Dia / Caderno Baixada, 2003: 3). Para finalizar a investigação, o termo foi encontrado recentemente em uma notinha do jornal referido anteriormente – *O DIA* (2004):

**A cooperativa** de artesãos Aroma e Luz, de Mesquita, promove, dia 4, das 9h às 21h, o projeto **Mutambó**, no Instituto Educacional Evolução, no bairro Vila Emil, em Mesquita [...] (O Dia/ Caderno Baixada, 2004: 4).

Da mesma maneira que o professor Ney Alberto, a busca não levou à referência comprovada em documentos primários, e sim, à evidência da utilização dessa denominação em diversos materiais escritos sobre a cidade. Assim, ancorados na tradição do uso de *Mutambó* em variados suportes da memória impressos, optou-se pela permanência de seu emprego. Com isso, existe a intenção da rememoração que esse designativo pode ocasionar em relação ao cativo negro, que durante um longo período da história, tornou possível tanto o desenvolvimento da produção açucareira, quanto o transporte do café nas terras mesquitenses. *Mutambó* também pode remeter, por extensão, à lembrança da resistência quilombola na Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, da qual as terras mesquitenses faziam parte. Segundo ALVES (2003):

“[...] Mencionados desde 1812, esses quilombos representavam a única grande divergência frente à estrutura de poder quase totalitária que se havia constituído [...]” (Alves, 2003: 37).

Desde a primeira inscrição de *Mutambó*, encontrada no livro do professor Rui Afrânio em 1960, até os dias atuais, já se passaram mais de quarenta anos. Sua presença insiste em permanecer em variadas referências à antiga localidade de Mesquita, seja denominando a antiga fazenda, a parada de trem, ou mesmo a um projeto de cooperativa de artesãos. Encontrada em diferentes suportes: trabalhos acadêmicos, livros e artigos produzidos por habitantes da localidade, seu emprego denota uma aceção forte, cheia de sentidos para quem faz uso dela. A presente pesquisa prossegue nesse trabalho de

memória, possibilitando mais uma vez *Mutambó*, de origem negra, quimbunda, a constar como antigo denominativo da cidade.

### 2.3 INDICADORES SOCIO – ESPACIAIS: MESQUITA HOJE

Após a inserção de Mesquita no contexto da Baixada Fluminense e uma breve história de sua ocupação, nesta seção serão apresentados dados mais recentes, coletados na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Fundação CIDE. Tais dados dizem respeito a limites, área, população e equipamentos de infraestrutura urbana da cidade. Observe o quadro seguinte:

**Quadro 1 – Dados de Mesquita**

Limites político-administrativos	Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti e Rio de Janeiro
Base territorial	34, 77 km <sup>2</sup>
População residente 2000-2001	165. 843 habitantes
Estimativa de população residente Julho de 2004	179. 517 habitantes

**Fonte: IBGE: 2004**

Para um melhor entendimento da distribuição do espaço da cidade, observe o mapa do município (figura 6), mapa este recolhido em uma publicação que circulou na cidade durante o ano 2000 e que foi incorporado a este trabalho pela clareza de seus componentes. Verifica-se que o condensamento da população encontra-se praticamente situado na parte branca do mapa que corresponde à região urbana da cidade, embora se saiba que existe um processo de ocupação das encostas da serra. Segundo dados do Anuário Estatístico da Fundação CIDE – 2003, a taxa de densidade demográfica de

Mesquita é de 3.992,3 hab / km<sup>2</sup>, ou seja, é uma cidade densamente povoada, com seus espaços urbanos praticamente ocupados.

Em 1995, época do último plebiscito, a população de Mesquita contava com cerca de 152.390 habitantes<sup>25</sup>, o que já lhe possibilitava a inclusão na faixa de municípios considerados de médio para grande porte, segundo critérios adotados por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e organizados em tabela de estratificação dos municípios de acordo com o quantitativo de sua população (tabela 2, p. 73)<sup>26</sup>. Cabe aqui um parêntese diretamente vinculado às questões do movimento de emancipação: o argumento de que Mesquita é uma “cidade pequena” faz parte do imaginário local. Possivelmente pelo fato de que, em termos de área territorial tenha pouca extensão, de fato, se comparada a outros municípios vizinhos, como é o caso de Nova Iguaçu e Belford Roxo.

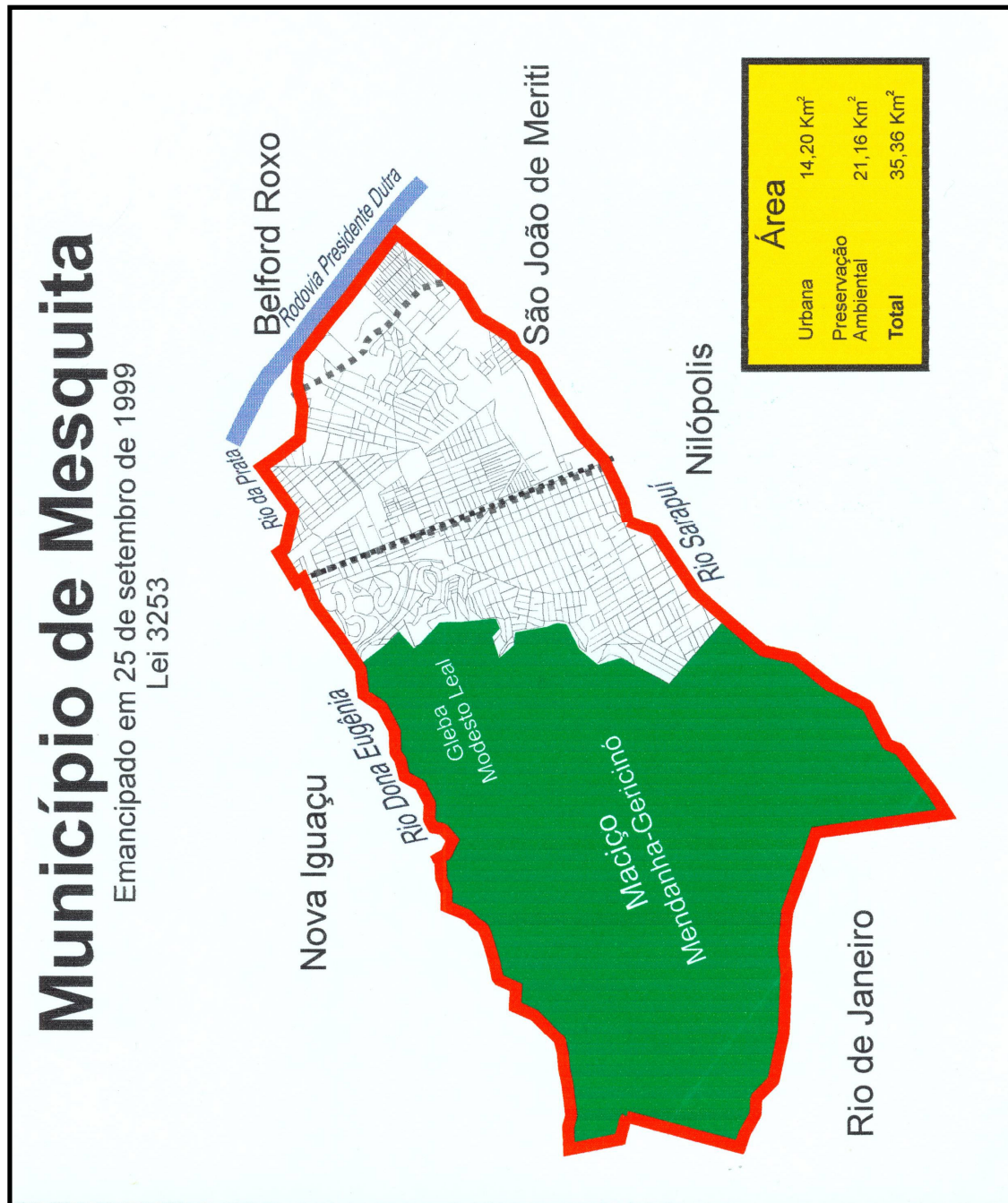
O que se deseja com a apresentação dos critérios dos dois pesquisadores do IPEA é mostrar que existem outras formas de arrumação das cidades, em termos de estratificação, e que, na maioria das vezes se confrontam com a visão de cidade que os moradores constróem.

---

<sup>25</sup> Dados obtidos no Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro da Fundação CIDE, versão CR-Rom, 2003.

<sup>26</sup> Tabela organizada pelos pesquisadores do IPEA a partir de dados do IBGE.

Figura 6 – Mapa do Município de Mesquita



Fonte: Revista Programa de Governo Participativo para Mesquita: 2000

**Tabela 2**

**TABELA 1**  
Identificação dos Estratos de População e da  
Nomenclatura de Municípios Adotados neste Trabalho

Grupos de Municípios (População x 1000)	Nomenclatura	Grupos de Municípios (População x 1000)	Nomenclatura	Grupos de Municípios (População x 1000)	Nomenclatura
0 a 5	Municípios Pequenos	0 a 5	Municípios Muito Pequenos	0 a 5	Micromunicípios
5 a 10		5 a 10		5 a 10	
10 a 20		10 a 20		10 a 20	
20 a 50	Municípios Médios	20 a 50		20 a 50	
50 a 100		50 a 100		50 a 100	
100 a 500	Municípios Grandes	100 a 500		100 a 500	
500 a 1.000		500 a 1.000	Municípios	500 a 1.000	
Mais de 1.000		Mais de 1.000	Muito Grandes	Mais de 1.000	Megamunicípios

Fonte: Convenções adotadas pelos autores.

**Fonte: Gomes E Macdowell, 2000: 7**

Com relação a equipamentos de infra-estrutura urbana, dados divulgados em reportagem do jornal *O DIA*, apontam como se encontrava o município no ano de sua primeira eleição (2000):

**Tabela 3**

Serviços	Cobertura
rede de água	86,7 %
rede de luz	88,3%
telefones	31,4%
rede esgoto	60,8%
pavimentação	48,1 %
coleta de lixo	79,9 %
arborização	1,6 %;
limpeza pública	1,89 %;

**Fonte: Jornal O DIA, Caderno Baixada, 2000 <sup>27</sup>**

<sup>27</sup> De acordo com o jornal a fonte dos dados é o IBGE.

Verifica-se que em aspectos fundamentais de serviços, tais como rede de esgoto e pavimentação das ruas, o acesso apresentava-se bastante precário, sem contar que não existia ainda cobertura total das redes de água, iluminação elétrica e coleta de lixo, provimentos essenciais em uma cidade. Refletia-se dessa forma, o espaço sócio-político no qual o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro se situava e a permanência dos problemas ocasionados pelos loteamentos ausentes de serviços herdados da década de 1940 /1950.

### 3 A EMANCIPAÇÃO NAS VOZES DA CIDADE: ESPAÇO, PODER E IDENTIDADE

*A minha história é como as demais. Eu morava numa cidade que não tinha emprego, não tinha como defender o pão de cada dia, então, que é em Minas. Nasci em Minas, me criei em Minas e já jovem vim pro Rio pra poder trabalhar.*  
(silêncio)

**Dona Conceição**

A inserção de Mesquita no contexto sócio-espacial e histórico de Baixada Fluminense, visto anteriormente, servirá como “pano de fundo” necessário ao presente capítulo: o processo de emancipação da cidade através do trabalho de memória de seus agentes sociais. Como introdução, será destacada a relação que a temática da emancipação guarda com o processo de autonomia das cidades, como tal questão vem sendo abordada na legislação brasileira e sua vinculação com o que se costuma denominar centralização/descentralização político - administrativa. Em seguida, serão analisados os três períodos por que passou o então distrito de Mesquita até conseguir sua autonomia de Nova Iguaçu: o primeiro, que remonta à década de 1950 do século XX e o silêncio imediatamente posterior; o segundo, que remete ao ressurgimento do movimento na década de 1980; e o terceiro que reconstitui os plebiscitos de 1993 e 1995 e seus desdobramentos, culminando com a elevação de Mesquita à categoria de cidade em 1999. Tais análises serão realizadas através das vozes dos agentes que participaram dos processos acima relacionados.

Como daqui por diante se falará de uma maneira mais constante na temática propriamente dita da emancipação, é importante esclarecer o sentido que se dará a três termos que serão usados frequentemente: emancipacionista, emancipista e emancipador. Em relação ao primeiro – emancipacionista- se fará uso quando ligado a questões relacionadas ao movimento da emancipação; em relação ao segundo e ao terceiro



termo – emancipista e emancipador -, quando ligados às pessoas atuantes no movimento. Tais vocábulos estarão sendo usados, a partir da observação de seu emprego nas fontes escritas e orais pesquisadas.

### 3.1 A CRIAÇÃO DE CIDADES NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: FLUXOS E REFLUXOS

Antes de enveredar propriamente pelo assunto proposto, é preciso definir os conceitos que estarão envolvidos nessa seção: autonomia e emancipação. Para tal foram acionados os verbetes referentes a tais vocábulos presentes em HOLANDA (1986):

Autonomia - [Do grego *autonomía*.] s.f. 1. Faculdade de se governar por si mesmo. 2. Direito ou faculdade de reger (uma nação) por leis próprias. (Holanda, 1986: )

Emancipação – [Do lat. *emancipatione*] s.f. 1. Ação ou efeito de emancipar(-se).

Emancipar – [Do lat. *emancipare*]. 3. Tornar livre; livrar; libertar (de jugo, tutela, etc.). (Idem, 1986: )

Dessa forma, pode-se estabelecer a relação existente entre a faculdade de se reger por leis próprias, estritamente ligado ao conceito de autonomia, com a busca desta pelos movimentos realizados em favor da emancipação dos municípios, enfoque dessa pesquisa.

A partir da ocupação e conseqüente dominação das terras que hoje constituem o território brasileiro, foi se consolidando o processo de criação de vilas e cidades aos moldes das municipalidades portuguesas. Desta forma, sob a égide da legislação lusitana<sup>28</sup>, o espaço brasileiro vai sendo organizado, até à independência, quando então é outorgada a primeira constituição em 1824.

---

<sup>28</sup> As cidades portuguesas eram regidas pelas chamadas ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas, inspiradas no modelo romano, imposto aos portugueses quando de sua dominação pelo Império Romano. Mais tarde sofreram influência dos visigodos e árabes, que tomaram o território português dos romanos.

A constituição imperial mantém a estrutura de vilas e cidades herdadas do período colonial, bem como prevê a instalação de câmaras, responsáveis pela administração econômica e municipal das mesmas, conforme expresso em seu artigo 167:

Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.<sup>29</sup>

Nesta constituição encontra-se presente o poder moderador, que delegava ao imperador uma administração altamente centralizadora. Se por um lado possibilitava a instalação de câmaras nas vilas e cidades, a legislação de 1824 limitava a atuação dessas câmaras em questões meramente administrativas, diferentemente do período colonial.

O termo município será introduzido na legislação máxima do país a partir da primeira constituição republicana, datada de 1891, aparecendo também, nesse momento, uma forma mais direta de prescrição sobre a autonomia municipal, porém ainda bastante generalista.

A constituição de 1946 reconhece o município como uma das divisões político-administrativas do país, porém não o inclui como uma entidade efetiva da federação. Avança nas questões relacionadas à autonomia municipal, principalmente no que diz respeito à repartição de receitas federais, possibilitando um surto de criação de novos municípios, que irá durar até à época da instalação do regime militar em 1964.

Durante cerca de vinte anos, observa-se a estagnação do aparecimento de cidades, fato que não somente aconteceu no Rio de Janeiro, mas em todo o país. É o período das leis de exceção e dos Atos Institucionais (ver Quadro 2 - Evolução das Cidades no Rio de Janeiro).

---

Dessa forma, as leis que diziam respeito à administração das cidades foram sendo transformadas até chegar à colônia brasileira de Portugal.

<sup>29</sup> Constituição do Império do Brazil de 25 de março de 1824.

A partir da década de 1980 retomam-se os movimentos emancipatórios municipais. São os tempos da “abertura” que movimentam o país, os movimentos sociais, os partidos políticos. Segundo NORONHA (1993):

A emancipação de Arraial do Cabo em 1985 é o marco de uma nova fase de criação de novos municípios, fase esta que foi mais intensa após a constituição de 1988, que delegou poderes totais aos estados para legislar sobre emancipações, e adotando o Rio de Janeiro uma legislação extremamente liberal, no sentido de incentivar a criação de municípios [...] <sup>30</sup>.

O contexto político pós-ditadura militar, propiciando uma redistribuição de poder, notadamente a partir de 1985, favoreceu um novo processo de criação de municípios, acentuado com o reforço da Constituição de 1988, que deu base legal a esse movimento. Diz o seu artigo primeiro: “[...] A República Federativa do Brasil [é] formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal [...]” <sup>31</sup>, ou seja, os municípios passam a ser membros da federação, com responsabilidades e deveres, mas também beneficiários de direitos e status de poder. O facilitador para a descentralização não veio só da base jurídica, mas também econômica, principalmente com o aumento do Fundo de Participação de Municípios – FPM, facilitando a transferência de receitas para manutenção dessas entidades da federação, mesmo as que contavam com uma base de arrecadação própria de pequeno vulto.

---

<sup>30</sup> Rudolf de Noronha. “Movimentos de Emancipação Municipal no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1985”. Monografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, p.18.

<sup>31</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Texto recolhido na Internet. Disponível em [www.georgetown.edu/pdba/Constitutions/Brazil/brazil88.html](http://www.georgetown.edu/pdba/Constitutions/Brazil/brazil88.html).

Marcos/Legislação	Caracterização Política	Períodos	Número de cidades criadas no Estado do Rio de Janeiro
<b>COLÔNIA</b>  <b>Ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Poder centralizador das Capitânias.</li> <li>. Primeiras vilas e cidades da colônia brasileira são administradas aos moldes da legislação portuguesa: atribuições políticas, administrativas e judiciais.</li> <li>. Movimento de autonomia das Câmaras Municipais.</li> <li>. Corte portuguesa no Brasil: novas cidades</li> </ul>	<b>1565 – 1808</b>	09
		<b>1808 – 1822</b>	06
<b>IMPÉRIO</b>  <b>Constituição Outorgada 1824</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Poder moderador do Imperador.</li> <li>. Instituição de Câmaras em todas as vilas e cidades.</li> <li>. Câmaras perdem atribuições judiciais.</li> <li>. Nas terras da província do Rio de Janeiro, a região do vale do Paraíba destaca-se na produção do café: criação de novas cidades.</li> </ul>	<b>1822 – 1850</b>	12
		<b>1850 – 1889</b>	08
<b>REPÚBLICA</b>  <b>Constituição 1891</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Federação, presidente eleito.</li> <li>. Municípios não compunham a Federação, que tinha sua organização prescrita pelos estados.</li> <li>. “Boom” de criação de novas cidades entre 1890 e 1892.</li> <li>. Período de estagnação: lei para emancipação municipal disciplinada pelos estados.</li> <li>. Municípios controlados pela força política dos estados.</li> </ul>	<b>1890 – 1892</b>	13
		<b>1893 – 1933</b>	00
<b>Constituições 1934 / 1937</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Estado Novo: ditadura – Getúlio Vargas.</li> <li>. Poder central altamente controlador.</li> <li>. Municípios manipulados pelos interesses estaduais; dissolução das câmaras municipais.</li> </ul>	<b>1934 – 1945</b>	05
<b>Constituição 1946</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reconhece o município como uma das divisões político-administrativas do país.</li> <li>. Institui os tributos partilhados, favorecendo os municípios mais pobres.</li> <li>. “Boom” de aparecimento de novos municípios.</li> </ul>	<b>1946 – 1963</b>	11
<b>Constituição 1967</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Regime militar: eleição do presidente da república por colégio eleitoral.</li> <li>. Atos Institucionais.</li> <li>. Criação de novos municípios disciplinada por leis federais e estaduais.</li> </ul>	<b>1964 – 1984</b>	00
<b>Constituição 1988</b>  <b>Emenda Constitucional n.º 15, 12/12/1996</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Redemocratização do país.</li> <li>. Poder total aos estados para legislar sobre as emancipações.</li> <li>. Município como membro efetivo da federação.</li> <li>. Lei orgânica.</li> <li>. Mecanismos restritivos ao surgimento de novos municípios.</li> </ul>	<b>1985 – 1995</b>	27
		<b>1996 – 2000</b>	01 (Mesquita)
<b>Total de</b>	<b>municípios criados no Estado do Rio de Janeiro até hoje</b>		<b>92</b>

**Quadro 2 - Evolução das Cidades - organizado pela autora**  
**Fonte: Fundação CIDE, IBAM e consulta às Constituições Brasileiras**

O reconhecimento do município como unidade político – administrativa autônoma, portanto, é recente; sua inclusão como membro efetivo da federação, juntamente com os estados e territórios data da constituição de 1988. Reflexo disso é a criação no país entre 1980 e 2001 de 1570 municípios (Bremaeker, 2001: 4 - 6). O Estado do Rio de Janeiro acompanha essa “onda emancipacionista”; 28 emancipações se realizam nessa vaga e Mesquita é uma delas (Quadro I, Figura 7 - Mapa de Desmembramentos Municipais e Quadro 2).

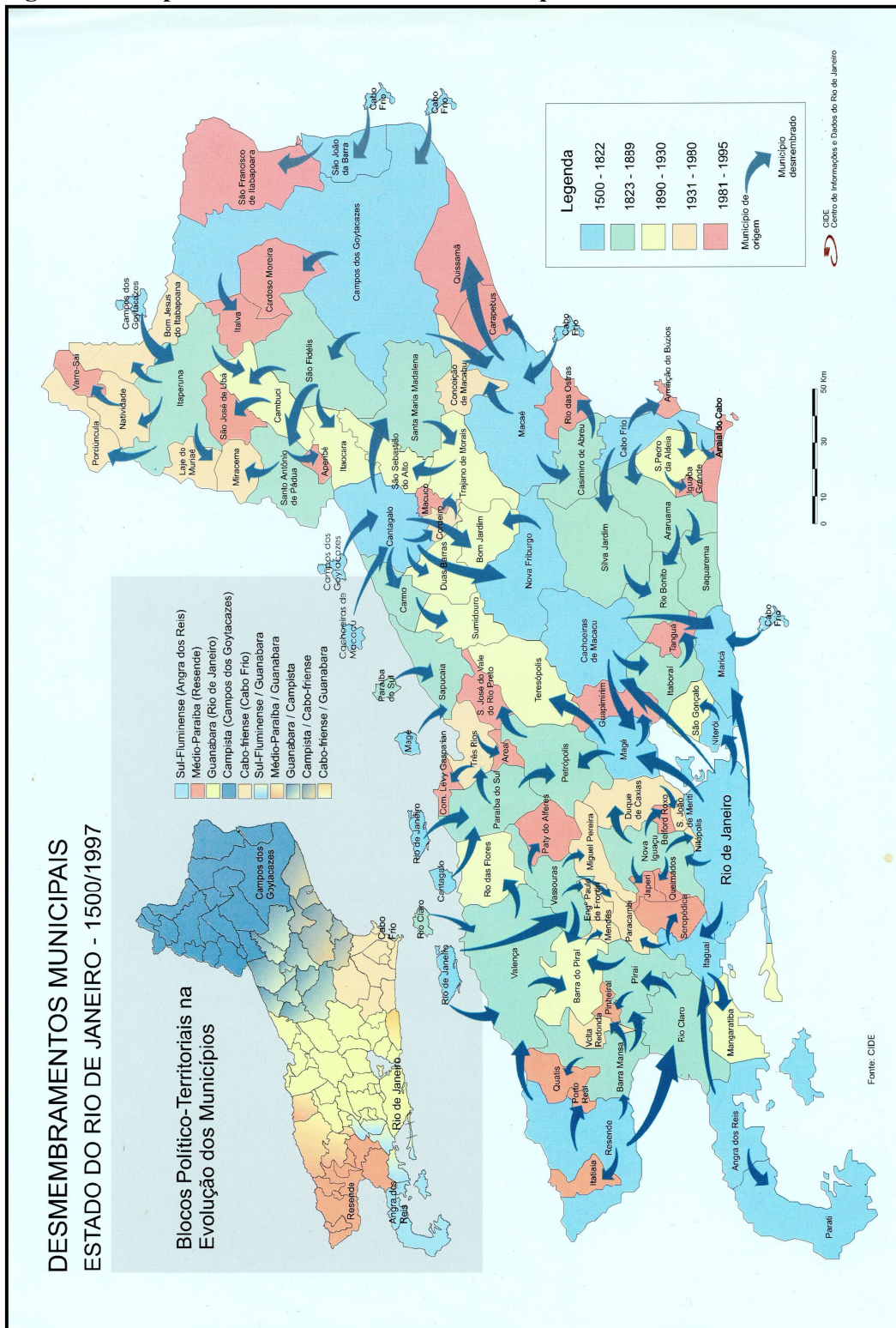
Dessa forma, a partir do Quadro 2, observa-se que o processo de criação de cidades e municípios está articulado diretamente com os períodos de descentralização de poder, bem como o de notórias mudanças de caráter político, concordando com a análise de Rudolf de Noronha (1993):

[...] Fica flagrante a relação entre os períodos da República Velha e do Regime Militar com a não ocorrência de emancipações, assim como a proliferação de novos municípios em períodos de importantes mudanças políticas, como ao final do Primeiro Reinado, na Proclamação da República e no período atual (Noronha, 1993: 19).

Cabe aqui uma atualização da análise de NORONHA, na medida em que a mesma foi realizada em 1993, período de reaquecimento no processo de emancipações e que após 1997, entra novamente em declínio (ver quadro 3).

A partir da emenda constitucional n. ° 15, editada em 12 de dezembro de 1996, o surto de emancipações foi novamente estancado, impingindo medidas bastante limitadoras ao desmembramento de municípios, tais como: a definição do período para iniciação do processo de emancipação de um município; a definição dos critérios para a elaboração e divulgação de um “Estudo de Viabilidade Municipal”, requisito para a autorização e a consulta plebiscitária envolvendo as populações dos municípios envolvidos

Figura 7 – Mapa de Desmembramentos Municipais do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Fundação CIDE: 2003

NOTA: O município de Mesquita não está incluído porque sua emancipação aconteceu em 1999.

**Quadro 3 – Criação de Municípios no Estado do Rio de Janeiro – 1986/2001**

<b>Ano de instalação</b>	<b>Municípios criados</b>	<b>Quantidade</b>
1986	Arraial do Cabo, Italva	02
1989	Paty do Alferes, São José do Vale do Rio Preto, Itatiaia	03
1990	Quissamã	01
1993	Cardoso Moreira, Belford Roxo, Guapimirim, Queimados, Quatis, Varre-Sai, Japeri, Comendador Levy Gasparian, Rio das Ostras, Aperibé, Areal	11
1997	São Francisco de Itabapoana, Iguaba Grande, Pinheiral, Carapebus, Seropédica, Porto Real, São José de Ubá, Tanguá, Macuco, Armação de Búzios	10
2001	Mesquita	01
	<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

**Fonte: Fundação CIDE, 1995** <sup>32</sup>

no processo. No momento atual, no Estado do Rio de Janeiro, bem como no restante do país, o movimento emancipacionista passa novamente por um período de refluxo, após um momento intenso de criação de novas cidades. Mesquita foi o último município dessa “leva” a conseguir sua emancipação.

<sup>32</sup> Quadro organizado pela autora a partir dos dados da Fundação CIDE com atualização referente ao município de Mesquita.

### 3.2 A IDEALIZAÇÃO DA EMANCIPAÇÃO OU DE COMO TUDO COMEÇOU:: AS VOZES ENTRAM EM CENA

A origem do movimento pela emancipação do então quinto distrito de Nova Iguaçu, remonta à década de 1950, situando-se no bojo de um dos períodos de aquecimento de criação de novas cidades no país, a partir da promulgação da constituição de 1946, conforme descrito na seção anterior. Por outro lado, é o momento em que os moradores já fixados nos locais de moradia para onde se deslocaram, na maioria das vezes, desabastecidos das condições de infraestrutura necessárias<sup>33</sup>, criam formas que julgam serem capazes de alavancar o seu desenvolvimento. A primeira campanha pró-emancipação nasce nesse contexto.

Na reconstrução das memórias desse primeiro momento, serão utilizados fragmentos de cinco entrevistas, envolvendo moradores que tiveram participação à época, bem como agentes que atuaram nos movimentos posteriores; as análises estarão centradas: a) nos motivos da causa emancipacionista; b) na primeira reunião da emancipação; e c) no sumiço do processo. Tais temáticas foram selecionadas a partir do cruzamento dos relatos, verificando-se que os mesmos ofereciam um material de memória valioso na configuração do movimento emancipacionista de 1957. Com relação ao “sumiço do processo”, é necessário esclarecer que os nomes dos informantes serão ocultados, por se tratar de um assunto polêmico, podendo trazer desdobramentos para os mesmos. Ressalte-se, que, embora, se tenha o cuidado de preservar os informantes, nenhum deles solicitou sigilo sobre o assunto.

As primeiras reuniões em favor da autonomia de Mesquita aconteceram em meados da década 1950, culminando em uma assembléia considerada, pelas fontes

---

<sup>33</sup> Ver capítulo 2. 2. da dissertação.



disponíveis<sup>34</sup>, a primeira reunião da emancipação. O Sr. Edmundo Nascimento, morador antigo de Mesquita, faz o seu relato sobre o evento da seguinte maneira:

*[...] Daí eu comecei a andar mais e conhecer mais. Foi exatamente aí quando no dia 05 de maio de 57, aqui na sede de um clube de futebol que nós tínhamos, o “Sete de Setembro”, na rua Maria Vecchi, esquina com Mr. Watkins, sobrado, aonde hoje, é, embaixo, é [...] uma lanchonete, e ali foi a primeira reunião que nós tivemos para a emancipação de Mesquita, presidida pelo Doutor Jackson Trindade, irmão do Regner Trindade [...] (entrevista realizada em maio de 2004 – grifos da autora).*

Conforme as lembranças de seu Edmundo, a primeira reunião para a emancipação foi realizada há 47 anos. Nessa narrativa sobressai de pronto a evocação da data; a descrição precisa do lugar - clube Sete de Setembro -, com sua localização; a rememoração do acontecimento - primeira reunião da emancipação -; e a primeira pessoa lembrada, a que presidiu a mesa (Dr. Jackson Trindade). Pode-se, pois, verificar através desse depoimento em que parâmetros o trabalho da memória opera, de acordo com Pollak (1992): os acontecimentos, personagens e lugares. Interessante notar que o *vestígio datado de memória* (Pollak, 1992), foi quase preciso, pois, segundo a ata disponível, a mesma aconteceu no dia sete de maio de 1957.

Essa reunião é lembrada como um marco, não somente por seu Edmundo, como também nos poucos textos que circulam sobre essa primeira campanha. Na Internet achamos um artigo intitulado *Memórias da Liberdade*, que se propõe a historiar o desenvolvimento do processo de emancipação. O texto que inicia o trabalho é justamente o rascunho da ata de instalação dessa primeira reunião, da qual segue um trecho transcrito:

Aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, às oito horas e quarenta minutos, precisamente, foram iniciados os trabalhos pró-emancipação de Mesquita, na sede do S. E. Sete de Setembro, presentes quase 100 pessoas.

---

<sup>34</sup> Artigos de jornais, rascunho da ata do evento e entrevistas realizadas pela autora.

O Dr. Jackson ocupa a mesa para início, dizendo da razão da reunião ([www.cruiser.com.br/mesquita/memorias.htm](http://www.cruiser.com.br/mesquita/memorias.htm), 2003, sem autoria).

Novamente a data, o lugar, o acontecimento e a pessoa aparecem enunciados inicialmente, e conforme, o autor da matéria: “como poderíamos deixar de citar determinados nomes, determinadas datas, como também determinados locais?” (idem). Parece dizer: é preciso que esses componentes se perpetuem na memória da emancipação.

Outro entrevistado participante dessa primeira reunião é o próprio Dr. Jackson Trindade, Procurador Geral da Fazenda aposentado, a quem vários depoentes, como seu Edmundo e outras pessoas da cidade sempre se remeteram ao falar do movimento de 1957. Seu relato sobre o evento do Clube Sete de Setembro aparece da seguinte forma:

*[...] Quando eu assumi a..., a direção do jornal, ele me contou que havia, ah..., ia haver uma reunião e que..., se eu queria comparecer e eu compareci, e aí eles me jogaram lá como presidente, quer dizer, aí eu fui convocado pra ser um dos soldados da emancipação e comecei a trabalhar, foi aí que eu comecei a estudar sobre emancipação [...] [...] Então o Ivair, que era **dono do jornal** me convidou pra ir a essa reunião, e a senhora vê que eu fui pra reunião e já fui como presidente lá da...mesa [...]* (entrevista realizada em outubro de 2004).

O depoimento do Dr. Jackson aponta algumas pistas importantes: em relação ao próprio movimento, que já estaria acontecendo, porquanto ele mesmo foi convidado pelo Ivair, no caso, Ivair Taciano de Almeida, dono do jornal *O Mesquitense* (fundado em 31 de julho de 1955), do qual Dr. Jackson à época, com 30 anos, era diretor-chefe. Ao final, diz que foi para a reunião já como presidente da mesa, indicando que foi alçado a uma função de responsabilidade assim que começa a fazer parte de sua estrutura. Em determinado momento, ele se coloca como um “soldado da emancipação” e demonstra o que irá desenvolver mais detalhadamente na entrevista: o seu papel de intelectual na campanha pela emancipação.

*[...] meu primeiro passo foi procurar saber o que era isso [a emancipação], então, buscando, assim, nos alfarrábios, nas histórias, eu encontrei um livro: A Multiplicação dos Municípios em Minas Gerais, e fiquei apaixonado pelo assunto, porque eu sempre fui apaixonado pela gleba [...], o lugar pequeno [...] Eu não sou homem da grande cidade, eu sou da cidade miúda, e o Brasil, [...] nasce da..., do pequeno [...] Quando Ivair me chama, eu pego esse livro, começo a estudar o livro, e comecei a escrever sobre emancipação, e aí convocamos a turma e fundei, a Sociedade Amigos de Mesquita [...] [...] A tese é elevar o distrito à categoria de município. Eu me apaixonei pelo assunto porque eu lhe disse, eu sou..., é, é..., assim, homem da, da gleba, homem do, do distrito ou do arraial. Eu adoro aquela coisa que vem nascendo (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Dr. Jackson, em suas lembranças, destaca seu papel na busca de informações para a necessária fundamentação do movimento nascente. Incorpora na narrativa, a origem de cidade do interior (ele vem de Japoatã, Sergipe) e a concepção de formação de cidades / poder local que já fazia parte de suas preocupações à época, incorporada com elementos do presente<sup>35</sup>. Outro trecho da entrevista detalha sua fala inicial:

*[...] E, digo, cheguei a escrever umas duas ou três vezes, e é um dos artigos que eu escrevo pela emancipação de Mesquita: o município como uma **escola de democracia**, não é escola de governo, que é coisa diferente, é escola de democracia. Eu entendo e entendi desde essa época, que uma das formas da gente treinar a democracia brasileira será nos municípios.[...] [...] [...] Então veja, então o poder nasce, e ele é forte, tinha que ser fortalecido [...], esse poder, a democracia [...]. [...] Do jeito que se exerce o poder no Brasil, ninguém migra para o distrito, para a vila, é, eu gosto do nome vila, o povoado, como chamava antigamente, é, onde se reúne a população. Aí é que o **núcleo do poder**, aí que nasce o poder, onde as pessoas se conhecem, todas as pessoas se conhecem [...] (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Nas memórias do Dr. Jackson, a questão do poder perpassa de uma forma intensa sua narrativa; atribui um peso central ao município como forma de exercício de democracia, e esta como uma das fontes de poder. Claval (1978), discute o papel do poder

---

<sup>35</sup> Atualmente ele faz pesquisas sobre o poder e está escrevendo um livro *O poder, embriaguez, força, maneira de exercer...*

nas práticas sociais, afirmando que as mesmas acontecem numa espécie de jogo social, onde diversos fatores agem uns sobre os outros, nunca ao acaso, sem intenções definidas. Quando o depoente fala do núcleo de poder que nasce onde as pessoas se conhecem, pode-se acionar o que Claval diz sobre o jogo social: “levando-os a aceitar a autoridade de quem está se investindo[...]ou tirando partido de sua posição econômica, de sua situação geográfica ou de sua aptidão para inventar novas soluções e fazer com que sejam adotadas[...]” (Claval, 1978: 7). Da mesma forma, quando Dr. Jackson se refere à Mesquita, pode-se considerar que ele a situa, mesmo que, idealmente, como um “lugar antropológico” (AUGÉ, 2001), onde todas as pessoas se conhecem, e a democracia – fundamento do núcleo do poder, teria condições de ser exercitada.

Dr. Jackson Trindade relata que, a partir de seus estudos desenvolvidos sobre a autonomia das cidades, começou a ser convidado a participar de debates. Assim é, que em certa ocasião, surgiu o convite de um deputado estadual da região - José Montes Paixão - para participar de uma dessas discussões na Solimões, rádio local de Nova Iguaçu. Transcrevem-se, a seguir, partes do debate, segundo o depoimento de Dr. Jackson. Neles estão contidos argumentos empregados pelos participantes do evento:

*[...] Mesquita é distrito, pretende ser cidade, então nós temos que saber o que é distrito, o que é cidade, o que é uma vila e como se faz pra ser cidade. Se Mesquita, que é uma vila, tem condições de ser cidade. E aí o adversário perdeu, disse que não sabia nada disso, não tinha, nem tava preparado...[...]* (argumento do Dr. Jackson). (entrevista realizada em outubro de 2004).

*[...] ele [Paixão] mostrou, que, pelo orçamento, Nova Iguaçu gastava um dinheirão, e que Mesquita não tinha condições nem 10% pra ter aquela condição, pra, pra se emancipar e que precisaria..., nenhum [...] município podia deixar de ter aquele dinheiro [...] (argumento de José Montes Paixão, que no futuro assumiria posição favorável à emancipação)* (entrevista realizada em outubro de 2004).

*Mesquita então vai viver como um município pobre, trabalhando pra subir, sem precisar de ser igual a Nova Iguaçu, que já era uma moçoila grande, tanto que foi o nosso movimento que explodiu. Então, o argumento do “Paixão” era centrado nisso, era no dinheiro, no orçamento, isso ele tinha documentação, e eu não estava [...] preocupado, digo, os pobres vivem sem ter o mesmo dinheiro que o rico tem, e vivem bem, porque viver bem não tem nada a ver com o dinheiro [...] (Dr. Jackson) (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Nos trechos acima narrados pelo depoente, os argumentos utilizados centravam o debate na concepção de descentralização do poder – formação de cidades; seu adversário debatedor dirigia o debate para questões de ordem orçamentária: “o argumento do ‘Paixão’ era centrado no dinheiro, no orçamento, isso ele tinha documentação”. Segundo, Dr. Jackson, quem “ganhou” esse debate foi ele, porque o adversário não estava preparado.

O senhor Antônio José Pimentel (Seu Pimentel), outro morador de Mesquita, que também participou nessa época, incorpora outros fatores ao processo emancipacionista em seus primórdios:

*[...] Quando nós começamos a reivindicar da prefeitura de Nova Iguaçu, é, foi uma coisa, porque os políticos de Nova Iguaçu não se interessavam por Mesquita. Nós tivemos época aqui em Mesquita que elegemos oito vereadores e dois deputados, mas nenhum deles se interessava. Aí nós começamos o movimento de emancipação.[...] eu sempre acreditei na emancipação porque nós teríamos um governo próximo a nós, e que deveria haver mais interesse na parte administrativa, e, justamente com a população em geral, não pode ser só associações de bairro, certo? Quer dizer, seria uma coisa muito nossa. Nós não teríamos que ir a Nova Iguaçu procurar o vereador X ou o prefeito X, porque na época não éramos atendidos, certo? Não havia isso. E aqui nós estamos bem próximos da administração e podíamos trabalhar [...] (entrevista realizada em outubro de 2004).*

A questão do poder se materializa na fala do depoente, através da representação legislativa; inicialmente os vereadores e deputados, para mais adiante incluir

o poder executivo, na figura do prefeito. O poder local também está presente, quando fala do “governo próximo a nós”.

Outro argumento identificado naquela ocasião para a justeza do movimento de emancipação advém das palavras de seu Edmundo Nascimento:

*[...] Então o que é que nós vimos, que Nova Iguaçu levava o nosso dinheiro, as nossas fábricas, é, fábrica de telha, é nossa indústria, ia tudo pra Nova Iguaçu e não voltava nada para aqui.[...] [...] Nós tínhamos consciência disto e tínhamos certeza de que se o dinheiro ficasse aqui, era outra coisa, igual fica hoje, não é verdade? Quer dizer, diante disso, nós tínhamos que ter uma reação e a nossa reação foi exatamente essa. Eu digo a nossa, mas que não era bem a nossa não, porque não fui eu que fundei. Eu comparecia à reunião, eu comparecia à reunião, mas eles eram mais velhos do que eu [...] (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Nessa narrativa, diferente das anteriores, a razão de ordem econômica pertinente à época, está presente de forma clara: o “dinheiro” arrecadado das fábricas e olarias não retornava ao distrito em forma de benefícios, uma vez que, conforme vimos em capítulo anterior, Mesquita vivia uma fase em que as indústrias fabris estavam instaladas e as olarias ainda estavam em processo de produção. Nas memórias de seu Edmundo, a emancipação aparece como uma forma de reação a essa situação, da mesma forma que seu Pimentel alegava que a emancipação surgiu também a partir do desinteresse dos vereadores e deputados da região pelos problemas de Mesquita.

Um jornal de circulação local na época, *A OPOSIÇÃO*, em artigo sobre a emancipação de Mesquita, utiliza alguns argumentos narrados pelos depoentes acima:

O movimento é nobre e pelos ideais que encerra, encontra fácil receptividade no seio do povo, que cansado de ver preteridas suas justas reivindicações, aceita a idéia, principalmente pela desilusão nos homens que têm tomado a incumbência de representar aquela crescente localidade. [...] Todos esses fatores vêm contribuindo decisivamente para que o movimento alcance grande proporções, acrescentando-se ainda, para que tal ocorra, os desmandos da atual administração que suga daquele povo milhões de cruzeiros para os cofres da

Prefeitura, sem que ali seja empregada qualquer verba em melhoramentos públicos. (A OPOSIÇÃO, 1956: 4, sem autoria).

O artigo do jornal reitera, pois, as razões em defesa da emancipação que os entrevistados apresentaram: o esquecimento dos representantes do povo, o poder legislativo, e da administração, que não realizava benfeitorias na localidade.

Na década de 1950, portanto, pode se verificar que os debates sobre emancipação apresentavam fatores de ordem política e econômica que permaneceriam em momentos posteriores.

A partir de artigos veiculados pela imprensa escrita e reiterados pelos depoimentos, tem-se notícia de que as primeiras ações em favor da emancipação nesse período ocasionaram um processo encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e ao Governo do Estado para ser sancionado. Nesses trâmites, teria desaparecido; em relação ao “desaparecimento” as versões são diferenciadas, até hoje não se sabe exatamente como isso ocorreu. No trabalho de memória realizado através dos relatos, verifica-se que, em alguns deles a versão é substituída pelo silêncio acerca do ocorrido.

A permanência do fato “desaparecimento do processo”, é observada quando se quer remeter ao movimento pela emancipação iniciado há mais de quarenta anos. O jornal *O DIA*, em reportagem de 2004, pela comemoração de *150 anos da Baixada*, intitulada *Caçula envolta em mistério*, ao reconstituir o histórico da emancipação de Mesquita escreve o seguinte:

Cidade caçula do estado do Rio, Mesquita foi criada em 1999, quando se emancipou de Nova Iguaçu. **O processo de transformação do antigo bairro em município, no entanto, começou há mais de 40 anos antes, num episódio**

**envolto em mistério**, que foi também a primeira de uma série de tentativas frustradas de emancipação (O DIA NA BAIXADA, 2004: 17).<sup>36</sup>

Os relatos das pessoas que participaram ou têm conhecimento do antigo movimento igualmente apontam o desaparecimento, o “sumiço” do processo:

*Trabalhamos, mas acontece que em 83..., 83..., é..., 83..., foi dada a entrada, aliás, em 62, foi criado o primeiro processo para emancipar Mesquita. **Este processo desapareceu daqui até Niterói. Ninguém mais soube dele.** [...] (grifo da autora) (entrevista realizada em junho de 2004).*

*[...] O processo pronto, tava dependendo de um parecer da..., do ministro da...que ministério! Da Secretaria de Justiça, e na mesa do Secretário, o processo sumiu! (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Tanto nas entrevistas realizadas, como em artigos de jornal, um fato sobressai na cena do processo desaparecido: o desvio do processo de seu curso normal teria sido atribuído a José Montes Paixão, então deputado estadual, e que teria motivos para ficar contrário ao desligamento de Mesquita de Nova Iguaçu.

José Montes Paixão, personagem controverso, tanto atraiu vários adeptos e correligionários, quanto posições antagônicas e contrárias as suas. Inicia na carreira política a partir de 1950, quando é eleito vereador pelo então município de Nova Iguaçu. Obteve mais de um mandato, até se tornar deputado estadual, eleito com votos de Mesquita e Nova Iguaçu. Participou desse primeiro movimento de Mesquita, atuando contra o processo, conforme declarado por um depoente neste mesmo capítulo<sup>37</sup>. Na década de 1990 incorpora-se ao movimento, liderando as atividades do Comitê Pró-Emancipação. Participou, pois, dos últimos dois plebiscitos na cidade, investindo dinheiro para a divulgação do movimento. Em 2000, candidatou-se à prefeitura de Mesquita, liderando a votação, com a alcunha de “O Emancipador”. Tornou-se, dessa forma, o primeiro prefeito

<sup>36</sup> A reportagem completa encontra-se disponível no ANEXO E.

<sup>37</sup> Vide p. 86.



da cidade. Desde abril de 2004, foi licenciado da prefeitura por motivos de saúde. Sua entrevista não conseguiu ser realizada por esse motivo. Em 11 de dezembro do mesmo ano faleceu vítima de um derrame cerebral.

Alguns depoimentos apontam o sumiço do processo e a responsabilidade do mesmo à figura do deputado:

*[...] Não sei porque razão, dizem assim, dizem que o “Paixão” teria feito isso porque não queria perder a titularidade do cartório e responsável pelos registros dos imóveis em Mesquita, acho que o nono ofício depois passou a ser da ex-mulher dele, dos Paixão, na herança, uma herança não, no divórcio, ela teria ficado com o cartório, então dizem isso, diziam isso, que ele ficou contra, era contra o processo, porque não queria correr o risco de ter outro titular de cartório. Que havia o Jesus Baezo aqui e a sede do cartório dos “Paixão” era em Nova Iguaçu, cidade de Nova Iguaçu e a sede do cartório do Jesus Baezo, que não cuidava da parte de registro de imóveis, era aqui [...]. (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

De acordo com as lembranças do depoente, José Montes Paixão, além de parlamentar, dono de cartório à época, tinha interesses econômicos para manter Mesquita ligada à Nova Iguaçu. Essa é uma das versões dentre as histórias que circulam na cidade até hoje, contada preferencialmente por membros que se posicionam contrariamente às ações do então prefeito licenciado. Vejamos outro depoimento, que reafirma as memórias do anterior:

*[...] E eu me lembro bem de ouvir meu pai falar, esse grupo parece que entregou até uma documentação na Assembléia Legislativa e quando foram até lá, houve uma notícia de que tinha havido um incêndio no gabinete do então deputado Estadual José Montes Paixão e os documentos se perderam. Isso eu me lembro de ouvir falar [...]. (entrevista concedida em junho de 2004).*

Nessa narrativa, o que se destaca é o extravio dos documentos que levariam adiante o processo de emancipação da cidade e permanece a autoria atribuída a Paixão.

As lembranças de outro depoente, partidário do ex-prefeito, reincidentem sobre essa questão, apresentando, porém, uma versão diferenciada:

*[...] Disseram que quem tinha desaparecido com o processo era José Montes Paixão, é o que disseram. Hoje eu sei porque que disseram. Antes eu não sabia. Tanto é que, até..., até 92, eu também era diferente com José Montes Paixão, porque achava que realmente era ele que tinha tirado o processo, entendeu? E em 92 ele ligou pra mim [...] É que realmente disseram que foi o Paixão, mas por que que disseram? Eu vou explicar. Isso é política também, foi política também. Em 1950, o “Paixão” foi candidato a vereador pelo MDB<sup>38</sup>, juntamente com o Hélio Mendes do Amaral. E o Hélio Mendes do Amaral perdeu a eleição e o Paixão ganhou. Então ele culpou, ele disse que o “Paixão” tinha roubado os votos dele. Como é que ele vingou-se do “Paixão”? Dizendo que aquele processo foi o Paixão que tinha roubado. Tinha botado fogo, tinha pegado, tinha botado fogo no processo, tá. Mas e eu também, que eu acompanhava tudo, mas eu não tinha certeza de nada. Ele é o mais velho, é o mais antigo na história e que disse que isso tinha acontecido, como todo mundo acreditou, todo mundo acreditou, e eu também. [...] (entrevista realizada em junho de 2004).*

No relato acima outro componente entra em cena: a difusão da responsabilidade de Paixão no desaparecimento do processo seria atribuída a um adversário político, no caso, o sr. Hélio Amaral, primeiro presidente do então Conselho de Emancipação, já falecido. De qualquer forma, essas diferentes versões circulam na cidade até os dias atuais. Tais polarizações, presentes nas lembranças dos entrevistados, envolvendo sentimentos, valores e posicionamentos, podem ser remetidas aos escritos de LOVISOLO (1989), quando trata das contradições e justaposições de uma história baseada na memória:

*[...] Poderíamos antecipar que tal história nos proporcionaria constelações contraditórias de representações e práticas, de sentimentos e atitudes, e de valores organizados em torno da memória. Esta se desdobraria em individual e coletiva, fiel e infiel, objetiva e subjetiva, texto e monumento, oral e escrita, entre outras polarizações [...] (Lovisol, 1989: 16).*

---

<sup>38</sup> Em 1950 o MDB não existia, manteve-se porém a transcrição de acordo com o relato do informante.

Muitas pessoas ainda hoje na cidade fazem alusão com um certo saudosismo ao processo que não foi adiante. As histórias são múltiplas e variam de acordo com o quadro social de inserção do indivíduo. Não se pretende aqui afirmar a veracidade dos fatos acontecidos; o que permanece através da tradição oral são as diversas interpretações dadas ao caso. Um dos depoentes aponta de forma simples a reprodução dessa história em seu ambiente familiar:

*[...] E a gente sempre ouvia falar. Primeiro da história ocorrida, em, nos anos 50, é, com, com o sumiço do processo de emancipação lá, no Palácio do Governo em Niterói. É, e isso era dito pelos meus pais, meus pais falavam nisso, meu pai principalmente. É, havia essa, é, eu não chamaria nem de boato, mas sempre que esse, o assunto emancipação vinha à tona, de alguma forma essa história também vinha à tona.(entrevista realizada em dezembro de 2003).*

Seja pela participação direta, seja por histórias ouvidas, o fato é que o “sumiço” do processo é recorrente tanto em fontes impressas como nas narrativas orais, envolta quase sempre em uma aura de mistério.

A partir desse acontecimento, a primeira tentativa de emancipação do quinto distrito de Nova Iguaçu fracassou. O movimento só voltará à carga com iniciativas concretas (realização de plebiscitos), mais de 20 anos depois, já que o primeiro plebiscito da série de três que daria origem à emancipação do município aconteceu em 1987. Ao período sem mobilizações públicas para a emancipação, Dr. Jackson Trindade, denominou de “fogo do monturo”. Adiante o seu relato:

*[...] Nós continuamos lá, o Hélio Amaral, o Regner, continuaram a colher assinaturas, eles continuaram com o movimento como “fogo de monturo”, por cima não aparece nada, mas o fogo tá queimando por baixo; eles continuaram com o mesmo ideal [...].(entrevista realizada em outubro de 2004).*

Esse primeiro momento de organização e ação pró-emancipação pode ser caracterizado, de certa forma, de *período idealizador*, no qual as bases foram criadas, suas

primeiras idéias torneadas e desenvolvidas. Artur retrata bem com seu depoimento essa fase:

*A emancipação pra gente, de alguma forma, ela chega a partir das pessoas mais velhas. Em Mesquita sempre teve um grupo de emancipadores, que nunca deixou de se reunir, de viver isso, de acalentar esse sonho de alguma forma, tramar isso [...].(entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Pode-se acrescentar até que, além de idealizador, o movimento da década de 1950 teve um caráter idealista: o depoimento de Artur sugere que esse foi um sonho acalentado pelo “grupo de emancipadores” e que nunca deixou de ser tramado.

### 3.3 A DÉCADA DE 80 E O RESSURGIR DO MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA: O FOGO COMEÇA A TOMAR CONTA DO MONTURO

O “fogo de monturo” , como Dr. Jackson Trindade denominou o período subsequente à campanha de 1957, durou cerca de trinta anos. O movimento pela emancipação de Mesquita parecia estar apagado da agenda política da localidade. A partir de 1964, período de instauração do governo militar, até 1984, o Estado do Rio de Janeiro, refletindo a realidade das demais unidades da federação, não assistiu a nenhuma criação de novas cidades, conforme já visto. Foram tempos da chamada centralização político-administrativa (ver quadro 2), conseqüência do endurecimento político por que passava o país.

Ao final da década de 1970 e início de 1980, as diferentes forças políticas, institucionais ou não, que tiveram papel importante na resistência ao regime militar começaram a se reordenar de acordo com suas concepções e estratégias acerca do poder, destacando-se, dentre elas, o surgimento do Partido dos Trabalhadores e a reativação do movimento sindical e associativo, que se tornou visível em grandes manifestações de

rua. Esse ambiente de redemocratização proporcionou um período de efetiva importância na aglutinação dos setores políticos e populares que se afirmaria durante toda a década de 1980 e culminaria com as eleições diretas para presidência da república em 1989.

Nesse contexto, em meados dos anos 80, ressurgiu a campanha em prol da emancipação de Mesquita. As memórias desse período serão analisadas através de fragmentos de nove relatos, articulados com jornais de época. O material de memória apontou para o trabalho a partir de diferentes eixos: a) o papel desempenhado pelas associações de moradores articulados à igreja católica; b) a atuação do movimento de esquerda e seus posicionamentos; c) as ações realizadas pelos diferentes agentes políticos em busca da formação de espaços organizacionais a fim de propagar suas concepções acerca da emancipação e d) as lembranças sobre a campanha e o plebiscito realizado em 1987.

### **3.3.1 As Associações de Moradores, a Igreja Católica e a Campanha Pró-Emancipação**

Acompanhando a experiência nacional do final da década de 1970, o movimento popular na Baixada Fluminense, se rearticula, fundando associações de moradores, que tem como eixo principal a luta por melhores condições de vida, através de ações reivindicatórias em favor da melhoria dos equipamentos urbanos. Estas, por sua vez, se reúnem em torno de entidades federativas, em busca de um fortalecimento maior perante o poder executivo de cada região. De acordo com ALVES (2003):

[...] Os anos 80 conhecerão o surgimento de um poderoso movimento social que, além da rede de comunidades católicas, terá nas federações de associações de bairros suas faces institucionais mais visíveis. O Movimento de Amigos de Bairros (MAB), de Nova Iguaçu; o Movimento de União de Bairros (MUB), de Duque de Caxias, e a Associação de Bairros e Moradores (ABM), de São João

de Meriti, passariam a articular um conjunto crescente de associações de bairros em torno de demandas sociais voltadas, sobretudo, para a obtenção dos equipamentos públicos urbanos [...] (Alves, 2003:109).

Em Nova Iguaçu, o MAB lidera um conjunto de associações que, aliado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, desenvolve amplas mobilizações com vistas à melhoria da qualidade dos serviços dos bairros. Neste bojo, algumas das associações, surgidas ou ressurgidas, empunham a causa pela emancipação do então quinto distrito de Nova Iguaçu<sup>39</sup>. Artur Messias da Silveira, em seu relato, aponta para essa questão:

*[...] Teve um momento em que o movimento comunitário de Mesquita, Regional V do MAB<sup>40</sup>, acabou virando um grande espaço de discurso de emancipação, então eu passei a participar do processo de emancipação pelo movimento comunitário, que foi uma experiência, eu não tenho certeza se a gente foi..., após uma tentativa frustrada, que o movimento associativo se organizou, porque não era assim, não havia pelas associações. Não fazia parte, da parte do movimento associativo, passou a fazer parte, que uma medida em que o Regner Trindade assume e ativa a SAMES<sup>41</sup>, seu Milton, que é um oficial do Exército aposentado tido como uma pessoa muito séria, e junto com seu Regner, os dois saem feito dois missionários em todo movimento associativo, inclusive, ativando associações, criando associações de moradores para desenvolver uma ação pró-emancipação. Encontrou respaldo político na AMPLA<sup>42</sup>, Nival Magalhães, da AMPLA, fundador da Ampla em 1964, enfim, em tantas outras pessoas na época e fazem pelo corte do movimento comunitário a discussão da emancipação [...] (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

Em seu depoimento, Artur relembra a entrada da campanha pela emancipação a partir do movimento comunitário, com a intenção da fundação de

<sup>39</sup> O quinto distrito de Mesquita foi criado a partir da lei n.º 1472, de 28 de abril de 1952.

<sup>40</sup> O MAB era organizado segundo a divisão distrital: as associações do quinto distrito de Nova Iguaçu formavam a quinta regional da federação. Era um espaço de discussão e encaminhamentos das associações localizadas no distrito.

<sup>41</sup> A SAMES – Sociedade Amigos de Mesquita, associação originalmente criada na década de 1950, pelo Dr. Jackson Trindade, com o objetivo definido em estatuto de lutar pela emancipação de Mesquita, por volta de 1985, foi reativada com os mesmos propósitos, pelo irmão de Jackson, Regner Trindade, com a colaboração das filhas, Marilourdes e Marinês.

<sup>42</sup> A AMPLA – Associação de Moradores de Parque Ludolf, foi criada em 1964, e reativada também com os objetivos da causa emancipacionista.

associações que tivessem como um dos objetivos principais atingir tal intento. Dois dos nomes citados pelo entrevistado, o de Regner Trindade e de seu Milton são de agentes desse período que tiveram uma importância fundamental na ligação entre as associações e a Igreja com a campanha pró-emancipação.

Seu Regner, já falecido, era um capitão reformado do exército, irmão de Jackson Trindade, emancipista de 1957<sup>43</sup>, e que continuou a luta que o mesmo tinha iniciado. Sobre o mesmo, fala sua filha, Marinês Trindade:

*[...] o papai, ele não era..., minha mãe era católica, assim..., praticante e tal..., total, mas o papai, ele se ligou à Igreja, desde a época de Dom Adriano Hipólito. Marilourdes e eu fomos catequistas de crisma de Dom Adriano, então a gente acompanhou aquela coisa, de ele ser seqüestrado<sup>44</sup>, e tal...E aí papai se aproxima lá e a Igreja também tinha interesse em apoiar esse trabalho das Associações porque ficou uma coisa muito interessante, porque montava a Associação e montava a comunidade religiosa [...] [...] Foram várias as associações que foram montadas, é..., assim..., algumas junto com a Igreja outras não.[...] E aí o papai, defendia nas Associações que o trabalho das Associações era a emancipação de Mesquita, era emancipar pro povo ter direito à rua, a esgotamento sanitário, ter direito a posto de saúde, essa era a proposta dele, né (entrevista realizada em outubro de 2004).*

No relato acima se encontram presentes alguns elementos de memória familiar afetiva da depoente, referindo-se a fatores que teriam contribuído na aproximação de Seu Regner com a Igreja; pode-se observar, igualmente, componentes da memória social, traduzidas na ação pastoral da Igreja Católica. A imbricação da Igreja com o trabalho associativo (que ensejava ações reivindicatórias de melhoria dos bairros), e a causa emancipacionista, que, para seu Regner, significava também acesso a equipamentos

<sup>43</sup> Após a campanha da década de 1950, o Dr. Jackson Trindade, viaja para Brasília, tornando-se procurador da Fazenda, e passa a acompanhar de longe o movimento que se desenrolava em Mesquita.

<sup>44</sup> Dom Adriano, então bispo da diocese de Nova Iguaçu, foi seqüestrado e torturado em 1975 por um grupo paramilitar, tendo sido deixado nu com o corpo pintado de vermelho pelas ruas da cidade.

públicos fundamentais, parecem apontar elos de uma mesma cadeia de movimentações ocorridas na década de 1980.

Acrescente-se a isso, uma outra forma de organização, nascida, a partir do trabalho desenvolvido no seio do movimento comunitário em Mesquita, a Associação de Mulheres. Marinês Trindade, filha de seu Regner e sobrinha de Jackson Trindade, parece sofrer as influências de participação familiar e começa a ajudar o pai nas atividades de organização; paulatinamente vai se envolvendo no trabalho junto às mulheres, parcela considerável do movimento associativo:

*[...] e eu ia muito na feira de Mesquita com o papai. Mas eu acho que a gente conversar com esse povo, é..., simples, com as mulheres, é uma delícia, porque tem tanta sabedoria e você fica à vontade e aí e, é..., como tinha muita mulher, né, no Movimento de Associações, então papai me empurrava, porque como é que ele ia visitar a dona Joaquina (os nomes, assim, eu to chutando), no morro? Ele, um homem, vai chegar lá na casa? Eu me lembro que ele dizia: “Vamos, Marinês!” [...] [...] E eu ia, pro papai fazer o discurso e eu fazia a liga com a mulher, né, que eu aí conversava e tal [...] (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Nesse trecho da entrevista fica evidente o prazer da depoente ao rememorar o trabalho realizado com a parcela feminina das Associações de Moradores. Além disso, também pode ser observada a estratégia utilizada por seu Regner de, através de sua filha, chegar às mulheres e poder conversar sobre a emancipação.

A partir das atividades realizadas com as mulheres que atuavam nas Associações de Moradores, Marinês, chega à presidência da *Associação de Mulheres de Mesquita*, entidade que se destaca no engajamento da campanha pela emancipação do então quinto distrito de Nova Iguaçu. Essa participação é evocada por Marinês em seu depoimento:

*[...] Então eu vou me aproximando dessas mulheres, tem as entregas dos tickets de leite e tem que fazer palestras, porque o programa exigia, e a gente começa a levar um pessoal do sindicato das parteiras, então elas*



*me levam pra esse negócio da **Federação de Mulheres** e aí por isso então o MR8 foi lá: “então ela pode fazer esse trabalho”. Eu monto essa Associação de Mulheres de Mesquita com essas mulheres das várias Associações, entendeu, então a Associação de Mulheres de Mesquita tem mulher da comunidade, da Associação de São Lucas, é..., de uma Associação Santa Terezinha, tem uma lá..., a Associação do Alto Uruguai. (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Observe-se, também que esse não era um trabalho organizativo de caráter espontâneo. Marinês, à época, era uma jovem estudante universitária, que fazia parte da corrente de esquerda “Movimento Revolucionário Oito de Outubro” (MR8), com atuação no movimento estudantil e em algumas regiões, como era o caso de Nova Iguaçu. No processo de 1980, pela emancipação de Mesquita, a Associação de Mulheres de Mesquita, através de Marinês Trindade, assume, pois, importância e visibilidade, como mais um espaço de organização pró-emancipação. Através de jornais da época, pode-se constatar o fato:

[...] Silva Lima observou que a campanha de emancipação de Mesquita, conta com total apoio da Igreja, independentemente do credo, e das mulheres daquele distrito, através da **Associação de Mulheres de Mesquita**<sup>45</sup>, cuja presidência **Marinês Trindade**, advogada militante, participa ativamente de todos os eventos emancipacionistas e pertence, também, à Federação das Mulheres Fluminenses (Jornal dos Esportes, 1986).

A campanha pela emancipação de Mesquita, distrito de Nova Iguaçu, hoje completamente abandonado pela administração central, será reiniciada em meio a uma grande festa popular ainda este mês. A promoção é de iniciativa da comunidade, com apoio e participação de 22 associações de Moradores, e da **Associação de Mulheres de Mesquita**<sup>46</sup> e de todas lideranças religiosas locais (Última Hora, 1986).

Note-se que a Associação de Mulheres de Mesquita está sempre vinculada às Associações de Moradores, já que era a partir destas que se formavam àquela, com a liderança de Marinês.

---

<sup>45</sup> Grifo nosso.

<sup>46</sup> Grifo nosso.

Ainda, com relação à formação das associações articuladas à campanha em favor da emancipação, outra pessoa mencionada na entrevista de Artur Messias foi Milton da Silva Lima (seu Milton), companheiro de seu Regner. Seu depoimento demonstra de que forma ele iniciou a sua participação:

*[...] Porque nós começamos a colocar na Igreja, quer dizer, a Igreja católica nos dava espaço para a gente falar dentro dela, né? Eu mesmo participava do Centro de Formação com o padre lá – eu era da Regional I –, e a gente sempre colocava, sempre que estava junto com o movimento de comunidade, sempre colocava a sementezinha da luta da emancipação. Aquela idéia, né, que é melhor a gente ter a nossa tapera sendo nossa, do que ter uma casa que a gente vai pagar aluguel a vida toda e nunca vai ser nossa [...]* (entrevista realizada em outubro de 2004).

Pode-se verificar pelo depoimento de seu Milton, o envolvimento da Igreja na composição da Associação, realizada através dos agentes que transitavam nos dois espaços; a intenção de inculcar a idéia da emancipação também se encontra presente no relato. Mais adiante, com um pouco mais de detalhes, seu Milton descreve o funcionamento da Associação que ajudou a criar em seu bairro:

*[...] A nossa associação que era a São Lucas, tá, era, hum..., bem ativista, trabalhava-se um grande futuro, com 90 associados. Aqui, nós tínhamos um trabalho realmente na associação de moradores, tá. [...] Em 85, aqui ó...(mostra a lista de presença de uma reunião), tá, você vê, aqui no salão Nossa Senhora das Graças, nós nos reunimos em 85, já tinha até em que você verifica aqui as pessoas que participaram. As associações de moradores eram fortes [...]* (entrevista concedida em outubro de 2004).

O tempo do ocorrido – cronologia das ações -, aparece no relato de seu Milton, como suporte para o acionamento das lembranças, bem como uma fala indicando a importância das organizações comunitárias do período: “as associações de moradores eram fortes”.

### 3.3.2 A atuação da esquerda na campanha da emancipação: posicionamentos e ações

A reativação / criação de associações de moradores, a exemplo das ações lideradas por seu Regner e seu Milton, descritas na seção anterior, demonstra, de uma maneira reduzida, a efervescência por que passava o movimento social organizado na década de 1980, impulsionado pelas diversas forças influentes em seu seio. Da mesma forma que a Igreja Católica, via Comunidades Eclesiais de Base, desenvolvia um trabalho de ação / conscientização crítica em prol de mudanças sociais e políticas, grupamentos de esquerda, enxergavam a atuação pelas associações como um canal privilegiado de inserção no meio do povo. Assim, poder-se-ia encontrar no movimento comunitário, desde grupamentos históricos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), até organizações que surgiram durante o período da ditadura, em consequência de divergências dos tradicionais partidos de esquerda. É o caso do Partido dos Trabalhadores, que, pela sua inserção ativa no seio do movimento comunitário da época, assumirá um papel importante nas discussões e nas ações em torno da emancipação.

Embora tais grupamentos adotassem um comportamento geral, por princípio, contrário à emancipação, fatores de ordem familiar e da conjuntura local em que os agentes estavam inseridos, entrelaçaram-se, provocando uma gama de posicionamentos e ações variadas nem sempre condizentes com a posição geral defendidas pelas organizações.

A partir do relato de Marinês Trindade, pode-se observar tais evidências:

*[...], mas, no fundo, o problema era o seguinte: é..., porque eu acho, aí eu vou dar uma opinião minha, pelo que eu sentia: as esquerdas estavam preocupadas com a luta política que tinha mais geral e o pessoal achava que aquilo ali é..., diluía energia, diluía força [...]* (entrevista realizada em outubro de 2004).

Conforme já visto anteriormente, Marinês, na década de 1980, era uma jovem estudante de advocacia, que começou a participar da organização Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), influenciada pela irmã mais velha. De acordo com o depoimento de Marinês, baseado em uma análise do tempo vivido, a esquerda apontava para uma política mais ampla, e a luta da emancipação seria uma questão local, que não acrescentaria às questões gerais que estariam sendo levantadas pela esquerda. No entanto, como ela mesmo relata, ficou dividida entre a organização e a influência de sua irmã, atuante da organização e de seu pai, Regner Trindade, que acreditava na emancipação como uma forma de melhoria das condições de vida do povo de Mesquita. Em outro trecho da entrevista ela relembra a sua adesão à emancipação:

*[...] E aí foi uma coisa, é..., assim, mas, porque imagina meu pai e Marilurdes, quer dizer..., todos os dois assim absolutamente cheios de decisão e determinações e não sei o quê, e eu, absolutamente rebelde, não é. Eu não queria ninguém me mandando, eu queria o meu pai todo, queria minha irmã toda, mas não queria ninguém me mandando. Marilurdes veio com a coisa do MR8, não é, e meu pai vem com a coisa da emancipação, não é [...] [...] e eu começo a acompanhar o meu pai, a emancipação pro papai era o seguinte: era Mesquita se libertar de Nova Iguaçu, é..., ele dizia que a gente pagava os impostos e não tinha nenhum benefício, não é, e o meu pai ele era uma pessoa extremamente inconformada com a miséria das pessoas, né. É uma coisa muito interessante que realmente entrou no meu sangue também né, essa coisa papai tinha um negócio que era o seguinte: “tá errado, tem que resolver tem que mudar entendeu, não tem aquilo, ah, não é o problema meu e tal, não, tá errado, tem que mudar” (entrevista realizada em outubro de 2004).*

As lembranças de Marinês sobre sua entrada na campanha pela emancipação indicam a divisão por que a mesma passou: entre a influência da organização de esquerda a qual estava filiada e que se posicionava contrariamente, e a influência do pai, defensor de uma melhoria do povo através da “libertação” de Mesquita de Nova Iguaçu.

Outro grupamento de esquerda que tinha uma participação por dentro do movimento associativo era o PCB, igualmente contrário no primeiro momento ao processo de emancipação. Dona Geralda Maria de Lucena, militante do Partido até os dias atuais, relata sua experiência:

*[...] eu colocava logo minha coisa, porque eu era Partido, reunia com o Partido, o Partido simplesmente dizia: o nosso problema, eman..., emancipar Mesquita não resolve o problema do povo; assim mesmo que o Partido colocava.[...] [...] O partido era contra a emancipação, porque achava que Mesquita não tinha condições de sobreviver sozinho. Uma era..., uma das razões era essa. Porque dizia: “lá só tem a Brasferro, não tem quase banco nenhum”; de fato não tinha, em Mesquita não tinha esse Bradesco na porta, não tinha Unibanco, não tinha nada. Tinha a..., a estrada de ferro né, galinheiros, feiras, esses troço todo. Então, uma das questões que o partido colocava era essa, emancipar Mesquita não vai resolver o problema do povo de Mesquita, porque Mesquita não tem como sobreviver emancipando (entrevista realizada em outubro de 2004).*

As argumentações utilizadas pela esquerda, conforme já analisado por Marinês, davam conta de uma posição desenvolvida pelos seus diversos segmentos, baseada na luta mais geral por elevação da consciência política do povo, através do abraçamento de bandeiras de luta mais gerais, tanto a nível econômico, como político, tais como: elevação do poder aquisitivo do povo, política de empregos, redemocratização do país, eleições diretas para presidente da República e o socialismo. Nesse contexto, a luta pela separação poderia dividir forças, não somava à questão política mais ampla. Aliados a essa concepção mais generalista advinham discursos que giravam em torno: da falta de sustentabilidade econômica para o desenvolvimento independente de Mesquita e do oportunismo das elites de Mesquita em pleno declínio político, ansiosas pela criação de um novo feudo político. Assim é que, era comum ouvir tais questões no debate político, principalmente, entre os membros das organizações de esquerda, ou que sofriam influência das mesmas. Uma parte da juventude militante no movimento pastoral vinculado às CEBs,

também assumia o mesmo discurso. Diversos desses agentes se agrupavam em torno do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação política fundada em 1980, a partir de vários setores do movimento sindical, de organizações de esquerda e das próprias CEBs. No entanto, as posições que pareciam ser a linha de uma ação mais voltada para as bandeiras de lutas mais gerais, não conseguiram se impor de uma maneira uniforme e homogênea. Uma outra parte da juventude que igualmente atuava na Igreja e no PT, defendia, por sua vez a emancipação do distrito, na linha da concepção que trabalhava a idéia de um maior poder e desenvolvimento local.

Os próximos relatos foram realizados com depoentes egressos do PT e que tiveram uma ativa participação no processo de emancipação de Mesquita, na década de 1980. A depoente Vera Sepúlveda narra suas primeiras lembranças sobre o assunto:

*[...] eu comecei a me situar mais dentro dessa questão da emancipação a partir de 86, 86, que foi o primeiro plebiscito, não foi isso? [...] Bem, mas eu ouvia algumas coisas de 1957, quando existia já o movimento pró-emancipação que eu sempre tive uma rejeição muito grande por ele, eu lembro [...]. [...] Eu ouvia do meu pai, meu pai não era emancipista também, não se juntou ao grupo, ele não fazia muita pressão em relação à emancipação, a gente tinha um certo..., ele tinha um, um certo temor de que não tinha condições, que Mesquita não havia condições de se emancipar, que era uma coisa muito pobre, um município, uma cidadezinha muito pequena e tal, e eu ouvia aquelas coisas todas [...].(entrevista realizada em junho de 2004).*

O depoimento de Vera remete a uma memória sobre a emancipação herdada do pai, que já trabalhava com a questão da inviabilidade econômica de Mesquita, na década de 1950. Mais adiante ela trabalha com as memórias de sua própria experiência na década de 1980:

*[...] Agora já de 86 pra cá, não. Eu já acompanhei com a minha rejeição, porque nesse período eu..., eu já presidia a Associação de Moradores de Banco de Areia e fizemos até reuniões, eu sempre me manifestei contra a emancipação, mas, logicamente era o dever de abrir a discussão, né [...] [...] e eu sempre me manifestando contrária, questionando muito, com*

*relação à economia, que eu achava que a economia de Mesquita não era suficiente pra manter um município, uma Câmara, uma Prefeitura e outras e outras despesas que viriam e que a gente não iria avançar muito com isso. Então, a minha posição foi sempre contrária à emancipação. Eu nunca me manifestei a favor. Isso, em 86, nós chegamos a fazer reuniões na Associação de Moradores de, de Banco de Areia [...] (entrevista realizada em junho de 2004).*

È interessante observar que, mesmo já trazendo uma carga de rejeição mais antiga, Vera, em 1986, já estava filiada ao PT e participava de uma das organizações de esquerda que trabalhava com a questão da luta mais geral. Nesse caso, parece que sua posição inicial contrária, tenha ido ao encontro dessa política desenvolvida por alguns setores do PT. A entrevistada Elizana da Costa Silva traz o seguinte relato:

*[...] deve ter sido por aí, 85 pra 86, que a gente já tomou conhecimento sabendo que era um movimento de um pessoal antigo, do outro lado. Isso já era alguma coisa que a gente tinha cuidado. E outra coisa que era, assim, coisa de velho, naquele momento eu acho que era uma coisa meio de velho “mermo”, né [...] [...] A gente não conseguia visualizar aquilo como algo que fosse, que não fosse uma coisa, uma questão de interesses, né. Eu acho que essa foi a minha primeira visão, né. (entrevista realizada em setembro de 2004).*

Nesse depoimento aparecem alguns elementos que podem indicar a desconfiança da militância mais jovem, que ansiava por mudanças, em relação a idéias antigas, relacionando-as com uma política mais conservadora e tradicional. Elizana também participava nessa época do PT e fazia parte de um grupo de jovens da igreja católica sob orientação da Teologia da Libertação. Mais adiante, ela explicita melhor sua posição:

*[...] Justamente, de 86 pra 87, a gente também já tava refletindo muito sobre um monte de coisas de poder, né, e começamos a observar as dificuldades que tinham os municípios, né, de sobreviverem; a gente reconhecia a situação de Mesquita, mas, já na época, a gente começava a discutir a questão de sustentação, e, muitos de nós, eu, inclusive, é..., trabalhávamos com prioridade, é..., a questão da sustentação econômica, né, e isso pra gente era: Mesquita não tem nada, é impossível, não tem espaço, não tem atividade econômica, vai viver de repasse, isso não é correto né, então tínhamos essa discussão[...] (entrevista realizada em setembro de 2004).*

No depoimento de Elizana aparecem argumentos relacionados à questão do poder e da sustentação econômica, indicando a linha de sua reconstrução das lembranças, permeada pela memória política. Continuando a narração, a depoente detalha com mais riqueza as posições do grupo com que se identificava:

*[...] Além, com certeza, com certeza, eu acho que a gente também tinha uma visão muito clara de oligarquia, né. Então, paralelo a isso, é..., das oligarquias, tinha uma visão também de sustentação econômica. E na nossa avaliação, Nova Iguaçu, por ser um município como um todo, era muito mais amplo, tinha condições de se desenvolver como um todo e ao se desenvolver como um todo, como uma política global, correta, Mesquita estaria incluída. Não teria que descobrir como fazer dinheiro num lugar que não tem espaço. Então tinha uma visão claramente de viabilidade econômica. Além dela, as questões de oligarquia do local, porque eram todos políticos antigos, todos eram, nós éramos o novo né, essa foi a minha primeira visão, primeiro momento, né. Só que nós perdemos no PT, porque os jovens do outro lado, lá do padre Valdir, já estavam mais próximos a algum tempo dos “coroas” do outro lado e eles começavam a achar a idéia interessante, né. (entrevista realizada em setembro de 2004).*

A questão dos políticos tradicionais, prementes por novos espaços de poder local, aliado à tese da viabilidade econômica, se junta a uma concepção de política mais ampla, na qual Mesquita estaria incluída. Considera-se que, nesse relato, aparece um componente importante, quando Elizana aponta que “nós éramos o novo”. Tal reconhecimento, por parte da depoente, parece indicar que aí se encontra embutido uma discussão pela disputa de um projeto que estava se afirmando. Ao final do relato, Elizana faz uma indicação de que essas idéias sobre a emancipação não eram uniformes, já que, dentro do PT esse setor teria “perdido” para outros. Sobre essas diferenças, mais um trecho de sua entrevista:

*[...] Era o pessoal de PT de Nova Mesquita. Esse era o pessoal: O Zé, a Cássia, Artur, Luis Menezes, era o grupo da..., do Nova Mesquita, do grupo da Vila Emil. Esse era o grupo, nós éramos o grupo. É, nós já tínhamos, e nessa forma o PT parece..., já começa a ter três espaços*



*diferentes: éramos nós, na Vila Emil, Nova Mesquita; o pessoal do outro lado, e o Banco de Areia, né. É, já eram três PTs diferentes, três grupos diferentes, três realidades diferentes [...] (entrevista realizada em setembro de 2004).*

Essas realidades diferentes a que Elizana se refere, são os primeiros núcleos do PT em Mesquita, que irão ter posicionamentos diferentes diante de várias questões. No caso da emancipação, os núcleos de Banco de Areia e Vila Emil, se posicionam de uma forma parecida, questionando o movimento, com base nos argumentos da viabilidade financeira do novo município e nos interesses dos políticos tradicionais. Mesmo assim, internamente, as diferenças ocorriam. Já, o grupo, que Elizana chamava “do outro lado”, era o setor que tinha um trabalho bastante interligado entre Associação de Moradores e a Igreja e se articulou com o pessoal mais “antigo”, aderindo à causa da emancipação.

Sobre a participação do PT na campanha pela emancipação eis o relato de Artur Messias da Silveira:

*[...] junto com a participação associativa também tinha o PT, que tinha de ter um posicionamento político, mas, sim ou não, a decisão é plebiscitária, e no PT, nós fizemos várias discussões aqui, em Mesquita, e o curioso é isso, os petistas de Mesquita, nós, tivemos uma certa liberdade para discutir este assunto. Em momento algum, esse assunto precisou ser discutido pelo diretório de Nova Iguaçu, ao qual nós estávamos vinculados, porque não éramos município ainda; não, sempre fizemos a discussão de emancipação de Mesquita pela zonal de Mesquita, pelo núcleo Mesquitão, o Mesquita Centro, o Mesquitão que era o núcleo de Mesquita, quando não éramos zonal, e nós organizamos atividades e debates, se vamos ou não aderir ao processo de emancipação, até que o PT fez uma votação interna, uma votação interna. [...] (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

Em seu depoimento, Artur relata de uma maneira geral o debate interno que o PT promoveu, demonstrando, que existiam posições diferenciadas acerca do assunto,

chegando, inclusive, a um processo de decisão interna. Em outro trecho ele relembra como isso se deu:

*[...] Nós tivemos a maioria nos dois momentos, nos dois plebiscitos o posicionamento foi favorável, o posicionamento foi favorável à emancipação, com alguns votos bem claros, contrários, mas que com as pessoas, inclusive, com compromissos de uma forma nossa, de agir aqui, todo mundo se conhecendo e convivendo, a gente, as pessoas que eram contra, acabaram participando dos eventos públicos do PT acerca da emancipação. Agora, nós assumimos uma campanha, nossa, partidária, não, o PT não entrou com processo no Comitê de Emancipação, mas até, participamos de algumas reuniões. Eu, enquanto vereador, participei de reuniões. Outras lideranças do movimento associativo que eram identificados com o PT, também participavam, mas nós não fizemos a opção de integrar o comitê de emancipação, o que deu margem, inclusive, para achar que o PT era contrário à emancipação, o que não era verdade, o que sempre passou de forma unânime, foi o SIM (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

Quando Artur coloca a posição que prevaleceu no debate interno do Partido sobre a emancipação, explicita que os votos contrários eram minoria, mas que os militantes assumiram publicamente a emancipação. Pelo que se pode depreender de seu relato, ele está se referindo, não somente à campanha de 1986, como também, ao momento posterior, na década de 1990, quando ele já terá assumido a cadeira de vereador <sup>47</sup>. Os componentes finais do relato de Artur são importantes para o entendimento de uma marca que ficou impregnada no PT e que permanece até os dias atuais: que o PT foi contrário à campanha da emancipação. Pelo visto, essa forma diferenciada de desenvolver as atividades e o questionamento de parte da militância acerca do movimento, construiu um imaginário da não adesão do Partido na luta pela emancipação de Mesquita. Observe-se o depoimento de Milton da Silva Lima:

---

<sup>47</sup> Em 1991, Artur, que era suplente, assume a vaga de vereador na Câmara de Nova Iguaçu. com a eleição de Rose de Souza, até então vereadora, a deputada estadual.

*[...] Vou ser sincero a você: eu acho que o PT, naquela época, ele não tinha, assim, muita coisa não. Ele não acreditava muito na emancipação. Eu acho que ele não acreditava muito na emancipação. Tinha até motivo para ele não acreditar, talvez tivesse uma visa política muito mais ampliada e não acreditava. Mas, a gente tentava de todo jeito arrastar aquelas lideranças que a gente sabia, por exemplo, Alseni, essas pessoas que a gente tinha mais amizade, a gente trazia eles...*

O depoente, ao narrar suas memórias acerca da posição do PT à época, até concorda que ele teria razões para discordar da emancipação, construindo uma análise dessas razões e apontando para o aspecto das relações de amizade para o convencimento das propostas em que acreditava.

Mais adiante o relato de Artur detalha de que forma a campanha de seu Partido foi desenvolvida:

*[...] Então, por essas razões todas, desconfiança, dessa forma absolutista de pensar a emancipação, enfim, tudo isso fez que o PT não aderisse em momento algum ao Comitê. Nós não participamos do Comitê, fizemos a campanha de emancipação, sim,, inclusive, criamos um slogan, slogan do PT: “Emancipação sem povo não cria nada de novo”, e fomos para rua; na época, em 86, tínhamos a campanha da constituinte que dizia justamente isso: “A constituinte sem povo não cria nada de novo”. Nós fizemos uma transformação para o processo de emancipação, aqui, fizemos cartilhas mesmo, gibizinho com ilustração (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

Na verdade, o que se pode depreender, pelo depoimento, é que o PT, ao assumir a bandeira da emancipação, fez uma campanha diferenciada do tradicional, tentando imprimir características próprias, afastando-se, portanto, dos agentes que se agrupavam em torno dos Comitês existentes: o do Casarão e o Comitê Executivo.

Conforme desenvolvido nas situações anteriores, o que irá ocorrer é que a partir de um determinado ponto, os diferentes pensamentos de esquerda que eram contrários à emancipação, seja os que estavam abrigados em Partidos, ou não, começariam a ceder. Recorremos ao relato de Marinês para ilustrar esse momento:

*[...] como é que a pessoa argumentava, vamos dizer, como é que se argumentava pro povo pra dizer que não era bom? Você não podia dizer pro povo: “olha isso vai dividir a esquerda, olha isso vai criar um feudo dos políticos”; o povo não ia entrar. Então tinha que dizer pras pessoas o seguinte: “olha, não adianta emancipar que Mesquita não consegue sobreviver”, mas esse era um discurso de baixa estima, aí é difícil ganhar gente assim com esse discurso: “olha, não tem jeito, porque nós vamos ficar é nisso mesmo”. Então aquele discurso de empolgação do seu Regner de lutar pra gente ter direito às coisas terminava empolgando mais, entendeu? (entrevista realizada em outubro de 2004).*

Por esse depoimento, que ao mesmo tempo em que lembra, constrói uma análise do passado, a esquerda foi mudando, possivelmente, em virtude de não conseguir que seu discurso de luta mais geral encontrasse eco nas camadas mais despolitizadas da população; possivelmente, porque seria mais oportuno estar junto com o senso comum, caminhando com suas aspirações mais imediatas.

### 3.3.3 Os espaços de organização da Campanha: campo de disputa de concepções

A retomada oficial da bandeira da emancipação no quinto distrito de Nova Iguaçu aconteceu, pois, no final de 1983, com a coleta de assinaturas de cerca de cento e trinta signatários, liderados pelos senhores Ludgero Santa Rita (já falecido) e o advogado Framínio Gonçalves, ambos membros do Partido Democrático Trabalhista, que deram entrada numa representação junto à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, solicitando o desmembramento de Mesquita de Nova Iguaçu<sup>48</sup>. Sobre esse fato expõe o Dr. Framínio Gonçalves:

*[...] eu fiz outro processo juntamente com o doutor Santa Rita, que era uma pessoa maravilhosa, - pernambucano distinto -. Fizemos outro processo com o doutor Guilherme também, um grupo de advogados. [...] [...] tomamos a frente e fomos fazer um processo, um novo processo de emancipação (entrevista realizada em novembro de 2004).*

---

<sup>48</sup> Ver ANEXO F- cópia de requerimento enviado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O processo iniciado pelo grupo de advogados foi sendo engrossado pouco a pouco por lideranças políticas mesquitenses, bem como parcelas do movimento comunitário. Diversas Associações de Moradores que se reuniam em torno da Regional V do MAB, tendo à frente os senhores Regner e Milton, criaram a Comissão das Associações de Moradores Pró-Emancipação de Mesquita, (com sede na Avenida Getúlio de Moura, 580) num espaço denominado **Casarão da Emancipação**. Outros agentes e políticos mesquitenses se aglutinaram em torno da **Comissão Executiva Pró-Emancipação**, inclusive, o próprio Dr. Framínio Gonçalves, que chegou a ser presidente dessa Comissão. O jornal Correio da Lavoura em 1986 comentou, à época, acerca desses espaços de organização:

A estratégia adotada pelo comitê das associações de moradores, com sede à Avenida Getúlio de Moura, 580, visava justamente envolver os candidatos na campanha da emancipação e do plebiscito. Diversos políticos contribuíram com dinheiro e panfletos, mas com a confirmação da data da votação é esperado uma redução no número dessas contribuições, já que até lá alguns terão sido eleitos, outros não. Aliás, a coloração político - partidária do movimento está cada vez mais visível. O comitê que se reúne às sextas-feiras no Colégio Machado de Assis, próximo ao campo do União Futebol Clube, promoveu uma passeata para divulgar a luta onde a maioria dos organizadores estavam com a camisa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse pessoal já fala como futuros administradores da “cidade”, inclusive, fazendo promessas de anistia de impostos e reforço do ensino particular.

Apesar de mais democrático em sua composição, o comitê da Getúlio de Moura, cujos principais integrantes são Regner Trindade, da Sociedade Amigos de Mesquita (SAMES), e Milton, presidente da Associação de Moradores do Bairro São Lucas, tem sido o que mais com mais intensidade recorre a ajuda dos candidatos, em sua maioria integrantes do PMDB. Provavelmente outros comitês deverão surgir para contemplar as preferências ideológicas dos diversos segmentos dos mesquitenses (Correio da Lavoura, 1986: 1).

No trecho acima, o jornal comenta os diferentes espaços de organização em torno da campanha, inclusive, considerando-os articulados a agremiações partidárias. Mesmo o Comitê composto das Associações de Moradores, pela análise do jornal, estaria recorrendo ao suporte político partidário.

Mais adiante, esses grupamentos organizariam uma assembléia conjunta para unificar o movimento que se denominou **Coordenação Unitária pela Emancipação de Mesquita**<sup>49</sup>. O Partido dos Trabalhadores desenvolveu, conforme relatos já vistos, atividades próprias, procurando se diferenciar em suas ações; mesmo assim vários integrantes da referida agremiação se juntaram às ações desenvolvidas no **Casarão**.

### 3.3.4 Lembranças de campanha e do primeiro processo plebiscitário: as vozes diversas

Após a recomposição de algumas cenas e componentes do que foi esse momento de reorganização das forças em prol da emancipação, esta seção apresentará alguns materiais sobre o produto de toda essa movimentação: o primeiro plebiscito ocorrido em Mesquita.

Em seis de setembro de 1987, o quinto distrito de Nova Iguaçu realizaria a sua primeira consulta plebiscitária<sup>50</sup>. O fogo incendiava cada vez mais o monturo. A campanha que mobilizou defesas e ataques apaixonados cerca de quatro anos seria colocada à prova pela primeira vez, já que no primeiro processo da década de 1950, o plebiscito não era exigido. Um semanário local da época, em edição especial intitulada *A Voz da Emancipação*, lançou o seguinte editorial:

#### **O POVO MESQUITENSE NAS RUAS** **Chega de Espoliação**

Já iniciou-se a contagem regressiva do POVO de Mesquita, com referência ao grande dia 6 de setembro, quando todos os segmentos da sociedade desde ricos,

---

<sup>49</sup> As fontes consultadas (cópia de documentos enviados à Assembléia Legislativa, atas das reuniões da Regional V e das diferentes estruturas organizacionais da campanha pela emancipação), foram cedidas pelo sr. Milton da Silva Lima à autora.

<sup>50</sup> Conforme estabelecido pela Lei Complementar Federal n.º 01, de novembro de 1967, que regula a criação de novos municípios ( Fonte consultada: Jornal *O Radical Brasileiro*, 1987: 6).

bastardos e plebeus estarão demonstrando o seu repúdio ao descaso que durante tanto tempo lhes foi dado.

Não há uma só pessoa de bom senso e que realmente seja morador de Mesquita, por mais de uma década que não se sinta como um defensor desse direito de mudar, podem ainda se arvorar como um VINGADOR.

Sem nenhum euforismo desmedido, todos que estão à frente dos grupos de mobilização sentem a autenticidade dos pronunciamentos em favor da Libertação. O povo está nas ruas a gritar chega de espoliação (O Radical Brasileiro, 1986: 1).

Às vésperas do plebiscito, o jornal conclamava, pois, o povo a votar no SIM, de uma maneira enfática, tentando o convencimento dos leitores. Não se conseguiu, no entanto, apurar a tiragem do jornal e o alcance de sua distribuição em termos de quantitativo. É importante registrar que nesse mesmo jornal encontramos uma página de divulgação dos apoiadores da emancipação. Dentre os anúncios expostos, destaca-se um que se encontra reproduzido a seguir:

### **HÉLIO AMARAL O PAI DA EMANCIPAÇÃO**

Encanecido que estou pelo passar dos anos, mais com o entusiasmo popular, encontro-me rejuvenescido e agora mais do que certo de que desta vez conquistaremos a nossa tão almejada **EMANCIPAÇÃO**.

Nestes derradeiros instantes de campanha, lanço o meu veemente apelo muito em particular a “Juventude Mesquitense”, a fim de que cerrem fileiras juntamente com os mais idosos e unidos por um só ideal: Libertemos a nossa mui querida **MESQUITA**.

Hélio Mendes do Amaral

**O Radical Brasileiro, 1986: 7**

Vale recordar que Hélio Mendes do Amaral estava presente no movimento de 1957, há cerca de trinta anos atrás, no primeiro movimento pela emancipação. Infelizmente dados os espaços de trabalho da dissertação, não será possível dedicar um maior destaque a essa formulação – “O PAI DA EMANCIPAÇÃO”, presente

na memória e nos escritos sobre a temática, porém deve-se frisar que na página 121 desse capítulo, a expressão reaparece, sendo reapropriada e incorporada ao movimento dos anos 90.

A campanha pela emancipação nesse período, embora tenha sido intensa e participativa, pelo menos para os grupos que o implementaram, não conseguiu atingir a população em sua maioria, uma vez que o quorum necessário para que o plebiscito tivesse validade não foi alcançado. As memórias de vários agentes desse período evocam de maneira diferenciada esse momento:

*Bom, [...] [...] aconteceu em 87 o primeiro plebiscito. Nesse daí eu participei diretamente, até mesmo em despesa, em correria, o único carro de som que tinha para chamar o pessoal era o meu: um Opala Vermelho. Meu Deus! Como sofreu aquele Opala! Mas no dia seis de setembro de 87, feriadão, chovia, todo mundo indo embora pra aqui, pra ali, pra acolá, e não teve, aliás, eu tenho certeza que não teve quorum. Eu tenho certeza, sofri muito, corri muito, mas não adiantou muito, não adiantou nada. E eu tinha certeza que não houve quorum porque eu não vi ninguém na rua. Eu vi algumas pessoas, não via muito gente. Muito bem, isso em seis de setembro de 87. (Edmundo Nascimento -entrevista realizada em junho de 2004).*

*Choveu nesse dia, exatamente, choveu nesse dia, o papai acha, eu..., os políticos de Nova Iguaçu atrapalham muito, fazem campanha contra, entendeu, desmobilizam as pessoas. Ele tem essa leitura e fica uma coisa de que o povo não foi, entendeu. Eu quero confessar.[...] [...] Aí, olha isso, a frustração é um negócio: eu vejo o meu pai, papai fica numa tristeza de dar dó, o povo não foi, entendeu, essa é a leitura, o povo não foi votar, o povo não conseguiu entender a importância daquilo, entendeu [...].(Marinês Trindade - entrevista realizada em outubro de 2004).*

As lembranças acima reativam o sentimento de perda, angústia e frustração por esses agentes que se envolveram profundamente na campanha em favor da emancipação, inclusive, reconhecendo a não presença da população. Marinês, em seu depoimento, esboça a compreensão de seu pai, sobre o acontecido: que o povo não teria



entendido a importância de toda a movimentação. Outro relato, do então vereador José Rechuen aborda uma outra razão para o não comparecimento da população:

*[...] é, o prefeito de Nova Iguaçu, o então..., se não me falha a memória era Paulo Leoni, ele colocou 30 ônibus para levar o pessoal para fazer excursões, alugou sítio, foram pra praia, para diminuir o quorum, para não comparecerem às urnas e isso tornava-se muito difícil. Eles lutaram muito para que Mesquita não fosse emancipada. E eu pelo abandono que [...] [...] estava Mesquita, com arrecadação que tinha Mesquita; nós tínhamos que lutar por essa nossa emancipação, que a emancipação pode não dar resultado para a prefeitura-mãe que era Nova Iguaçu, mas para a região a emancipação é a solução.* (José Rechuen - entrevista realizada em setembro de 2004).

Essas lembranças recorrem ao fato de que a prefeitura de Nova Iguaçu teria um grande interesse de que o distrito de Mesquita não emancipasse, recorrendo a estratégias de organização da população para afastá-las da votação.

Os depoimentos abaixo são de agentes que eram contrários à emancipação e relembram, igualmente, suas estratégias de não participação no plebiscito:

*[...] Não, nós não participamos, eu não participei e a Associação também, foram algumas pessoas votar. Foi uma coisa assim muito individual. Que eu não preguei que não vá votar, algumas pessoas foram e outras não. Como sempre, eu às vezes eu faço umas coisas tão estratégicas, né, (ri) que no dia, dia..., eu levei pra emancipação, o plebiscito seria dia seis de outubro ou setembro de 86, e eu fiz um desfile de modas no Proletário, Social Clube Proletário, na véspera desse plebiscito. E muitas das pessoas amigas minhas que iriam votar, ficavam até as cinco da manhã. E no outro dia estavam cansadas, e eu não sei se foram votar ou não (ri) [...]* (entrevista realizada com Vera Sepúlveda em junho de 2004).

*[...] Nós fomos centralizados pelo Partido, agora, nós tiramos que não íamos votar pra poder não dar o quorum. E isso nós fizemos, acho que mais ou menos organizadamente, porque nenhum de nós foi votar, ou se foram, foi um ou outro que no caminho, no primeiro com certeza eu acho que nós cumprimos à risca, nos outros não, nos outros a gente já começou a desistir, não, é melhor votar [...]* (Elizana da Costa Silva - entrevista realizada em setembro de 2004).

Tanto Vera quanto Elizana recorreram a soluções semelhantes, com o intuito do quorum não ser alcançado, segundo seus relatos. Certamente esses motivos, conforme já vistos nesse mesmo capítulo, não eram os mesmos que o do executivo de Nova Iguaçu, que, segundo Rechuen, estava relacionado ao fato da perda da arrecadação.

Artur Messias, ao lembrar do acontecido em 1987, faz uso de uma análise, que parece expressar a sua própria opinião, à época, sobre a possibilidade da emancipação:

*[...], aliás, o primeiro plebiscito não passou, não passou, 18%, não deu quorum. Isto significa que a dúvida era bastante grande para a população [...]* (entrevista realizada em dezembro de 2003).

Ao evocar o quorum não alcançado, ele o relaciona ao fator dúvida, que grande parte da população mesquitense teria, e por este motivo teria se ausentado da votação.

À guiza de finalização da seção, o que se pode considerar, é que o movimento pela emancipação de Mesquita, ressurgido em meados dos anos 80, e desfilado aqui, através de algumas vozes atuantes no processo, longe de ser unilateral e uniforme, apresentou-se pois, complexo, dividido e multifacetado pela pluralidade dos agentes em cena.

Um ano depois do plebiscito, a constituição de 1988, viria dar novo fôlego ao processo de criação de cidades. Mesquita voltaria à carga, reacendendo novamente o fogo que ardia sob o monturo.

### 3.4 A DÉCADA DE 90: QUANDO MESQUITA TORNA-SE CIDADE

Em termos políticos nacionais, a década de 90 se inicia de uma forma mais arejada: com uma nova constituição republicana promulgada e a eleição de um presidente pelo povo, após vinte e cinco anos de um período permeado por perseguições e endurecimento político. Mesquita parece se beneficiar dos novos ares. Regiões próximas conseguem suas emancipações e o fogo devagar parece tomar conta do monturo. Assim é, que, seis anos após o plebiscito de 1987, duas novas tentativas de emancipação serão realizadas em Mesquita, através da realização de processos plebiscitários em 1993 e 1995, ambos acusando falta de quorum. Passados quatro anos do último plebiscito, Mesquita é emancipada a 25 de setembro de 1999. Tal processo será analisado através de doze entrevistas, com um material de memória centrado nos seguintes indicadores sociotemporais: a) o plebiscito de 1993 e a entrada de José Montes Paixão como agente ativo; b) o plebiscito de 1995 e a criação da cidade.

#### 3.4.1 **Devagar o fogo esquentava o monturo: 1993**

O movimento que culminará com a realização do plebiscito em 1993, é animado por componentes diferentes daqueles que atuaram na década de 1980. A começar pela estrutura que servirá à organização da campanha, denominada de Conselho de Emancipação: a exemplo dos processos anteriores, esse espaço era utilizado para discutir e encaminhar as questões relacionadas às ações da emancipação, porém é nesse período que se verifica a entrada do então deputado estadual José Montes Paixão no movimento. Segundo um artigo encontrado na Internet:

Logo em seguida, o ex-deputado José Paixão entrou na batalha emancipista, passando a freqüentar as reuniões do Conselho de Emancipação, com determinação, garra, muita vontade e, principalmente, com uma alta despesa, que Mesquita foi totalmente coberta de propaganda, conclamando o povo a comparecer ao plebiscito de emancipação, no dia 28 de novembro de 1993 (Memórias da Liberdade, sem autoria, <http://www.cruiser.com.br/mesquita/memorias.htm>).

A partir desse texto, José Montes Paixão, o mesmo que em 1957 assumia posição contrária, entra em cena, não só colocando-se a favor do movimento emancipatório, como também assumindo gastos com sua divulgação. Confirmando o registro do artigo encontra-se a fala de Edmundo Nascimento:

*Então passou seis de setembro de 87 e a luta continuou. Mais branda, menos, com menos força, coisa e tal, mas em 92, eu recebi um telefonema: - “Alô”, eu digo, é Edmundo, sim senhor. - “É Paixão”. [...] [...] E ele dizia: - “Edmundo, posso fazer uma proposta?” E eu digo: - “Depende da proposta” - “Mas eu posso fazer?” - “Pode”. - “Vamos emancipar Mesquita?” E eu digo: - “Não brinque comigo assim”. - Eu não sou de brincar assim com você, não faça isto. Você está me..., me malhando, coisa e tal”. - “Não, estou falando a verdade, tô falando a verdade.”. - “Muito bem”. - “E você vem até aqui?” - “Vou”. - “Posso marcar a reunião?” - “Pode”. E eu marquei, eu já sabia que a reunião ia para 4ª feira, marquei a 4ª feira pra ele me ver. E ele veio. Dois elementos do Conselho de Emancipação que estavam reunidos naquele dia não apertaram a mão dele. Se negaram a apertar a mão dele, para ver como é que ele estava bem, né? Mas aí ele disse: - “Olha cada um dá o que tem. Eu estou te dando o que eu tenho, o que eu quero. Você não quer aceitar, paciência”. Aí continuou, como sempre, ele muito pra frente, né, ele não, não titubeou. Fez o discurso dele pra assumir, assumiu mesmo, assumiu mesmo (entrevista realizada em junho de 2004).*

Seu Edmundo recupera um diálogo por telefone, travado em 1992 com José Montes Paixão, e que indica a entrada do mesmo nas reuniões do Conselho de Emancipação. As reações negativas de dois integrantes do Conselho com a presença do deputado parecem se referir à desconfiança da integração do mesmo ao movimento emancipacionista, já que nos outros momentos isto não acontecera, chegando até mesmo

ser atribuído a ele o sumiço do processo de 1957. Esse sentimento permeia as memórias de outros entrevistados como se verá mais adiante.

Sobre a mudança de posição de José Montes Paixão, os agentes envolvidos emitem algumas opiniões. Uma delas, vinda dos críticos de Paixão, alega a perda de sua influência na política de Nova Iguaçu, sendo então a emancipação do quinto distrito a saída para a recuperação de seu prestígio político (opinião registrada pela pesquisadora através de conversas informais). Segue-se um trecho do depoimento de Geralda Maria de Lucena, em que sua filha, Regina (presente à entrevista e, em certos momentos, comenta algumas questões), de uma certa forma, fala sobre o assunto:

*(Regina) – Porque na verdade a..., o..., a..., o individualismo do Paixão era muito grande, a vaidade do Paixão! Esse processo, bem, na verdade, o Paixão levou muito...*

**(D. Geralda)** – *Muito a sério.*

*(Regina) – Muito á sério, entendeu? Pode ter sido até de uma forma atabalhoada...*

**(D. Geralda)** – *Mas ele trabalhou!*

*(Regina) – ...debaixo dos panos, mas ele se jogou entendeu?*

**(D. Geralda)** – *De cabeça!*

*(Regina) – Porque ele queria, né, a vaidade dele, há anos que ele queria ser prefeito de algum lugar, entendeu? Eu acho que na verdade as associações de moradores ou outras forças políticas não tiveram força suficiente pra barrar essa vaidade dele, porque no fundo, no fundo, as pessoas talvez até quisessem a emancipação, mas faziam contra, mas contra o Paixão, não porque eram contra o processo. (entrevista realizada com D. Geralda em outubro de 2004).*

As lembranças de Regina creditam a uma vaidade de Paixão sua intenção de se tornar um líder político de destaque da localidade. Tal componente, embora destaque um fator mais individual do que político, à participação de Paixão no processo, parece se

juntar à avaliação de recuperação de sua influência através da fundação de um novo espaço de exercício de poder, que seria a cidade de Mesquita.

Outras falas, de partidários de José Montes Paixão, explicam sua mudança de posição de outra maneira. É o que a professora Jussara Góes nos mostra através de seu depoimento:

*Essas reuniões eram o seguinte: nós fazíamos, um grupo de pessoas, ele ia a essas casas, ele falava sobre a emancipação, explicava o motivo, inclusive porque que ele não tinha participado das primeiras, ele era contrário. Ele nunca deixou de..., ele nunca deixou de admitir que ele foi contrário no início, inclusive, eu acho que foi um dos motivos que motivou, não se fala dessa forma, mas foi um dos motivos que motivou o Paixão a entrar numa guerra tão grande, acho que ele se sentiu endividado com Mesquita, ele sentiu que ele tinha um compromisso com Mesquita, que foi trazer a emancipação de Mesquita, até porque ele não participou das primeiras, ele era contrário, então eu acho que foi uma forma dele compensar o que ele não fez no início, e compensou (entrevista realizada com a professora Jussara Góes em outubro de 2004).*

A depoente reconhece o não envolvimento de Paixão nos outros processos, porém justifica sua mudança de posicionamento, através de um reconhecimento do mesmo de um compromisso com Mesquita, no qual a emancipação funcionaria como um mecanismo de compensação em relação ao posicionamento contrário do passado.

O fato é, que, com a adesão desse político, verifica-se a entrada de um componente, praticamente ausente nos movimentos anteriores, qual seja, a injeção de dinheiro, possibilitando uma maior divulgação da campanha. Em 28 de novembro de 1993, então, a população sai novamente às urnas para participar do processo plebiscitário sobre a criação da cidade. Mais uma vez, porém, não se consegue quorum, repetindo o insucesso de 1987. Edmundo Nascimento (seu Edmundo) relata tal acontecimento:

*Então fizemos a campanha de 92, foi marcado pra 93 o plebiscito. Exatamente em 93, nós fizemos o plebiscito. Aviões jogaram panfletos, fizeram viagens, fizeram lá, negócio de excursões gratuitas, fizeram churrasco, pintaram e bordaram. [...] [...] Acabou, fomos fazer a*

*apuração, lá no Sesi, em Nova Iguaçu. Dali eu sai pra ir pro hospital, temeroso, de cabeça cheia, com uma porção de coisas, acabei no hospital. Mas, graças a Deus estou aqui hoje. Aconteceu, não deu quorum. E Paixão disse: “Edmundo, calma Edmundo, calma Edmundo” E eu digo: “Paixão, agora só daqui a quatro anos”. “Não, não, tenha calma, não se espante com isso não” [...] (entrevista realizada em junho de 2004).*

Nas lembranças de seu Edmundo encontram-se presentes mais uma vez as estratégias antiemancipação (aviões fazendo divulgação do NÃO, ação creditada à prefeitura de Nova Iguaçu; churrascos e excursões para desmobilizar os eleitores); a apreensão vivida no momento; a falta de quorum e a fala de Paixão tentando acalmá-lo. Ações misturadas a sentimentos povoam a reconstrução das memórias de seu Edmundo no dia do plebiscito de 1993. O resultado dessa vez não refreou os ânimos dos emancipacionistas, já que dois anos depois nova tentativa seria feita através do terceiro plebiscito por que o então quinto distrito se envolveria.

### 3.4.2 O fogo quase toma conta do monturo: o plebiscito de 1995

O ex-deputado José Paixão, que desde o plebiscito de 1993, começara a participar do Conselho da Emancipação, liderou em 1994 a abertura de um processo para marcar a data de novo plebiscito, tendo como um dos assinantes o vereador Alarico Rodrigues (da Câmara de Nova Iguaçu)<sup>51</sup>. A nova data então foi marcada para 26 de novembro de 1995. As ações que desembocaram neste plebiscito foram marcadas por uma intensificação da divulgação da necessidade de comparecimento da população às urnas, votando no SIM. Segundo documento expedido pela Prefeitura Municipal de Mesquita, de autoria do professor Ney Alberto de Barros (2001):

---

<sup>51</sup> O vereador Alarico Rodrigues que tinha a alcunha de “Quinha” foi assassinado no ano de 2000, logo após as primeiras eleições da cidade de Mesquita. Quinha, nessa época, já tinha rompido com Paixão e apoiava outro candidato a prefeito.

Com o objetivo de intensificar a Campanha Pró-Emancipação foram realizadas, de fevereiro a novembro, uma série de reuniões no Tênis Clube de Mesquita. As reuniões eram presididas por José Paixão e, a elas compareciam as mais importantes lideranças mesquitenses.

Nos diversos núcleos de emancipação aconteciam, também, outras tantas reuniões.

A Comissão Pró-Emancipação era presidida por Walter Paixão (Waltinho) (Barros, 2001:19).

Note-se que no texto acima, aparece uma outra denominação em relação à estrutura organizativa das discussões sobre a emancipação. Ora será encontrada a designação Conselho da Emancipação, ora Comissão Pró-Emancipação. O investimento por parte de lideranças políticas interessadas na emancipação, notadamente, do ex-deputado José Montes Paixão, que entrara no processo em 1993, é confirmado por Artur Messias, que à época exercia mandato de vereador pelo PT e afirmava-se igualmente como figura pública da localidade:

*[...] o outro dado, é que de fato passou a haver um investimento grande do Paixão no processo de emancipação e isso implicava em tudo, implicava em ter uma grande mobilização, é, em campanhas de rua, reuniões em tudo que é canto, muitos fogos, né, e enfim o movimento ganhou outra dinâmica.[...] (entrevista realizada em outubro de 2003).*

Segundo esse relato, a campanha tomou fôlego a partir do interesse do político referenciado, que se traduzia em bastante movimentação e visibilidade. O senhor Edmundo Nascimento confirma a versão de Artur:

*[...] porque agora, ah..., já em 95, o Paixão realmente tomou conta de tudo. Nós é que fazíamos as reuniões em tudo quanto era lado. E eu era quem chegava primeiro pra ver luz, pra ver letra, pra ver cadeira, pra ver tudo. E ainda eu era o animador da festa né, da reunião. “Cadê as palmas do Paixão, cadê as palmas do fulano de tal que vai falar, cadê as palmas?” Enfim, eu era o animador da coisa, né[...]* (entrevista realizada em junho de 2004).

Seu Edmundo, só para lembrar, participou desde o primeiro movimento na década de 1950. Nessa época ele não tinha um papel de destaque, mas engrossava as



fileiras da campanha. Nos meados de 1980, teve uma participação ativa e, finalmente em 1993 e 1995, assumiu junto com José Montes Paixão a liderança da campanha, como um “fiel escudeiro”: de acordo com seu depoimento, era ele quem animava as reuniões, “fazia o palanque” para as lideranças.

Essa forma de desenvolver a campanha, inclusive, com a participação de Paixão, da mesma forma que deu mais visibilidade ao movimento, atraindo vários agentes, igualmente afastou vários outros, que sempre enxergaram de forma crítica a atuação da política partidária por dentro da campanha emancipacionista. Inclui-se nesse espectro, o Partido dos Trabalhadores, agremiação que se firmava na região disputando seu projeto de concepção de poder junto à população, com atuação no movimento popular. O PT, nesse período já tinha aderido completamente ao movimento emancipatório do quinto distrito.

Artur Messias relembra tal momento:

*[...] inclusive, muitos emancipacionistas da primeira hora, da década de 80, não participaram, ficaram de fora por uma razão simples: desconfiados dessa mudança de posição do Paixão, já que eles acusavam o Paixão de ter sumido com o processo e agora é o homem que se dizia que é o emancipador, que era favorável à emancipação. Na época não era emancipador [...]. [...] Seu Hélio Amaral participou desse processo, ainda era vivo em 95, não participou do movimento de emancipação, se não ele diretamente, estava com problemas de saúde, mas a família. Outras pessoas também não sentiam à vontade de estar, embora se dissesse que o movimento era apartidário e tal, e nós também, o PT também não participou por discordar do Paixão e tal..., mas, agora, mantivemos o nosso posicionamento favorável à emancipação e fizemos aquilo que cabia ao PT. O nosso trabalho de emancipação não aparecia muito, o nosso trabalho nunca aparecia muito, do ponto de vista massivo, mas sempre fizemos alguma coisa de acordo com as nossas convicções acerca da questão. (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

As memórias de Artur apontam para o elemento da desconfiança, sentimento que parece ter haver com a posição crítica de seu Partido e de outras lideranças em relação à adesão do ex-deputado Paixão no processo da emancipação, já que o mesmo

na década 1950 se posicionava de forma diferente e teria sido responsabilizado pelo desaparecimento do processo, conforme já visto anteriormente. Artur relembra a participação de seu partido, parecendo querer afirmar a diferenciação na forma de fazer política dos agentes que se encontravam em torno de José Paixão.

De qualquer forma, a campanha pela realização do terceiro plebiscito a fim de emancipar Mesquita, aconteceu, aglomerando pessoas e entidades comunitárias. Dona Maria da Conceição descreve como eram as reuniões familiares:

*[...] algumas das reuniões eram feitas aqui no meu quintal, que se fazia assim: segunda numa casa, uma casa pra cada um, uma residência pra um dia da semana reunir, e as daqui de casa era às quintas-feiras. Então nós reuníamos todos aqui, nós já tinha certeza que havia uma..., uma grande avanço, quando veio o prefeito, o prefeito hoje, que na época não era, José Paixão, e disse que ele, a partir daquele momento, ele assumiria que ia defender Mesquita para a emancipação (entrevista realizada em julho de 2004).*

O relato de dona Conceição confirma a estratégia adotada na campanha de 1994-1995, de realização de pequenas reuniões nas casas das pessoas para discutir a organização da campanha.

Além das reuniões familiares, da participação de uma forma mais direta dos políticos, dando maior publicidade à campanha, e, conseqüentemente, tornando-a mais visível para a população, outro fator que emerge das lembranças dos depoentes é a que atribui uma vontade maior da população mesquitense em se desligar do município-mãe – Nova Iguaçu, por conta do agravamento do abandono do equipamento urbano do quinto distrito. Os relatos a seguir aludem a essa questão:

*[...] eu fui vereador do Altamir Gomes, ele foi prefeito e eu nunca escondi isso, pra mim foi o maior cabo eleitoral para a emancipação de Mesquita. Quer saber por que? Porque em cada esquina de Mesquita no governo Altamir Gomes tinha uma lixeira, ele abandonou por completo Mesquita, não só Mesquita, como todo Nova Iguaçu. E pra mim ele foi*

*um dos cabos eleitorais mais fortes na nossa emancipação; lixo era..., em toda esquina tinha uma lixeira, o salário dos funcionários atrasados seis meses, a Câmara ficou sem receber 6 meses, então pra mim Altamir foi maravilhoso nesse processo de emancipação. (José Rechuen - vereador de Nova Iguaçu – mandato de 1992 /1996 - entrevista realizada em setembro de 2004).*

*Mesquita foi jogada às traças, Mesquita era toda esburacada, suja, lixo pelas ruas, escolas em ruína, sabe? Altamir Gomes acabou de acabar. Mesquita já era o curral de Nova Iguaçu, e Altamir Gomes deixou mais curral, não só Mesquita, Nova Iguaçu também foi abandonada, eu acho que um dos piores governos que teve foi o de Altamir Gomes, um dos piores governos que existiu em Mesquita, em Nova Iguaçu, foi o de Altamir Gomes, então foi esse caos, realmente ele contribuiu bastante para emancipação de Mesquita [...] (Jussara Góes - entrevista realizada em outubro de 2004).*

*Primeiro, que a gente tava vivendo em período de mudanças, extremamente, muito caóticas, que era o governo Altamir Gomes em Nova Iguaçu. O governo não recolhia o lixo, não recolhia mesmo, negócio assim, montanha de lixo em todos os cantos, um governo realmente, totalmente desacreditado, que atrasava salários [...] (Artur Messias – entrevista realizada em dezembro de 2003).*

*[...] mais, aí o Altamir Gomes se elegeu, acho que foi nessa época, né? [...] [...] eu acho que Mesquita queria se emancipar de Nova Iguaçu, porque ele só faltou por pouco levar a porta da Prefeitura; aí foi muito ruim, [...] [...] professores, todo mundo sem receber, aí eu acho que de fato os quatro anos foi da consolidação do abandono [...] (Elizana da Costa Silva – entrevista realizada em setembro de 2004).*

As memórias acionadas pelos depoimentos supracitados fazem referência igualmente a um fator que teria contribuído para uma participação mais ativa da população na campanha da emancipação. Essa situação é atribuída de uma maneira recorrente à administração do então prefeito de Nova Iguaçu, Altamir Gomes (gestão de 1992-1996), tanto por emancipistas (caso do vereador José Rechuen e Jussara Góes), passando por agentes favoráveis, mas críticos (caso do então vereador Artur Messias) como pelos contrários à emancipação (caso de Elizana Silva). Seja impulsionado por uma ação mais efetiva de lideranças políticas, seja pelo grande abandono por que se encontrava, a

população do quinto distrito compareceu de uma maneira mais intensa no terceiro plebiscito de sua história.

### 3.4.3 O dia do plebiscito: a festa que não houve

25 de novembro de 1995. Dois anos após a segunda votação, novamente Mesquita vai às urnas tentar a sua independência. Um fato novo aconteceria nesse plebiscito: a utilização da urna eletrônica. Sobre essa questão, Artur Messias elabora uma descrição muito interessante:

*[...] Mesquita foi utilizada como cobaia para o processo de votação eleitoral. Havia ocorrido em vários municípios no interior do Estado a utilização das urnas eletrônicas; em muitos deles não alcançou os 50% mais um, e se atribuía justamente a utilização da urna eletrônica [...] [...] No caso de Mesquita, não, era uma população grande, muito grande, mais de cem mil eleitores e..., ou quase cem mil eleitores, e aqui, as urnas foram colocadas pelo TRE, mais preocupado em testar as urnas do que propriamente a votação. Então, tanto é que no dia da votação, vieram para cá..., veio para cá o Presidente do Tribunal, esqueci o nome dele agora, vou me lembrar..., e diversos outros juízes, aqui talvez nunca tenha havido concentração de tantos juízes como aconteceu aqui, justamente por causa dessa importância. (entrevista realizada em 2003).*

Artur se reporta à utilização do processo eletrônico como uma experiência que acionava um corpo de justiça nunca antes visto em Mesquita. E mais adiante:

*[...] Mesquita seria o primeiro município de porte a fazer a votação eletrônica, claro que era um processo plebiscitário! E para azar nosso e da justiça, muitas urnas apresentaram problemas ao longo do dia, muitas mesmo, e a boataria começou a correr na cidade, que o povo apertava o SIM e aparecia o NÃO, e que havia, ou seja, o povo começou a desconfiar da maquininha, a maquininha estava contra a emancipação. (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

As lembranças de Artur sobre a utilização do processo eletrônico são importantes, porque remetem a uma situação corrente até hoje em algumas rodas de conversa sobre esse dia, semelhantes a que o depoente descreveu em sua entrevista, isto é, fazem parte da memória do grupo que viveu o processo: os boatos de que as máquinas não

funcionaram, inclusive, que estariam agindo contra o processo de emancipação. Mais adiante outro elemento de rememoração, através das lembranças de Artur:

*[...] E lá, na apuração, iniciou a apuração quando o Dr. Dilson, juiz responsável, coordenador do processo aqui, juiz eleitoral, anunciou que não havia conseguido quorum, exatamente, o percentual. Houve uma frustração muito grande, eu estava lá dentro do Tênis na época, eu era vereador e tinha esse privilégio de poder estar lá dentro, acompanhar o processo de apuração, um pouco distante, porque não podia chegar perto, mas acompanhei o anúncio e o anúncio foi feito[...]* (entrevista realizada em 2003).

O sentimento de frustração pelo tão almejado quorum perpassa as lembranças de Artur, que presenciou o acontecimento. Outro trecho detalha mais esse momento:

*[...] e eu praticamente fiquei emocionado, chorei pela derrota, porque quem viveu o dia da emancipação percebeu que havia um clamor popular, agora havia uma vontade do povo em relação à emancipação, e o resultado disso, dessa frustração, dessa notícia ruim, foi uma série de acontecimentos. Viraram o carro de som na praça de Mesquita, na época, o deputado estadual Luis Novaes, que foi identificado como contrário à emancipação, teve o carro..., Kombi de som que estava estacionado na praça..., viraram, criaram problemas com a Kombi dele.*(entrevista realizada em dezembro de 2003).

Aqui o entrevistado reconstrói a memória do vivido, a emoção sentida, ao mesmo tempo em que faz uma análise de como o povo se situava nesse processo. As situações acontecidas neste dia, marcante para vários personagens envolvidos diretamente em tal processo se encontram presentes no trabalho de memória realizado por Artur. A professora Jussara também relata suas experiências sobre o dia do plebiscito:

*Eu levantei às sete horas, eu levantei as seis e meia da manhã, tomei um banho, tomei café, peguei meu carro e fui para a rua, e eu quando eu vi aquele povo na rua eu chorei. Então, o primeiro lugar que eu fui foi o colégio Dom Pedro I, na Chatuba, e quando eu vi aquela fila, na porta, e eles não abriam o portão, e eu ia passando pelo caminho vendo as pessoas e eu gritava, eu me lembro que eu gritei, eu me lembro que eu gritava: “Gente, que coisa linda, que coisa linda!”; eu gritava para as pessoas, as pessoas olhavam para mim: “Essa mulher é maluca”. Mas,*

*eu estava muito emocionada, e o meu lugar foi o Dom Pedro [...]* (entrevista realizada em outubro de 2004).

A fala da professora passa igualmente um sentimento de emoção ao relembrar o dia do plebiscito, ocorrido há nove anos atrás, já que a entrevista se deu em 2004. Pelo que se pode perceber, confirmando a entrevista de Artur, o sentimento pela emancipação estava mais forte, e o comparecimento às urnas por parte da população foi mais expressivo do que as tentativas anteriores. Edmundo Nascimento (seu Edmundo), também relembra o dia do plebiscito:

*[...] Olha, nunca houve uma festa em Mesquita maior do que aquela. Ali não teve que, não ficou criança, não ficou velho, idoso, não ficou jovem, não ficou. Todo mundo na rua e querendo o plebiscito. Briguei muito nesse dia. Como eu briguei, enfrentei juizes que eles pensavam até que eu era alguma coisa na vida, né. Eu tenho a cabeça meio achata, parecia que eu era um militar de Alagoas, Alagoas é da terra dos Marechais, né? Eu sou cabeça chata, alagoano, é, de lá. (risos nossos). Então, foi muito forte sim, tanto é que houve, houve até juiz de cabeça quebrada. Quebraram a cabeça do juiz e o presidente pegou o helicóptero nos fundos e foi embora. Os juizes ficaram por aqui pra ir de ônibus, né. Pois olha, e não quebraram mais porque Paixão não deixou.*

O relato de seu Edmundo confirma as versões de Artur e da professora Jussara em relação ao comparecimento do povo na votação. Para o depoente, em suas memórias, a adesão tinha sido quase que total. Presente também na entrevista, a relembração da sua reação e de outros participantes, inclusive se envolvendo em brigas. Em outro trecho seu Edmundo, parece revelar sua frustração, espelhando-a na seguinte colocação:

*[...] Doutor Jackson Trindade, quando ele soube em Brasília que Mesquita não tinha passado do plebiscito, ele chorou igual criança. Ele também gosta muito de Mesquita, a verdade é essa. E o mais engraçado é que em 95, quando disseram que não tinha quorum, parece que, eu sei lá, eu acho que eu estava mais forte, e eu não chorei. Eu aceitei, eu aceitei a coisa como se fosse uma bobeira, que eu sabia que ia ganhar. (entrevista realizada em junho de 2004).*

Além de seu próprio sentimento, seu Edmundo relembra a atitude que Dr. Jackson Trindade, um dos primeiros emancipistas da década de 1950, teve ao saber do resultado. Outra entrevistada, Maria da Conceição Nascimento, relembra a ocasião:

*[...] lembro com muita tristeza, porque o povo de Mesquita, ele aguardava ansioso pela vitória. Mas, infelizmente, eu até acompanhei, eu tava lá na porta do Tênis Clube e, acreditando que ia ser satisfatória a vitória, mas após longo tempo se chegou a conclusão que não teve quorum (entrevista realizada em julho de 2004).*

Novamente, nas memórias de Dona Conceição, os elementos encontrados em outros depoimentos: a crença de que todo o povo de Mesquita estaria a favor da emancipação, a certeza do sucesso do plebiscito e a decepção pelo fato do quorum não ter sido alcançado.

A partir, portanto, dos próprios depoimentos, a participação dos eleitores em 1995 não foi suficiente para alcançar o quorum previsto por lei, de 50% mais um. Segundo Artur, mesmo com toda a campanha, ainda havia dúvida e indiferença por parte da população.

*[...] Isso significa que a dúvida era bastante grande da população, né, e mesmo o plebiscito que [...] [...] aprova a emancipação, que, 95, né, que viabiliza a emancipação, consegue uma margem pequena acima do quorum, né, o que revela que grande parte, quase que metade da população, é, tava na dúvida, ou indiferente ao processo, né (entrevista realizada em dezembro de 2003).*

Matematicamente, pode-se dizer que Artur está correto em sua análise, porém não seria o caso de pensar que o fato de 44 mil pessoas saírem de suas casas para irem votar em um plebiscito é um fato bastante significativo?

De acordo com o TRE seriam necessários 48 mil votos para obtenção do quorum mínimo, já que Mesquita deveria ter nessa época aproximadamente 97 mil eleitores. O quorum mínimo não foi alcançado, já que o comparecimento às urnas se deu

em torno de quatro mil a menos do quantitativo necessário. A festa de comemoração da criação da cidade mais uma vez foi adiada.

### 3.4.3 As ações pós-plebiscito

Como consequência do insucesso do plebiscito de 1995, iniciou-se uma outra campanha, a que iria provar que Mesquita já era emancipada. Tal processo foi liderado pelo Comitê Pró-Emancipação, sob os auspícios de José Monte Paixão, tendo a frente seu sobrinho, Waltinho Paixão, presidente do Comitê. As ações duraram cerca de quatro anos. Segundo o depoimento de Waltinho Paixão:

*[...] não foi um processo simples, o nosso processo como eu disse lá, anteriormente, quando o Desembargador Antônio Carlos Amorim falou que Mesquita não tava emancipada..., nós tivemos que entrar com vários recursos aqui no Rio, até parar na capital, e eu tive oportunidade de ir da capital e voltar, de Brasília voltar ao Rio, de Rio a Brasília juntamente com o Prefeito Paixão, mais de 150 vezes. Ele chegou a ir quase 160 e eu devo ter ido aproximadamente 145 a 150 viagens que fiz com ele lá, porque era processo em cima de processo [...] (entrevista realizada em março de 2004).*

O relato do depoente aponta para uma verdadeira romaria em busca de documentos que comprovassem a impropriedade do quorum, alterada pela presença na listagem de pessoas já falecidas, conforme trecho mais adiante da entrevista:

*[...] e através de uma farta documentação a gente foi obrigado a tirar sessenta e seis mil xerox de atestado de óbito pra que a gente pudesse comprovar que a nossa listagem do dia 26 de novembro de 95 estava totalmente adulterada. A gente tinha ali pra mais de cerca de 14 mil e quatrocentos falecidos que faziam parte do quorum, mas o TRE, ele não poderia de maneira nenhuma, de pronto dizer que Mesquita estava correta e que a emancipação estava correta, até porque eles seriam contra eles mesmos [...] (entrevista realizada em março de 2004).*



Nessa parte, o entrevistado se refere ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que proclamou o resultado no dia do plebiscito, em 26 de novembro de 1995. Outros depoimentos confirmam as palavras de Waltinho Paixão:

*[...] o Waltinho, o Walter Paixão, esse menino perdeu a noção, esse menino perdeu a noção do dia. Ele não sabia mais se era dia ou se era noite. Ele e mais quatro companheiros nossos. Eles perderam a noção do dia e da noite [...] [...] Foi aí que nós levamos cinco anos, quatro anos né, foram quatro anos é... , e ganhamos. Houve até algumas vezes que a gente ficava triste, mas nós tínhamos muita fé no Paixão, seu conhecimento, sua vontade. Foram cento e setenta e cinco viagens a Brasília, sem pedir dinheiro a ninguém, sem pedir dez centavos a ninguém. E não era só ele, ia ele, os dois advogados, o Waltinho, tudo por conta do José Montes Paixão, para emancipar Mesquita (entrevista com Edmundo Nascimento realizada em junho de 2004).*

*[...] e surgiu o terceiro plebiscito comandado pelo prefeito José Montes Paixão, também não teve sucesso nas urnas, mas ele conseguiu provar à Justiça Federal, no Supremo, que tinha muito óbito ainda incluído nas sessões eleitorais. E isso nós devemos muito a José Montes Paixão; que eu saiba Fátima, ele foi a Brasília 174 vezes, perdemos aqui no TRE, fomos até Brasília, até o Supremo e lá quando retiraram daqui, me parece..., 14 mil óbitos, porque eles não davam baixa no eleitoral e foi provado que deu quorum com a presidência do Waltinho Paixão; o sobrinho dele que era o presidente da Comissão de Emancipação e com o articulador, com a articulação, com o poder aquisitivo bem maior do Paixão, nós fizemos a tão sonhada emancipação (entrevista com o ex-vereador José Rechuen realizada em setembro de 2004).*

As lembranças de seu Edmundo e do ex-vereador José Rechuen indicam que a movimentação do processo judicial não foi obra de muitos. Nessa movimentação estariam envolvidos o próprio Paixão, seu sobrinho, advogados e mais alguns agentes. As custas desse trabalho, ainda segundo o depoente, teriam sido realizadas pelo próprio ex-deputado. Essa última informação seria e até hoje é usado por seus correligionários para atribuir a quase que exclusiva responsabilidade pela emancipação de Mesquita a José Montes Paixão. Dona Maria da Conceição Nascimento, esposa de Expedito Miguel, outro líder emancipista, da década de 1980 e 1990, dá o seu depoimento:

*[...] Nós íamos para acompanhar e pra poder demonstrar pros ministros, pra demonstrar pros ministros, que Mesquita, é..., o povo de Mesquita que queria a emancipação, não era nenhum político que tava interessado. Era o povo que tava querendo a sua independência, queria se ver livre de Nova Iguaçu, porque Nova Iguaçu, pelo entendimento dos moradores, não tava retornando nada para Mesquita. (Silêncio) [...] [...] porque ele chegou até nos levar a Brasília pra poder acompanhar como é que tava Brasília, porque tinha muitos contras, inclusive, prefeitos estavam contra. E fui acompanhar, eu, por exemplo, fui a Brasília, e vários do grupo foram a Brasília, acompanhamos, e graças a Deus conseguimos (entrevista realizada em julho de 2004).*

Interessante observar que na reconstrução de memória realizada por Dona Conceição, a emancipação aparece como um desejo coletivo do povo; o fato de Paixão, notoriamente um líder político da localidade, estar promovendo as idas a Brasília, apresenta-se como fator positivo, agregado, pois, a essa vontade da população mesquitense. Em oposição ao relato de D. Conceição, encontramos o depoimento de Maria Antônia de Santana (D. Tuninha), líder comunitária da Chatuba:

*É..., 95, não deu quorum e depois eu não sei como é que chegou aqui. A emancipação foi por algumas pessoas, na época quem estava à frente, o emancipador, era José Montes Paixão, e tinha..., eu tenho um vizinho aqui que era muito ligado a ele, o Almir do..., do..., do Correio, e ele falava comigo sempre que encontrava: - “Nós vamos emancipar”; - “Mas como? Nós não tivemos quorum” -; - “Não, mas ele está ajeitando, nós vamos, ele foi pra Brasília” -. Então, eu acho que essa emancipação foi mais do acordo, não foi assim, uma emancipação no total, transparente, a comunidade mesmo, foi mais no acordo, a terceira foi no acordo.(entrevista realizada em setembro de 2004).*

Na reconstrução de D. Tuninha aparecem elementos que atribuem a emancipação como sendo obra de algumas pessoas e não da comunidade em geral; D. Tuninha também relata que esse processo foi fruto de um acordo, não foi transparente e diz não se lembrar como aconteceu. De qualquer maneira, Paixão aparece como um agente principal desse movimento.

Os próximos depoimentos se referem a agentes que, por razões diversas, são ou se colocaram críticos ao ex-deputado José Montes Paixão, conforme d. Tuninha. Em primeiro lugar aparece o depoimento do ex-prefeito de Mesquita, Dr. Framínio Gonçalves:

*[...] Aí, o José Monte Paixão, como sabia quem estavam votando contra a gente eram os falecidos que permaneciam no coeficiente eleitoral, ele perguntou e a gente disse: “não, se a gente..., regularizarmos essa questão, essa formação que era de obrigação do cartório do registro civil, nós teremos a nossa emancipação”. Aí, como ele tinha mais dinheiro, foi na nossa estrada, e conseguiu, né, tirar os falecidos, e o quorum então fluiu. E nós, e ele, demos..., tocamos o processo. O processo foi nosso, ele apenas ativou. Tinha dinheiro, né. Ativou a ida em Brasília com um bom advogado, um cara muito bom. O cara conseguiu no Tribunal Eleitoral, no TSE, é, anular aquele quorum, e um outro plebiscito. E nós caímos juntos com ele, né.[...] [...] Ele, agradecemos a ele, não tem dúvida, ele tem os seus negócios, mas ele apareceu na emancipação e pagou as despesas cartoriais e a passagem do advogado a Brasília. E concluiu o processo, né, afastando os falecidos (entrevista realizada em novembro de 2004).*

O entrevistado, na eleição de 2000, era candidato a vice-prefeito na chapa de Paixão; após o pleito a aliança foi rompida, situação mantida até o final do mandato do mesmo, com seu falecimento. Dr. Framínio em seu relato, aponta elementos que confirmam o investimento financeiro de Paixão no processo judicial que deu ganho de causa à emancipação.

Milton da Silva Lima, emancipista da década de 1980 junto com seu Regner Trindade, relata o seguinte:

*[...] Eu acho que o movimento da emancipação teve uma grande força quando o Paixão pegou, pegou o bolo pronto, tava tudo pronto. Claro, ele tem o mérito. O mérito dele é que ele conhecia os meandros das coisas lá dentro. Ninguém sabia onde tava o troço. Ele sabia, né. Tanto assim que ele soube, que ele viu, na hora que ele viu não dar o quorum, ele disse: - “Ó, o negócio é o seguinte: pára com isso aí porque tem morto votando, o censo tá errado...”(entrevista realizada em outubro de 2004).*

Embora seu Milton reconheça que Paixão teve um papel importante, estratégico mesmo na campanha pela emancipação, inclusive, identificando a razão pela qual não se conseguia o quorum, ele aponta indicativos de que o movimento já estava amadurecido quando o ex-deputado aderiu. Na mesma linha encontra-se o depoimento de Elizana Costa da Silva:

*É..., no início era um movimento, durante muito tempo, um movimento das pessoas, dos antigos de Mesquita, não era um movimento do Paixão, ele podia “tá” incluído entre os antigos. O Paixão entra na história, é..., no impasse do plebiscito, no impasse pra conseguir a legalidade do plebiscito, do resultado, pra segurar. [...] (entrevista realizada em setembro de 2004).*

Elizana, em suas lembranças, registra, a exemplo de seu Milton, que o movimento não era exclusivo do Paixão, na verdade, ele assume um destaque, nesse período em que o Comitê Pró-Emancipação tentava provar à justiça que o quorum teria sido deturpado.

Em 1999, após um trâmite judicial de quatro anos, envolvendo várias instâncias: o Comitê Pró-Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e o Supremo Tribunal Federal; este último decidiu pela emancipação do quinto distrito de Nova Iguaçu.

Em 15 de setembro de 1999 foi votado o Projeto de Lei da Emancipação e a 25 de setembro de 1999, o então governador Anthony Garotinho sancionou a lei criando o município de Mesquita. Sobre este acontecimento transcrevemos o relato de um membro da comunidade local que o vivenciou, seu Edmundo Nascimento, depoente citado várias vezes neste trabalho:

*[...] E exatamente no dia 20..., 25 de setembro de 99, né, é que nós tivemos a nossa cidade emancipada, através do governador Anthony Garotinho, aqui na Avenida São Paulo, praça pública, a nossa euforia, a*

*nossa euforia (risos da entrevistadora)[...] (entrevista realizada em junho de 2004).*

Segundo o depoimento de seu Edmundo, a emancipação da cidade, depois de mais de quarenta anos e quatro processos disputados, era anunciada em uma via pública; seu Edmundo reconstrói em suas lembranças o sentimento de euforia por que passou naquele momento. Pode-se dizer desta vez, parafraseando os dizeres do Dr. Jackson Trindade, que *O FOGO TOMOU CONTA DE VEZ DO MONTURO*.

Um ano após a elevação de Mesquita à categoria de cidade, a disputa eleitoral foi marcada intensamente pelo último processo de emancipação: em cena, os agentes que participaram do mesmo apresentando seus projetos para a construção da cidade. Destacam-se na campanha de 2000, Artur Messias da Silveira, vereador em Nova Iguaçu pelo PT, e José Montes Paixão, que assumia o denominativo de *Pai da Emancipação*.

Quando as primeiras eleições da cidade ocorreram, saiu-se vitorioso José Montes Paixão, *O Emancipador* ou *O Pai da Emancipação*, como se verificava em cartazes espalhados pela cidade na campanha. Elizana traz um depoimento interessante sobre a questão:

*[...] E isso é história, a gente conhece dessa época, mesmo 87, mesmo esse movimento, as discussões que rolavam na cidade, mesmo as que rolavam próximo à periferia que o PT tinha acesso não passavam por ele, passavam por pessoas históricas, antigas, mas não era ele o “Pai da Emancipação”, ele é o pai da resolução do problema lá na ALERJ; na justiça, ele é o emancipador, por isso. Agora, tradição não é com ele. (entrevista realizada em setembro de 2004).*

O questionamento que Elizana realiza acerca da paternidade da emancipação, da não tradição de Paixão no processo emancipacionista, permanece até os dias atuais, envolvendo debates apaixonados.

O que ocorre de fato é que cidade de Mesquita, provavelmente chamada de Mutambó por seus antigos ocupantes e, num tempo mais longínquo ainda, habitado pelos “jacutinga”, foi instalada a primeiro de janeiro de 2001, transcorridos quase cinquenta anos após os seus primeiros movimentos em favor da causa emancipacionista. O lema da primeira gestão: *Governo da Emancipação*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1999, Mesquita tornou-se o mais novo município do Brasil, acontecimento ainda recente, em termos de história da cidade. O movimento pela autonomia do município teve início na década de 1950 e se arrastou durante mais de quatro décadas, até a concretização de seu objetivo. O que se buscou nesse trabalho foi recuperar essa trajetória, através das memórias coletivas que foram vivenciadas e/ ou herdadas pelos seus agentes.

A pesquisa abarcou três espaços de tempo, em que se procurou identificar, através do trabalho de memória exercido pelos narradores, que a emancipação foi fruto de um processo de construção e reconstrução dos agentes que se envolveram.

Dessa forma, o movimento da década de 1950 pode ser caracterizado como idealizador e idealista, cujas bases plantaram as primeiras sementes para as ações posteriores. As lembranças mais presentes desse período remetem ao Clube Sete de Setembro, onde aconteceu uma reunião considerada um marco; ao sumiço do processo, fato que abortou a emancipação na época; e aos motivos geradores dos ideais da emancipação: o desejo de poder local e o desenvolvimento da cidade. As memórias também apontam a participação do movimento associativo como construtora do movimento. Alguns nomes são lembrados e apontados: Dr. Jackson Trindade, para muitos, o primeiro emancipista da cidade; senhor Hélio Amaral, já falecido e que também teve uma participação efetiva nesse movimento que iniciou a luta pela emancipação; o ex-prefeito do município de Mesquita, falecido em dezembro de 2004, José Montes Paixão, vereador à época e que nas entrevistas surgiu como contrário às idéias de emancipação; seu Edmundo Nascimento, agente que nesse período era apenas um colaborador, como ele mesmo rememora. Pelos depoimentos

ouvidos, não se conseguiu precisar exatamente o ano da desarticulação desse movimento inicial. As pessoas não se lembram.

Passaram-se quase trinta anos, até que o movimento ressurgisse, em meados da década de 1980, coincidindo com os tempos de abertura política no país. No entanto, na memória das pessoas, esse componente político é pouco relacionado; aqueles que o evocam são os que fizeram parte de alguma das organizações de esquerda ou do movimento social organizado da época. O que impera nas lembranças dos entrevistados é a intensa movimentação ocorrida, que contou com a participação de associações de moradores, movimento de mulheres e partidos políticos. O Conselho de Emancipação, estrutura criada para organizar o movimento, também é um elemento presente nos depoimentos desse período. O Partido dos Trabalhadores, criado em 1980, aparece nas narrativas daqueles que foram favoráveis à emancipação, como contrário ao processo. Os entrevistados ligados a esse Partido se dividem em favoráveis, contrários e duvidosos. Para alguns, as idéias de emancipação eram “coisas dos antigos”. Observa-se que, em geral, estavam na faixa entre 20 a 30 anos, egressos dos grupos jovens ligados às Comunidades Eclesiais de Base. As lembranças do primeiro plebiscito, ocorrido a seis de setembro de 1980, nos levam a perceber que havia uma grande expectativa pela emancipação, por parte dos agentes ativos do movimento, como também recompõem o sentimento de frustração pelo fato do quorum não ter sido alcançado. As pessoas ouvidas, desse período apontam figuras destacadas no movimento: Capitão Regner Trindade (falecido), Seu Hélio Amaral, remanescente do movimento da década de 1950, seu Milton, da Associação de Moradores de São Lucas, seu Expedito Miguel (falecido), da Associação de Moradores de Parque Ludolf, seu Nisval Magalhães, Ludgero Santa Rita (falecido) e Dr. Framínio Gonçalves.



Consideramos que, pelo quadro de conjuntura efervescente da época, esse foi o processo mais rico dentre os três que foram analisados nessa pesquisa.

Seguem-se mais sete anos até que o movimento se rearticule no início da década de 1990. As narrativas que se referem a este período incluem lembranças que denotam uma marca diferente dos outros dois momentos: a influência dos políticos interessados na emancipação e o investimento de recursos para a sua divulgação. Nas memórias dos entrevistados, aparece com frequência a figura de José Montes Paixão, o mesmo que na década de 1950, se posicionava contrário ao movimento, reaparece como o responsável por sua condução. O Comitê Pró-Emancipação, para os depoentes favoráveis à emancipação, é a estrutura responsável pela reprodução do movimento; para outros, é um espaço conservador. O Partido dos Trabalhadores, já aparece nas lembranças, como fazendo parte de um movimento crítico pelo SIM; para outros, permanece na memória, evidenciado nas narrativas, o caráter de oposição desse partido. Note-se, que essa construção, permeia as lembranças até os dias atuais, assim como, a figura de José Montes Paixão, que se constrói nessa época como *O Pai da Emancipação*. A atribuição da principal responsabilidade pela emancipação de Mesquita a Paixão, é outra marca de memória coletiva, presente em vários agentes. O que se passou na década de 1950, quando Montes Paixão, era contrário ao movimento, para muitos se apagou ou silenciou na memória.

O que se pode verificar, através, das narrativas dos três processos descritos acima, é que as diversas construções sobre a emancipação dependem do grupo de pertencimento dos agentes, ou seja, existem diferentes representações e reconstituições da emancipação, que podem variar de acordo com as identidades culturais dos grupos a que estão filiados os agentes.

Observa-se também que no ano de 2004, por ocasião da comemoração do aniversário de cinco anos da emancipação, poucas manifestações ocorreram na cidade; além da festa comemorativa, realizada no Parque de Eventos do município, uma faixa alusiva à data, erguida em um prédio, assinada por duas moradoras, acusava o acontecimento. Esta “não comemoração” coincide com a ausência em cena do primeiro prefeito da cidade, José Montes Paixão, afastado do cargo em abril de 2004, antes, pois, do término do mandato, por motivo de doença; o mesmo veio a falecer em dezembro do mesmo ano. Paixão tinha sido eleito primeiro prefeito da cidade para a gestão 2001-2004, com a alcunha de *O Pai da Emancipação*; além disso, se autointitulava, *o Prefeito Emancipador*. Quando foi acometido do acidente vascular cerebral que lhe afastou do cargo, estava se preparando para concorrer à reeleição. Percebe-se que, nos discursos, tanto dos opositores, quanto dos partidários do ex-prefeito, a atribuição da responsabilidade da emancipação ao mesmo, é um componente extremamente forte. Com o seu falecimento, parece que esse movimento tende a se acentuar, como que reverenciando a sua ausência. As memórias futuras é que responderão por essa hipótese.

A partir das narrativas ouvidas, tem-se a impressão de que as lembranças do primeiro processo, da década de 1950, cada vez mais estão se diluindo; mesmo entre seus remanescentes, localizam-se falhas na memória, de onde se pode arriscar a dizer que as pessoas estão esquecendo; o exercício da evocação do ocorrido está cada vez mais difícil, pois os guardiões dessa memória estão rareando.

Os indícios do que permanece, apontam para a memória mais recente, ou seja, a fixação nas lembranças do tempo correspondente ao último plebiscito, ocorrido entre 1995 e a criação da cidade em 1999; as memórias desse período mais recente apontam que o ex-prefeito José Montes Paixão teve uma contribuição decisiva nas ações cartoriais que

possibilitaram Mesquita se emancipar; o apagamento na memória dos acontecimentos mais distantes, da emancipação como fruto de um processo que foi se acumulando durante o correr dos anos, torna-se cada vez mais incomum.

Esse trabalho teve a intenção de iniciar a reconstituição do processo de emancipação, através do trabalho da memória dos entrevistados, apoiado na concepção de que a mesma é uma construção social, que se realiza a partir de referenciais do presente e com base no contexto de pertencimento de seus agentes. Entendemos que muitas questões precisam ser ainda elucidadas, decifradas, (re) lembradas, questões que temos a intenção de aprofundar em passos futuros de pesquisa. Uma delas se refere aos grandes espaços de silêncio, entre o processo de 1957 até o primeiro plebiscito de 1987, quando se passaram trinta anos, onde visivelmente o movimento não apareceu para a sociedade e que Dr. Jackson Trindade denominou de “fogo sob o monturo”; outra questão que pode e deve ser investigada, diz respeito aos agentes remanescentes do primeiro movimento de emancipação: suas narrativas precisam ser ouvidas, antes que se apaguem completamente; o papel que os agentes sociais de Nova Iguaçu, município de origem de Mesquita, desempenharam no movimento de emancipação. Além disso, se abre a necessidade de analisarmos as formas pela qual Mesquita e seus agentes vão construindo (disputando e inscrevendo-os na memória e no espaço) laços identitários a partir da emancipação. Isso já pode ser visto em processo tais como a criação de símbolos para a nova cidade: a) o Brasão de Armas, símbolo oficial da cidade e que traz inscrito a marca de elementos significativos na constituição das identidades mesquitenses, de acordo com os relatos apresentados; b) a construção dos Pórticos (portais de entrada cidade), que parecem querer afirmar um símbolo de poder e demarcação de espaço; a nova sede da prefeitura, construção inacabada, no centro de Mesquita, em um espaço que foi denominado pelo então prefeito José Montes

Paixão de Praça dos Três Poderes. Além disso, recentemente – março de 2005, outra disputa volta à cena, estampada, inclusive, nos noticiários da imprensa: a tentativa de reanexação de Mesquita a seu município de origem – Nova Iguaçu. Em 2002, um ano depois da instalação de Mesquita, o Partido Liberal (PL) deu entrada numa Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), baseando-se em ação semelhante que anulou a emancipação do município de Pinto Bandeira de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Tal ação que circula no Supremo Tribunal Federal demonstra que a disputa e o questionamento em torno da emancipação continuam.

Poder-se-ia elencar, ainda, outros tantos exemplos que podem se constituir em marcos de identificação da cidade, tais como o dia da fundação do município (25 de setembro), a Gleba Modesto Leal (antiga sede da Fazenda Cachoeira e área de proteção ambiental), ou ainda elementos do passado histórico da cidade (os laranjais, as antigas fábricas, os clubes).

A característica de cidade -dormitório, cidade de passagem para muitos, cremos que ainda seja um impedimento para o desenvolvimento da consciência de lugar. A atração que Nova Iguaçu, centro mais próximo, e mesmo o Rio de Janeiro exercem, é muito grande. Por isso mesmo a afirmação desse novo município é um desafio para todos aqueles que desejam construir a cidade, a partir de seus desejos e pensamentos, como já dizia JEUDY (2003), e conforme os ideais dos primeiros emancipistas.

Resta dizer que as experiências aqui realizadas com a metodologia da História Oral, aliadas à teoria da memória, foram fatores fundamentais para que diversos elementos sobre o acontecimento-emancipação viessem à tona. Faz-se necessário enfatizar a importância dos depoimentos, que nortearam os caminhos do desenvolvimento da pesquisa e afirmaram as hipóteses iniciais de um processo intenso, permeado por tensões,

disputas de poder, aproximações e silêncios. Nesse sentido, as vozes da cidade, os habitantes do lugar, os contadores das histórias e construtores das memórias de Mutambó, puderam viver suas lembranças e (re) construir as memórias da emancipação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Isaiás da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ALVES, José Cláudio S. *Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. 1. ed. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

AMADO Janaína; FERREIRA, Marieta M. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Rio de Janeiro: Papyrus. 2. ed.

BARROS, Ney Alberto. Baixada 500 Anos. In: *Memória..Órgão de Divulgação sobre a História da Baixada Fluminense*. Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e das Ciências Sociais da Baixada Fluminense. Gráfica e Editora da Universidade de Nova Iguaçu. RJ, Ano II – n. ° 6. Edição trimestral, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BREMAEKER, François, E. J. *Os Novos Municípios: surgimento, problemas e soluções*. Rio de Janeiro: IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1992. (Série estudos Especiais, n. ° 4).

\_\_\_\_\_. *2001: Um Novo Quadro Municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2000.

\_\_\_\_\_. *Evolução do Quadro Municipal Brasileiro no Período entre 1980 e 2001*. Rio de Janeiro: IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001. (Série estudos Especiais, n.º 20).

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COSTA, Icléia T. M. Cidadania, Ética e Alteridade. In: COSTA, Icléia T. M; GONDAR, Jô. (Org.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

COSTA, Marcelo C.; RANGEL, André S. *Perfil Orçamentário dos Municípios da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas urbanas e Gestão Municipal, Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional – IPPUR/UFRJ, Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2001.

FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, Rodrigues & C. 1933.

GOMES, Gustavo M.; MACDOWELL, Maria Cristina. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. *Texto para Discussão n.º 706*. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fev. 2000. Disponível em: < [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) >. Acesso em 3 fev. 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. Parte III. In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico, 55).

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENESES, Antônio Lacerda. Baixada 500 anos. A Aldeia de Jacutinga. In: *Memória. Órgão de Divulgação sobre a História da Baixada Fluminense*. Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e das Ciências Sociais da Baixada Fluminense. Editora Shaovan: RJ, Ano II – n.º 07. Edição trimestral, 2000.

MONTEIRO, Linderval A. *Baixada Fluminense: identidades e transformações. O estudo das relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação de seu primeiro prefeito*, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *História e Cultura. Projeto História*. São Paulo, 1993, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-(SP).

NORONHA, Rudolf de. *Movimentos de Emancipação Municipal no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1985*. Monografia submetida ao Departamento de Geografia como requisito para obtenção do grau de geógrafo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguazuanas*. Nova Iguaçu, RJ, 1960. Edição do próprio.  
 POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*, n. ° 3. Editora: CPDOC, FGV, Vértice, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade social. In: *Estudos Históricos*, n. ° 10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

PRADO, Walter O. *História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros da cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga M. *Experimentos com Histórias de Vida* (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

RODRIGUES, Alcides R. *A Evolução do Município no Brasil* (2000). Disponível em < [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br) > Acesso em: 4 jun. 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.º 3. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2000.

SANTOS, Myrian S. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

TORRES, Gênesis (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004.

### **Artigos de jornal**

A OPOSIÇÃO, 27 DE MAI. 1956. Nova Iguaçu, 1956.

CORREIO DA LAVOURA, 30 e 31 de ago. 1986. Nova Iguaçu, 1987.

GALVÃO, Marcos. Os primeiros passos de Mesquita. *O DIA*, Rio de Janeiro, 16 abr. 2000. Caderno Baixada.

Informe Publicitário da Prefeitura Municipal de Mesquita. A caminho do progresso. Emancipação leva desenvolvimento e beneficia seus cidadãos. *O GLOBO*, Rio de Janeiro, 22 dez. 2002. Caderno Baixada.

NOVA MESQUITA, 26 de nov. 1993. Edição Especial. Mesquita, 1993.



O DIA, Rio de Janeiro, 16 de mar. 2003. Caderno Baixada.

O DIA, Rio de Janeiro, 15 de ago.2004. Caderno Baixada.

*O GLOBO*, Rio de Janeiro, 17 de ago. 2003. Caderno RIO.

*O RADICAL BRASILEIRO*, 29/08 A 05/09/87. Mesquita - Nova Iguaçu, 1987.

### **Fontes:**

Breve Histórico sobre Mesquita. Edmundo Nascimento. Documento produzido pelo próprio autor, Mesquita, 2000.

CD-ROM: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação CIDE: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, 2003.

Congresso de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense, 2, 2002, Nova Iguaçu. *Caderno de Programas e Resumos...*Nova Iguaçu, 2002.

Contar o Tempo...Mesquita Uma Cronologia. Jussara Góes. Apostila produzida pela própria autora, Mesquita. s/d.

Do Pouso da Cachoeira ao Município de Mesquita (1692-1999). Ney Alberto Gonçalves de Barros. Dossiê preparado pelo autor para concurso de escolha do Brasão de Mesquita. Fonte obtida na Prefeitura Municipal de Mesquita em 2001.

Entrevista concedida ao jornal A Tarde, de Salvador, em 01 de dezembro de 2002. *A cidade não é um museu*. Henry-Pierre Jeudy. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil/message/4513>>. Acesso em: 7 out . 2003. Fórum Popular e Segurança Alimentar e Nutricional Da Baixada Fluminense. Plataforma De Luta Social E Política Contra A Fome Na Baixada Fluminense. Rio De Janeiro, 2003.

Revista de Programa de Governo para Mesquita: mapa do município de Mesquita, 2000.

Texto explicativo do Brasão de Armas de Mesquita. Fonte obtida na Prefeitura Municipal de Mesquita em 2003.

### **Sites da Internet**

[http://arquivoglobo.globo.com/entrega\\_material/ver\\_texto.asp?](http://arquivoglobo.globo.com/entrega_material/ver_texto.asp?)

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

<http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil/message/4513>

[www.cruiser.com.br/mesquita/memorias.htm](http://www.cruiser.com.br/mesquita/memorias.htm).

[www.georgetown.edu/pdba/Constitutions/Brazil/brazil88.html](http://www.georgetown.edu/pdba/Constitutions/Brazil/brazil88.html)

[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil/message/4513>>.

## PERFIL DOS ENTREVISTADOS

N.º	NOME DO (A) DEPOENTE	IDADE (ANOS)	PROCEDÊNCIA	BAIRRO DE RESIDÊNCIA/ MUNICÍPIO	ATIVIDADE PROFISSIONAL / SOCIAL	PARTIDO POLÍTICO	OPINIÃO EMANCIPAÇÃO	MOMENTO DA EMANCIPAÇÃO QUE PARTICIPOU / ACOMPANHOU	DATA DA ENTREVISTA
01	<b>Jackson Trindade</b>	77	Sergipe	Brasília	Procurador geral da Fazenda aposentado / diretor chefe jornal <i>O Mesquitense</i>	Partido Social Democrata - PSD	A favor	1.º processo	29/10/04
02	<b>Luiz Martins Azeredo</b>	93	Nova Iguaçu	Nova Iguaçu	Aposentado / diretor do jornal Correio da Lavoura durante 40 anos.	Sem vinculação	Contra	1.º processo	18/08/2004
03	<b>Edmundo Nascimento</b>	76	Sergipe	Edson Passos	Aposentado/ assessor do prefeito José Montes Paixão até abril de 2004	Atividades no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	A favor	1.º, 2.º e 3.º processos	31/05/2004
04	<b>Antônio José Pimentel (seu Pimentel)</b>	75	Espírito Santo	Mesquita Centro	Aposentado / técnico agrícola/ atividades político-partidárias	Fazia parte do PMDB até o ano 2000. Atualmente participa das atividades do PT	A favor	1.º, 2.º e 3.º processos	25/10/04
05	<b>Framínio Gonçalves</b>	69	Angra dos Reis	Vila Emil	Advogado / atividades político partidárias / Prefeito de Mesquita a partir de abril de 2004	Fundador do Partido Democrático Trabalhista PDT	A favor	1.º, 2.º e 3.º processos	11/11/04

<b>06</b>	<b>Marinês Trindade</b>	40	Mesquita	Rio de Janeiro	Advogada sindical / Federação de Mulheres fluminenses / atividades político - partidárias	Movimento Revolucionário 8 de outubro – MR-8 /PMDB/ atualmente não desenvolve atividades político - partidárias	A favor	2.º processo	15/10/04
<b>07</b>	<b>Milton da Silva Lima (seu Milton)</b>	69	Rio de Janeiro	Coréia	Oficial do exército aposentado / comunidade igreja católica / associação de moradores	Sem Vinculação	A favor	2.º processo	13/10/04
<b>08</b>	<b>Artur Messias da Silveira</b>	43	Oswaldo Cruz Rio de Janeiro	Vila Emil	Jornalista / grupo jovem igreja católica / associação de moradores / atividades político-partidárias / prefeito eleito em 3 de outubro de 2004	Partido dos Trabalhadores PT	Dúvida / a favor	2º e 3.º processos	03/12/2003
<b>09</b>	<b>Amilton Cordeiro da Silva</b>	42	Mesquita	Coréia	Jornalista / grupo jovem igreja católica / atividades político - partidárias	Partido dos Trabalhadores PT	Dúvida / a favor	2º e 3.º processos	26/12/2003
<b>10</b>	<b>Vera Lúcia de Amorim Sepúlveda</b>	61	Penha – Rio de Janeiro	Cruzeiro do Sul	Artesã / Grupo jovem da igreja/ católica/associação de moradores / atividades político-partidárias	Partido dos Trabalhadores PT	Contra		
<b>11</b>	<b>Maria da Conceição Nascimento (D. Conceição)</b>	62	Minas Gerais	Vila EmiL	Aposentada/ Atividades na igreja do bairro	Sem vinculação	A favor	2.º e 3.º processos	01/07/2004

<b>12</b>	<b>Elizana da Costa Silva</b>	44	Mesquita	Cosmorama	Funcionária Pública/ grupo jovem igreja católica/ associação de moradores/ atividades político partidárias	<b>Partido dos Trabalhadores</b> PT	Contra	2.º e 3.º processos	05/09/2004
<b>13</b>	<b>José Maria Nunes (seu Zé Maria)</b>	65	Portugal	Edson Passos	Comerciante	Sem vinculação	A favor	2.º e 3.º processos	19/09/2004
<b>14</b>	<b>Maria Antônia N. de Santana (D. Tuninha)</b>	56	Itaperuna - RJ	Chatuba	Costureira / comunidade igreja católica / associação de moradores / atividades político partidárias	Partido dos Trabalhadores PT	Contra	2.º e 3.º processos	20/09/2004
<b>15</b>	<b>Osmar Gonçalves</b>	57	Mendes - RJ	Nova Iguaçu	Comerciante	Sem Vinculação	Dúvida	2.º e 3.º processos	23/09/2004
<b>16</b>	<b>Antônio de Souza Leite (seu Souza)</b>	79	Rio Bonito - RJ	Chatuba	Aposentado / atividades sindicais / atividades comunitárias / atividades político - partidárias	Partido Comunista Brasileiro PCB	Contra	2.º e 3.º processos	25/09/2004
<b>17</b>	<b>Rosângela Sassuí</b>	49	Nova Iguaçu	Edson Passos	Comerciante / grupo jovem igreja católica/ atividades político - partidárias	Partido dos Trabalhadores PT	A favor	2.º e 3.º processos	11/10/04
<b>18</b>	<b>José Rechuen</b>	62	Nova Iguaçu	Mesquita Centro	Vereador / atividades político-partidárias	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	A favor	2.º e 3.º processos	14/10/04

<b>19</b>	<b>Geralda Maria de Lucena</b>	73	Minas Gerais	BNH	Doméstica/ associação de moradores/ atividades político- partidárias	Partido Comunista Brasileiro PCB	Contra pelo Partido / posição pessoal a favor	2.º e 3.º processos	24/10/04
<b>20</b>	<b>Alcides Redondo Rodrigues</b>	65	Rio de Janeiro	Copacabana RJ	Coordenador do Laboratório de Administração Municipal / IBAM	Não anuncio vinculação a partido político	Posição favorável às emancipações municipais	3.º processo	22/06/2004
<b>21</b>	<b>Walter de Almeida Paixão (Waltinho Paixão)</b>	52	Mesquita	Centro	Contador / subsecretário do Governo Paixão / atividades político - partidárias	Partido Popular PP	A favor	3.º processo	17/03/2004
<b>22</b>	<b>Fábio Henrique E. Silva</b>	41	Nova Iguaçu	Juscelino	Comerciante/ atividades político partidárias	Partido dos Trabalhadores PT	Contra	3.º processo	
<b>23</b>	<b>Flávio Nakandakare (Nakan)</b>	34	Nilópolis	Edson Passos	Vereador / artista plástico / atividades político - partidárias	Partido dos Trabalhadores PT	A favor	3.º processo	13/10/04
<b>24</b>	<b>Jussara Góes Salles (prof.ª Jussara)</b>	53	Mesquita	Mesquita Centro	professora	Sem Vinculação	A favor	3.º processo	26/10/04
<b>25</b>	<b>Hélio Ricardo Leite Porto (Helinho)</b>	40	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Pesquisador / atividades político- partidárias /Coordenador Metropolitanos da FASE	Partido dos Trabalhadores PT	Problematiza as emancipações municipais	3.º processo	05/11/04

